



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na
cidade de Goiânia**

Romylton Alessandro da Silva Costa

Orientadora: Dra. Lila Maria Spadoni Lemes

Goiânia, abril de 2022



Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Escola de Ciências Sociais e da Saúde
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia

Romyhton Alessandro da Silva Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da PUC Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lila Maria Spadoni Lemes

Goiânia, abril de 2022

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás
Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB1/1551

C837r Costa, Romyilton Alessandro da Silva
Representação social da violência física sofrida em
relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia
/ Romyilton Alessandro da Silva Costa. -- 2022.
ix, 163 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da
Saúde, Goiânia, 2022.

Inclui referências: f. 129-143.

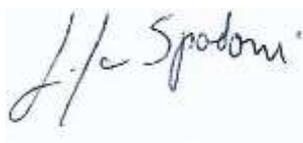
1. Violência contra as mulheres. 2. Relacionamento
amoroso. 3. Representações sociais. I. Lemes, Lila Maria
Spadoni. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Programa de Pós-Graduação em Psicologia - 19/04/2022.
III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 316.6(043)

Ficha de Avaliação

Costa, R. A. S. (2022). *Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia*. Orientadora: Lila Maria Spadoni Lemes

Esta Dissertação foi submetida à banca examinadora:



Prof^a Dra. Lila Maria Spadoni Lemes
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Presidente da banca



Prof. Dr. Raimundo Cândido de Gouveia
Universidade Federal da Bahia
convidado externo



Prof. Dr. Elismar Alves dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
convidado interno



Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Membro Suplente

Agradecimentos

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui.

A todos aqueles que, de modo direto ou indireto, colaboraram para que esse trabalho fosse possível. Faço uma ressalva especial aos meus avós maternos, já falecidos, Maria da Graça Costa e Helvídio da Silva Costa que me acolheram ainda em tenra idade e me conduziram para o caminho da honestidade e do trabalho. Aos meus tios Ivan e Ivana pelas oportunas orientações de retidão, as quais foram extremamente apropriadas para que a minha caminhada profissional, ainda no início da fase adulta, pudesse decolar.

Aos meus filhos Arnon e Ana Luiza, que me inspiram a seguir, nessa honrosa caminhada do estudo e do trabalho.

Finalmente sou extremamente grato à minha orientadora, Professora Dra. Lila Maria Spadoni Lemes, pela paciência e recomendações sempre oportunas, as quais me foram de grande valia para a construção desse valoroso trabalho científico.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	18
2.1 Breves considerações sobre alguns termos e expressões	18
2.2 Condições históricas que favoreceram.....	30
2.3 Aspectos religiosos que potencializaram	40
2.4 Panorama brasileiro e algumas teorias que buscam inserir a violência contra a mulher dentro de um ciclo	45
3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS CRENÇAS (ORIGEM E FORMAÇÃO)	58
3.1 A grande teoria de Serge Moscovici	58
3.2 A dimensão cognitivo-estrutural das Representações Sociais	64
3.3. Considerações acerca do termo “crença” no âmbito do conhecimento científico	68
3.4 A interface entre a arquitetura do pensamento social e as crenças centrais de Aaron T. Beck	77
4 A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA.....	84
4.1 Tipo de Pesquisa	84
4.2 Participantes.....	85
4.3 Instrumentos.....	87
4.4 Procedimentos.....	89
4.5 Escolha e descrição dos campos de pesquisa.....	93
4.6 Coleta de dados	94
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	97
5.1 O conteúdo cognitivo-estrutural das RS	97
5.2 O conteúdo dos discursos resultantes das entrevistas e suas conexões com as crenças centrais disfuncionais.....	101
5.3 Discussão dos resultados.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
Referências.....	129
ANEXOS.....	144
APÊNDICES	150

Lista de Figuras

Figura 1 – Modelo esquemático do esquema de crenças de Rokeach.....	77
Figura 2 – Arquitetura do Pensamento Social segundo Rouquette (2009).....	78
Figura 3 – Quadro de quatro casas ou Quadrante de Vergès.....	90
Figura 4 – Noções de corpus, texto e segmento de texto.....	92
Figura 5 – Dendrograma resultante da CHD das narrativas trazidas por ocasião das Entrevistas semiestruturadas com as participantes	102
Figura 6 – Eixo I e suas respectivas classes.....	103
Figura 7 – Eixo II e suas respectivas classes	105

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Fases de instauração da Síndrome de Estocolmo.....	55
Tabela 2 – Fases de instauração da Síndrome doméstica de Estocolmo	56
Tabela 3 – Ciclo da Violência contra a mulher (estudo de Lenore Walker, 1979).....	57
Tabela 4 – Funções das representações sociais.....	65
Tabela 5 – Características do núcleo central e sistema periférico	67
Tabela 6 – Classes de crenças segundo Bertrand Russell.....	72
Tabela 7 – Particularidade de cada tipo de crença	75
Tabela 8 – As três classes de crenças centrais disfuncionais acerca de si mesmo.....	82
Tabela 9 – Dados sociodemográficos mais relevantes.....	86
Tabela 10 – Participantes por Campo de Pesquisa	95
Tabela 11 – Enunciado do questionário para coleta de dados sociodemográficos	95
Tabela 12 – Pergunta evocativa e os critérios utilizados durante a aplicação da TALP.....	96
Tabela 13 – Resultados da aplicação da TALP.....	98
Tabela 14 – Elementos estruturais da Representação Social da violência física organizados no Quadrante de Vergès(Análise Prototípica)	99

Resumo

Na presente Dissertação, abordou-se a violência física contra a mulher em contextos de relações amorosas com foco para a cidade de Goiânia-GO. Elencou-se como objetivo geral o mapeamento das Representações Sociais (RS) daquele tipo de violência, bem como buscou-se entender e captar as crenças centrais disfuncionais que aquelas vítimas internalizaram nas suas vivências e experiências com os seus cuidadores. Para tanto, utilizou-se como instrumentos metodológicos um Questionário para coleta dos dados sociodemográficos, a Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP), uma Entrevista Semiestruturada em profundidade e, para o tratamento dos dados, fez-se uso dos *softwares* *EVOC* e *IRAMUTEQ*. Os referenciais teóricos que alicerçaram o estudo foram a grande Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, e uma de suas correntes, a Abordagem Estrutural ou Teoria do Núcleo Central (TNC), de Jean-Claude Abric. Esta permitiu ainda que fossem encontrados o Núcleo Central e a periferia das RS. Este pesquisador se valeu também dos pressupostos teóricos que explicam as crenças centrais sob a ótica da Terapia Cognitiva de Aaron T. Beck. A análise e discussão dos resultados foram feitos à luz desses referenciais teóricos, bem como de outros estudos que trazem constatações já publicadas acerca deste grave fenômeno da violência contra a mulher. Sendo assim, por meio destas, foram viabilizados os entrelaçamentos que permitiram confirmar os aspectos mais relevantes do estudo, entre os quais estão as contribuições, as dificuldades encontradas e recomendações para novas investigações que versarem acerca de temas desta mesma natureza.

Palavras-chave: violência contra a mulher; relações amorosas; representações sociais; abordagem estrutural; crenças centrais.

Résumé

Dans cette thèse, la violence physique contre les femmes a été abordée dans le contexte des relations amoureuses avec un accent sur la ville de Goiânia. L'objectif général était de cartographier les représentations sociales (SR) de ce type de violence, ainsi que de comprendre et de saisir les croyances fondamentales dysfonctionnelles que ces victimes ont intériorisées dans leurs expériences avec leurs soignants. A cet effet, un Questionnaire a été utilisé comme instruments méthodologiques de collecte des données sociodémographiques, la Free Word Association Technique (TALP), un Entretien Semi-structuré approfondi et les logiciels EVOC et IRAMUTEQ ont été utilisés pour traiter les données. Les références théoriques qui ont soutenu l'étude étaient la grande Théorie des Représentations Sociales (TRS), de Serge Moscovici, et l'un de ses courants, l'Approche Structurelle ou Théorie du Noyau Central (TNC) de Jean-Claude Abric. Cela a également permis de trouver le noyau central et la périphérie de la RS. Ce chercheur a également utilisé des hypothèses théoriques qui expliquent les croyances fondamentales du point de vue de la thérapie cognitive d'Aaron T. Beck. L'analyse et la discussion des résultats ont été menées à la lumière de ces cadres théoriques, ainsi que d'autres études qui apportent des conclusions déjà publiées sur ce grave phénomène de violence à l'égard des femmes. Ainsi, à travers ceux-ci, ont été rendus possibles les entrelacs qui ont permis de confirmer les aspects les plus pertinents de l'étude, parmi lesquels figurent les apports, les difficultés rencontrées et les recommandations pour des investigations ultérieures qui traitent de thèmes de cette même nature.

Mots clés: violence contre les femmes; relations amoureuses; représentations sociales; approche structurelle; croyances fondamentales.

Abstract

In this Dissertation, physical violence against women was addressed in the context of love relationships with a focus on the city of Goiania. The general objective was to map the Social Representations (SR) of that type of violence, as well as to understand and capture the dysfunctional core beliefs that those victims internalized in their experiences with their caregivers. For this purpose, a Questionnaire was used as methodological instruments to collect sociodemographic data, the Free Word Association Technique (TALP), an in-depth Semi-structured Interview and the EVOC and IRAMUTEQ software were used to process the data. The theoretical references that supported the study were the great Theory of Social Representations (TRS), by Serge Moscovici, and one of its currents, the Structural Approach or Theory of the Central Nucleus (TNC) by Jean-Claude Abric. This also allowed the Central Nucleus and the periphery of the RS to be found. This researcher also made use of theoretical assumptions that explain core beliefs from the perspective of Aaron T. Beck's Cognitive Therapy. The analysis and discussion of the results were carried out in the light of these theoretical frameworks, as well as other studies that bring findings already published about this serious phenomenon of violence against women. Thus, through these, the intertwinings were made possible that allowed to confirm the most relevant aspects of the study, among which are the contributions, the difficulties encountered and recommendations for further investigations that deal with themes of this same nature.

Keywords: violence against women; love relationships; social representations; structural approach; core beliefs.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno que vem sendo reforçado historicamente ao longo dos tempos. Embora a sua incidência se mostre bem pronunciada em épocas ou contextos atuais, e que tem sido potencializada em decorrência das divulgações em massa pelas mídias impressas, televisivas e pelos *sites* jornalísticos da internet, bem como pelas redes sociais existentes. Contrariando esta ênfase dada, os desmandos contra as mulheres não são atuais, pois se mostravam com bastante ênfase já nas civilizações greco-romanas. Além disso, as religiões, desde longa data, também manifestavam ensinamentos que, como pano de fundo, traziam uma forte tendência para naturalizar e perpetuar os maus-tratos que as mulheres sofriam.

O presente estudo traz o seguinte título: “Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia”. E tem como propósito abstrair e fazer um mapeamento das Representações Sociais (RS) da violência física que as vítimas deste desmando sofrem na referida capital, no âmbito da Abordagem Estrutural das Representações Sociais, também conhecida como Teoria do Núcleo Central (TNC). Para tanto, foram feitas uma pesquisa bibliográfica, uma aplicação da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e uma Entrevista semiestruturada.

O interesse particular deste pesquisador pelo tema foi suscitado durante o primeiro semestre de 2017, quando este frequentou a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada no setor central de Goiânia, com o intuito de elaborar um trabalho para a disciplina de Estágio Básico Supervisionado III, a qual está contida na grade curricular do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

O trabalho versou sobre como a Psicologia Social Comunitária poderia contribuir para equacionar o sofrimento das vítimas que sofrem violência doméstica e familiar. Ademais, com o acesso a artigos científicos que tratavam das problematizações desta natureza, despertou-se

ainda mais curiosidade neste pesquisador, pois, à medida que as leituras se aprofundavam, percebia-se que as consequências advindas de tal violência eram muito mais impactantes para as vítimas do que aparentemente pareciam. A violência física é, provavelmente, dentre todas, a mais impactante para a vida das vítimas, pois deixa marcas no corpo e na mente (i.e., afeta o funcionamento psíquico e psicológico). Desse modo, as consequências são percebidas em todas as dimensões e contextos das suas relações interpessoais, o que compromete o exercício do direito pleno da sua cidadania nos mais variados ambientes/contextos sociais.

Outro motivo pelo qual houve um despertar deste pesquisador pelo tema foi o fato de oportunizar uma escuta ativa, empática e acolhedora para as vítimas. E a cada entrevista semiestruturada que ia se desenrolando, percebia-se que a compreensão da complexidade do sofrimento daquelas mulheres está acima de qualquer rótulo culpabilizatório que cada parcela da sociedade (i.e., familiares, amigos, pares e chefes), de forma equivocada, acaba emitindo diante das diversas situações. Desse modo, a busca pela tentativa de compreender o que faz cada mulher se submeter aos desmandos violentos dos seus companheiros, deve passar por uma análise criteriosa de todas as etapas da existência delas.

Este pesquisador percebeu que no existir de cada vítima se interconectam as mais diversas variáveis subjetivas, haja vista o ser humano ser único em sua essência e, também, em suas vivências. Com isso, as explicações trazidas pela lente da Teoria das Representações Sociais, para elucidar esta problemática, é apenas uma forma de aprofundamento.

Acrescenta-se ainda que uma outra motivação para se estudar o referido tema se deu pelo fato de, após extenuante busca em *sites* eletrônicos (e.g., <http://bdtd.ibict.br/vufind/> e <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>) que versam acerca de teses e dissertações sobre o assunto, este pesquisador não ter encontrado estudos específicos, com foco geográfico nesta capital, que tivessem explorado as RS da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas.

A gravidade do problema, no que se refere ao sofrimento causado pelas agressões, expandem-se por todas as dimensões da vida daquelas mulheres agredidas e atravessam suas vivências e experiências. E a partir destas é que são construídas as RS. Por esse motivo, houve um despertar para um crescente interesse deste pesquisador em descobrir as RS que norteiam os comportamentos e até a forma como aquelas vítimas se comunicam. Para além do mapeamento das representações sociais, buscou-se também entender e captar as crenças centrais disfuncionais daquelas vítimas. A partir desse entendimento, investigou-se a hipótese central do estudo, a qual repousa em confirmar se aquelas crenças centrais influenciam ou determinam a formação ou construção das RS que foram elaboradas por aquele público, em seus diferentes contextos vivenciais.

O embasamento teórico para a investigação das crenças centrais disfuncionais foi feito pelo viés da Terapia Cognitiva (TC) de Aaron T. Beck (1921-2021). E o estudo das representações sociais alicerçou-se tanto na grande teoria de Serge Moscovici (1925-2014), como também, mais especificamente, na corrente teórica de Jean-Claude Abric (1941-2012), denominada TNC, também conhecida como dimensão cognitivo-estrutural. Esta propiciou um maior aprofundamento acerca de como são constituídas essas representações (i.e., descobriu-se a sua periferia e o seu núcleo central).

Vale ressaltar que as RS podem ser definidas como um conjunto de pensamentos e ideias que possibilitam, aos indivíduos, emitirem explicações acerca de um dado, um acontecimento, uma pessoa ou mesmo um objeto. Tais explicações acabam por se configurarem em um sistema de valores e práticas que têm vida própria e assim influenciam diretamente o modo de ser e agir das pessoas (Moscovici, 1978).

Ademais destaca-se que os objetivos específicos da presente investigação foram os seguintes: 1) trazer considerações acerca dos principais determinantes históricos e religiosos da violência contra a mulher, os quais podem ter influenciado toda a cultura ocidental na

perpetuação desses abusos; 2) explicar a origem, a formação e as funções das RS, com base na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1925-2014) e discorrer acerca da Abordagem Estrutural das Representações, criada por Jean-Claude Abric (1941-2012), de tal forma a evidenciar os “três componentes essenciais de uma RS, quais sejam: o conteúdo, sua estrutura interna e o seu núcleo” (Abric, 2001, p. 71); 3) trazer considerações sobre o construto crença no âmbito do conhecimento científico, enfatizando os estudos pioneiros de Milton Rokeach (1918 - 1988), bem como as pertinentes considerações de Aaron T. Beck (1921-2021) sobre as crenças centrais; 4) fazer uma interface entre a Arquitetura do Pensamento Social, elaborada por Michel-Louis Rouquette (1948-2011) e as crenças centrais ou nucleares de Beck; 5) mapear as RS da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas de acordo com os critérios de inclusão da pesquisa e fazer o tratamento desses dados no *Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Evocations – EVOG – Versão 2000 software EVOG* (Vergès, 2002), bem como no *software IRAMUTEQ*; e, por último, 6) fazer uma correlação entre as crenças centrais disfuncionais e o núcleo central das RS. A correlação em pauta buscou corroborar a hipótese de que as crenças centrais disfuncionais podem determinar ou viabilizar a construção/elaboração das representações sociais.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa propiciarão uma experiência vicária aos leitores(as), o que levará a uma identificação com as vivências das mulheres que foram alvo da presente pesquisa. Isso se consubstancia no que se chama de generalização naturalística. Ocorre quando os leitores(as) associam o que foi observado nos relatos a acontecimentos vividos por eles mesmos em seus contextos de vida real (Stake, 1978; Alves-Mazzotti, 2006). Além disso, acrescentará novos aspectos que estão intrínsecos à ontogênese dessas mulheres e que poderão ser evidenciados nos *settings* de atendimentos dos(as) profissionais que atuam na área da Psicologia Clínica, o que facilitará uma inserção mais precisa/cirúrgica de técnicas psicoterápicas, conforme preceituam as diferentes abordagens existentes.

A Dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro é a Introdução do estudo, no qual se apresenta o tema e discorre-se sobre os seguintes aspectos: o propósito, bases teóricas com seus respectivos autores, as motivações do pesquisador para a presente investigação, os desafios encontrados, os objetivos específicos e a relevância da pesquisa.

No segundo capítulo, fornece-se ao leitor esclarecimentos pertinentes sobre a violência contra a mulher, no intuito de definir e explicar alguns termos e expressões, como exemplo, gênero, violência de gênero, violência intrafamiliar, violência doméstica, violência doméstica e familiar, violência simbólica e androcentrismo. Dentre as referidas expressões, chama-se a atenção para a violência doméstica e familiar, tendo em vista que esta foi, peculiarmente, tipificada pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006). E é a partir da referida expressão que, na citada lei, se desdobram os cinco tipos de violência que podem ser praticadas contra a mulher – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Em seguida, no tópico subsequente, as condições históricas que favoreceram os maus-tratos em desfavor das mulheres. A ênfase foi dada para a Grécia e Roma Antigas, já que elas foram responsáveis por significativas influências nos alicerces que estruturaram as sociedades ocidentais modernas. Prosseguindo, colocou-se o papel que a religião exerce, pela via dos seus dogmas, para potencializar o sofrimento das mulheres no âmbito de suas relações amorosas. Finalizando o capítulo, pontuou-se, através de fontes científicas confiáveis, os mais recentes dados estatísticos sobre a violência que as mulheres sofrem, bem como acerca do feminicídio. Com isso, o leitor terá uma ideia panorâmica do que vem acontecendo no Brasil no tocante ao tema, bem como conseguirá fazer reflexões com o intuito de estabelecer parâmetros de comparação, se assim o desejar, sobre as tendências de aumento ou diminuição, dos índices de violências, após “a pandemia da doença do coronavírus 2019 – COVID-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease 2019*)” (Malta et al., 2020, p. 2). Por último, ainda foram trazidas algumas teorias que visam inserir a violência contra a mulher dentro de um ciclo.

No terceiro capítulo, foram inseridas considerações pertinentes para a pesquisa acerca da Teoria das Representações Sociais (aqui se destacou os aspectos mais relevantes da grande teoria de Moscovici, bem como da dimensão cognitivo-estrutural, mais conhecida como TNC) e, também, discorreu-se sobre a origem e a formação das crenças. Fechando o capítulo, descreveu-se a arquitetura do pensamento social, conforme preceitua Michel-Louis Rouquette (1948-2011), e as crenças centrais ou nucleares na perspectiva de Aaron T. Beck.

O quarto capítulo trouxe a Metodologia utilizada na pesquisa. Os tópicos abordados foram: o tipo de pesquisa, participantes, instrumentos, procedimentos, escolha e descrição dos campos de pesquisa e a coleta de dados. Acrescenta-se que, ao ser narrado como se deu a escolha pelos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), também foram colocados os óbices para se encontrar as participantes que atendessem aos parâmetros de inclusão para a presente investigação científica. Entre os instrumentos, cabe destacar a TALP, assim como os *softwares EVOC e IRAMUTEQ*. O primeiro instrumento “faz parte das chamadas técnicas projetivas, orientada pela hipótese de que a estrutura psicológica da personalidade do sujeito torna-se consciente por meio de manifestações de condutas, reações, evocações, escolhas e criação” (Nóbrega; Coutinho, 2008, citado por Coutinho & Do Bú, 2017, p. 220). Já o *EVOC* fez o tratamento dos dados resultantes da TALP, ou seja, as palavras evocadas pelas participantes foram inseridas no programa, o qual, a partir de então, mostrou o chamado *quadro de quatro casas ou Quadrante de Vergès*. E este apresentou uma disposição daquelas palavras distribuídas em quatro quadrantes, dentre os quais, o mais importante para este estudo foi o primeiro, pois este traz os vocábulos que integram o núcleo central da RS das vítimas acerca da violência física que sofreram dos seus companheiros. Esta operacionalização feita pelo *EVOC* chama-se Análise Prototípica. Por sua vez, o *IRAMUTEQ* fez o tratamento das respostas às perguntas que foram emitidas durante a Entrevista semiestruturada, o que, em tese, é uma

análise de discurso. Para tanto, utilizou-se apenas um tipo de análise textual: a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

No quinto capítulo, são apresentadas considerações sobre a análise e a discussão dos resultados a que se chegou. Aqui foram analisados e discutidos o Núcleo Central e a periferia das RS, bem como os Eixos e as classes apresentados pelo Dendrograma.

Por fim, no sexto e último capítulo, traz-se as considerações finais. Nestas, retoma-se a justificativa da pesquisa, o objetivo geral e específicos e a problemática que circunda o tema, bem como pontuou-se se a hipótese foi confirmada ou refutada. Em seguida, foram destacados os aspectos metodológicos mais relevantes para que os objetivos fossem atingidos. Por fim, apontou-se as dificuldades encontradas e as recomendações para outras pesquisas desta natureza.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2.1 Breves considerações sobre alguns termos e expressões

A violência contra a mulher é um tema controverso, pois está presente em todas as classes sociais, bem como a sua ocorrência é visível em namoros, noivados, casamentos, união estável, entre pais e filhos e até nas relações fraternas. Podendo se estender ainda entre sogro e nora, sogra e genro, sobrinha e tio. Enfim, a incidência está em todos os graus de parentesco, bem como entre as pessoas sem função parental alguma (e.g., em ambientes institucionais/empresariais). Desse modo, cabe esclarecer, inicialmente, que o construto violência não será usado como sinônimo de agressividade.

Embora tais vocábulos possuam significados semelhantes do ponto de vista de suas definições. “Violência deriva do latim *violentia*, significando a qualidade de violento, constrangimento físico ou moral, uso da força, coação” (Ferreira, 2009, p. 2065). Entende-se também que violência é uma “força súbita que se faz sentir com intensidade, fúria, veemência” (Houaiss & Vilar, 2009, p. 1948). Enquanto que “agressão (do latim *aggressione*) significa disposição para agredir, disposição para o encadeamento de condutas hostis e destrutivas” (Ferreira, 2009, p. 72). Mas, conforme Niehoff (1999, como citado em Kristensen, Lima, Ferlin, Flores & Hackmann, 2003),

[...] agressão é um comportamento adaptativo entendido como a utilização de força física ou verbal em reação a uma percepção de ameaça. Por sua vez, violência é um comportamento mal adaptativo, que consiste em uma agressão direcionada ao alvo errado, no lugar errado, no tempo errado e com a intensidade errada. (p. 176)

Prosseguindo ao que se propõe neste subitem, a designação da expressão *violência contra a mulher* se constitui numa categoria geral. Em decorrência dela se desdobram várias outras, as quais se pode chamar de subcategorias (e.g., violência de gênero, violência

intrafamiliar e violência doméstica). Acresce-se àquelas ainda o termo *violência doméstica e familiar*. A partir destas é que este autor começará a discorrer acerca do tema.

Uma definição completa e abrangente que é esclarecedora da primeira expressão (i.e., violência contra a mulher) foi pronunciada na Conferência de Beijing (IV Conferência Mundial da Mulher, realizada pelas Nações Unidas, em Beijing, China, em 1995). Na ocasião, falou-se que é

[...] qualquer ato de violência que tem por base o gênero e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer se produzem na vida pública ou privada (Cavalcanti, 2006, p. 32).

Acredita-se que “este conceito abarca as agressões de ordem física, sexual e psicológica, com os mais variados agentes perpetradores, incluindo os de relacionamento íntimo e familiar, pessoas da comunidade em geral, e aquelas exercidas e toleradas pelo Estado” (Cavalcanti, 2006, p. 32).

A violência de gênero deve ser entendida a partir de considerações que definem o que é gênero.

A palavra *gênero*, na sua acepção mais simples e corrente, é sinônima de sexo, no sentido das categorias masculino/feminino. O termo surgiu, primeiramente, entre feministas norte-americanas na década de 1980, no intuito de legitimar os estudos sobre as mulheres como campo de pesquisa, pois dentro da perspectiva delas o termo teria uma carga mais objetiva e neutra do que “mulheres”, dissociando-a um pouco do movimento feminista. (Condilo, 2009, p. 3).

O conceito de tal vocábulo

[...] permite repensar o fenômeno da violência contra as mulheres à medida que convida a refletir sobre um ponto predominante nestes casos de violência, que é o aspecto

relacional, ou seja, permite *pensar e problematizar a violência como uma linguagem que sustenta a própria relação* [ênfase adicionada]” (Brito, 2015, p. 36).

A partir dessa afirmação, em destaque, faz-se um adendo para colocar que o propósito deste trabalho vai ao encontro também de buscar entender/esclarecer que as representações sociais, em sua gênese, podem estar relacionadas a três esferas ou universos de pertença: a da subjetividade, a da intersubjetividade e a da transsubjetividade (Jodelet, 2009). Sendo assim, no universo subjetivo deve-se “considerar os processos que operam no nível dos indivíduos eles-mesmos” (Jodelet, 2009, p. 696).

Isso implica que não se pode apenas querer captar as representações sociais, mas, sim, deve-se procurar conhecer os processos a partir dos quais “o sujeito se apropria e constrói suas representações” (Jodelet, 2009, p. 696). Como assinala Jodelet (2006), esses processos estão diretamente ligados ao que se experiencia na vida e possuem naturezas cognitivas e emocionais.

A esfera da intersubjetividade refere-se às interações contextuais (i.e., onde os indivíduos interagem entre si) e nessas trocas comunicacionais entre os sujeitos ocorre o estabelecimento das representações sociais (Jodelet, 2009). Esse universo fica muito bem evidenciado por meio do que a autora coloca com imensa propriedade, quando ela afirma que

[...] são numerosos os casos que ilustram o papel da troca dialógica de que resultam a transmissão de informação, a construção de saber, a expressão de acordos ou de divergências a propósito de objetos de interesse comum, a interpretação de temas pertinentes para a vida dos participantes em interação, a possibilidade de criação de significações ou de ressignificações consensuais. (Jodelet, 2009, p. 697).

Já o terceiro e último universo, o da transsubjetividade, vai ser composto por “elementos que atravessam o nível tanto subjetivo quanto intersubjetivo” (Jodelet, 2009, p. 698). Em tese isso quer dizer que “na formação das representações sociais, a esfera da transsubjetividade se

situa diante da intersubjetividade e remete a tudo que é comum aos membros de um mesmo coletivo” (Jodelet, 2009, p. 698). Certamente, pode-se inferir que a construção das representações sociais nessa esfera passa por um vai e vem de insatisfações ligadas às condições de materialidade da própria existência, as quais são impostas por uma estrutura de poder e, também, por um sistema de normatizações e valores (Jodelet, 2009). Na transubjetividade também estão inseridos os conteúdos resultantes “de fontes diversas: a difusão pelos meios de comunicação de massa, os contextos impostos pelos funcionamentos institucionais, as hegemonias ideológicas etc” (Jodelet, 2009, p. 699).

Assim, pode-se dizer que nas próprias confabulações introspectivas dos sujeitos (acontecendo na esfera da subjetividade) estão contidas uma miscelânea funcional ou não de conteúdos resultantes das práticas dialógicas que se dão na intersubjetividade (convívio com os outros). Sendo que essas duas esferas são atravessadas por uma terceira que, sem dúvida, possui uma preponderância bem maior, tendo em vista que nesta estão os rigores ideológicos que foram solidificados, ao longo de décadas ou até séculos, por sistemas políticos dominantes e por conglomerados institucionais. Desse modo, no presente estudo das representações sociais, o que se dá por meio de uma coleta de dados empíricos, será levado a cabo a sua gênese nas três esferas que acabaram de ser abordadas.

Voltando ao que este pesquisador estava trazendo acerca do vocábulo gênero discorre-se que, para Scott (1995),

[...] o termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que

uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. (p. 75).

Para além dessa proposição, o termo ora evidenciado [...] também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. (Scott, 1995, p. 75)

Desta feita, consoante Brito (2015),

[...] os papéis de gênero são ensinados como se fossem intrínsecos ao homem e à mulher. Sendo assim, as diferenças entre o que é próprio do masculino e o que é do feminino são culturalmente significadas a partir das suas diferenças sexuais e transmitidas culturalmente de geração para geração. (Brito, 2015, p. 36).

Nessa reflexão de Brito (2015), fica claro que, ressalvando as devidas proporções intrínsecas às diversas culturas, ainda há, no que se refere ao termo gênero, uma forte imbricação relacionada a um “determinismo biológico implícito no uso *dos termos sexo ou diferença sexual* [ênfase adicionada]” (Zanello, 2012, p. 268). E, por incrível que pareça, “o uso desses termos reduzia a análise dos sujeitos às diferenças do corpo, especialmente às da genitália” (Zanello, 2012, p. 268). Contudo, para Casares (2008), ao longo da história vem acontecendo novas mudanças interpretativas ou de sentidos acerca do termo gênero. “Assim, se inicialmente referia-se ao estudo das mulheres e de suas particularidades, tornou-se cada vez mais um termo relacional – daí se utilizar o termo *relações de gênero denotando valores e papéis sociais associados a homens e mulheres*” [ênfase adicionada] (Zanello, 2012, p. 268). Muito embora a entrada de novas reflexões acerca desse termo já esteja sendo uma evolução, quando se compara àquela velha conotação sobre o vocábulo gênero (i.e., recheada de um

reducionismo ligado às diferenças sexuais), ainda se observa que aqueles “papéis e valores são *relacionais, assimétricos e totalmente imbricados* [ênfase adicionada]” (Zanello, 2012, p. 268). Isso implica que, ainda, em grande medida, “as relações de gênero são, *a priori*, relações permeadas de poder” (Zanello, 2012, p. 268). Se pode conjecturar que essas relações de poder se estabelecem e se concretizam por meio do que se chama de *tecnologias de gênero*, expressão trazida por Lauretis (1984), a partir dos conteúdos ou teorias acerca da Microfísica do poder, de Michel Foucault. Zanello (2018), neste sentido, infere-se, acerca de Lauretis, o seguinte: “partindo das contribuições de Foucault, a autora sublinha gênero como representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, como cinema, a mídia, mas também as práticas da vida cotidiana, tais como brinquedos e brincadeiras, xingamentos, música, etc” (p. 46). Em consonância com tal afirmação, Zanello (2018) ainda acrescenta que “as tecnologias de gênero não são, portanto, apenas a representação desse sistema de diferenças, mas também a produção delas” (p. 46). Assim, “o sistema gênero/sexo teria como função constituir indivíduos concretos em homens e mulheres. *Ser homem e ser mulher, nesse sentido, seria uma forma de assujeitamento* [ênfase adicionada]” (Zanello, 2018, p. 46).

Para ilustrar na prática como são operacionalizadas essas tecnologias de gênero, Zanello (2018) traz um clássico exemplo.

Sugiro aos(as) leitores(as) que passem em alguma banca de jornal e prestem atenção nas capas e chamadas das revistas. Em geral, os homens são destacados como economistas, pensadores, políticos etc. Já as mulheres ganham destaque por emagrecerem (“emagreci 2 kg em uma semana!”), por realizarem cirurgias plásticas (“fulana colocou tantos litros de silicone”), por encontrarem algum grande amor”. (p. 48).

Desse modo, as revistas direcionadas às mulheres trazem fortes evidências de uma contundente ditadura da beleza e uma expressiva colonização afetiva que se disfarçam

entremeados nos modismos contemporâneos (Zanello, 2018). No exemplo anterior, ainda se pode observar “a prescrição da importância de ter um relacionamento amoroso com um homem e a responsabilidade por mantê-lo (por meio de várias performances). Esse é um ideal apregoado por vários meios, tais como: novelas, filmes de *Hollywood*, propagandas etc.” (Zanello, 2018, p. 49).

Dentro dessa naturalização de que é importante para a mulher a aquisição e manutenção de um relacionamento amoroso, encontra-se aí mais um viés de perpetuação para que ela suporte a relação. Infere-se que, além das performances sugeridas pelas próprias tecnologias de gênero, ficam subtendidos ou camuflados que as mulheres suportariam outros mecanismos. E por que não desmandos e agressões em nome desse relacionamento amoroso? Seria difícil pensar em uma resposta diferente de um sim.

Diante de tais considerações acerca do vocábulo gênero e que, de certa forma, soam um tanto quanto polêmicas, coloca-se que a modalidade violência de gênero pode ser entendida por “ações violentas produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes” (Bandeira, 2014, p. 451). Ainda, infere-se que “a centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos” (Bandeira, 2014, p. 451). Cabe ressaltar que, de acordo com Saffioti (1987), violência de gênero

[...] é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. *Trata-se de [uma] forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias* [ênfase adicionada]. (p. 18).

No tocante aos termos violência intrafamiliar (VI) e violência doméstica (VD), destaca-se como cabível para o tema ora abordado, as considerações esclarecidas pelo Ministério da Saúde (2002), as quais cita-se a seguir:

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente e agregados (p. 15).

Por último, a expressão violência doméstica e familiar foi muito bem colocada ou tipificada na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006), conforme transcrito abaixo.

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (p. 16)

Na classificação contida na referida lei, as formas de violência doméstica e familiar são as seguintes: violência física¹, psicológica², sexual³, patrimonial⁴ e moral⁵. É pertinente destacar que, para fins do trabalho que ora está sendo desenvolvido, a forma de violência alvo de estudo é a física. Porém, vale assinalar que todos os tipos de violências são aterrorizantes e traumáticos para quem os sofre (i.e., todos os tipos são facetas de uma mesma violência). Neste sentido, a depender das especificidades de cada contexto vivencial, pode-se encontrar, caso houvesse um propósito de mensuração, uma psicológica que seja até mais grave que uma física. Esclarece-se com isso que não se pode afirmar ou pensar que a física seja a mais grave. Isso dependerá das circunstâncias ambientais onde aquele tipo de violência está ocorrendo. Destarte, como recorte para este trabalho, escolheu-se pesquisar acerca da violência física. Haja vista que esta, ou qualquer outra (a depender das variáveis ambientais sob as quais acontece), inviabiliza a mulher vitimada a usufruir de um convívio saudável com familiares e amigos, além de causar fendas irreparáveis no seu exercício profissional. E, ainda, a percepção de tais agressões por seus colegas de trabalho acaba por embaçar a credibilidade da mulher junto a sua atividade laboral, situação que se manifesta por via de um preconceito velado, mas extremamente devastador. Neste sentido, para além da conceituação que consta na Lei Maria

¹ Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal (Lei Maria da Penha, 2006, p. 16).

² Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Lei Maria da Penha, 2006, p. 16).

³ Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Lei Maria da Penha, 2006, p. 17).

⁴ Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (Lei Maria da Penha, 2006, p. 17).

⁵ Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei Maria da Penha, 2006, p. 17).

da Penha, cabe assinalar que os possíveis atos de violência física que a mulher pode sofrer são a seguir exemplificados como:

[...] tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, amarramentos e estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados (tais como álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos), tirar de casa à força, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos e omitir cuidados e proteção. (Werba, 2002, como citado em Narvaz & Koller, 2006, p. 8)

Para além das subcategorias já explicitadas, vale destacar também a existência contumaz da chamada *violência simbólica*⁶, a qual é definida como "violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (Bourdieu, 2002, pp. 6-7).

Na conceituação da referida violência, há uma clara naturalização de uma relação desigual de dominação entre dominante e dominado. Existe aí contidas nas estruturas sociais a ocupação, pela mulher, de posições submissas e de subordinação ao homem (Bourdieu, 1998/2007; Engels, 1884/2003; Saffioti, 2005). Desta feita, nota-se que essas posições foram sendo confirmadas pelas vias

[...] de diferenças biológicas dos corpos, em que se destacam, por um lado, a maior força física do homem, sua capacidade de raciocínio lógico e, pelo outro, a responsabilidade pela gestação e amamentação dos filhos da mulher, assim como sua maior sensibilidade afetiva inata. Esses enunciados legitimaram como verdade a

⁶ Se institui da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (Bourdieu, 2002, p. 46).

superioridade masculina como determinada pela natureza. (Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p. 324)

Daí, infere-se que esta é uma das premissas, ou até mesmo a principal, que vai contribuir para o surgimento de considerações acerca do conceito de patriarcado. Tal conceito começa a ser amplamente discutido no final da década de 1960 e início da década de 1970, pelas feministas, e, sem dúvida, contribuiu enormemente para o debate sobre a relação de desigualdade, entre homens e mulheres, marcada pela dominação masculina (Saffioti, 2004). Para Brito (2015) o argumento que se consolida para esclarecer a tese do patriarcado é a seguinte:

[...] existe uma figura dentro da instituição – seja ela a família, a igreja, a escola –, necessariamente masculina, que detém o poder sobre todos os outros membros. Neste regime, o homem adulto é o chefe da família e os outros membros lhes são subordinados e lhes devem prestar obediência. (p. 32)

Assim, é pertinente destacar as significativas palavras de Silva (1995), quando ele afirma que na história das sociedades,

[...] a mulher foi sempre companheira do homem no trabalho, e a sua submissão à autoridade dele como chefe de família não ficou a dever às necessidades da função da maternidade, mas às necessidades intrínsecas de uma organização social de tipo patriarcal que, desde os primórdios da humanidade e ao longo dos séculos, se estruturou na base da diferenciação sexual. (p. 65)

Neste sentido, faz-se pertinente pontuar que o patriarcalismo tem como característica fundante o androcentrismo⁷, “postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações,

⁷ A análise do discurso dos filósofos da Antiga Grécia sobre a igualdade e a diferença, temas ligados não só à democracia e à formação do Estado – domínio do público – mas também à organização familiar, às relações interpessoais, ao processo de subjetivação – terreno do privado –, da mesma forma revela a influência do primado androcêntrico sobre a justificação das desigualdades fundadas nas diferenças naturais, e permite a compreensão da origem dessa forma de racionalidade e de suas implicações nas relações sociais (Oliveira, 2004, p. 43).

narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres” (Oliveira, 2004, p. 43).

Ademais, fica explícito que, diante do que vem sendo exposto, a opressão intencional sobre as mulheres é legitimada socialmente por uma relação de poder que notoriamente é permeada por uma desigualdade entre homens e mulheres (Brito, 2015). Sendo assim, “por mais que se considerem os inúmeros avanços sociais e jurídicos, *a realidade mostra que ainda se vive em uma sociedade que se alimenta das heranças do sistema patriarcal* [ênfase adicionada]” (Brito, 2015, p. 33).

Neste sentido, “as relações de poder entre homens e mulheres são marcadas, ainda, por posições sociais pouco reversíveis, gerando desigualdades econômicas e sociais” (Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p. 324). Em consonância com as afirmações desses autores, cabe assinalar que, para Foucault (1979/1996), o poder faz parte de todas as relações que são estabelecidas nos encontros da vida. “As relações de poder são constitutivas do humano e, desde que vividas entre *sujeitos livres*, elas *sempre vão ser tensionadas pelas capacidades estratégicas de reversão internas às distintas formas de dominação* [ênfase adicionada]” (Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p. 324).

Para finalizar o que foi apresentado neste tópico, elenca-se o seguinte:

[...] o poder também é produtivo, pois, assim como produz assujeitamentos, também produz a necessidade de lutar, de criar estratégias para dinamizar o jogo de forças que as opressões impõem. Para esse autor, a ausência de dominação não é possível, em virtude do conjunto de regramentos sociais no qual o sujeito está imerso, mas a capacidade de resistir também está sempre presente quando existe liberdade. Dessa forma, o que podemos fazer é trazer a ética para o campo das relações cotidianas que marcam a microfísica do poder, exercitando-a como prática reflexiva da liberdade e,

dessa forma, alterando os jogos de poder para que obedecam a relações de forças mais equânimes. As situações em que a possibilidade de resistência é inexistente ou muito pequena, Foucault denominará de coação, e não de relação de poder. (Foucault, 1984/2001 como citado em Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p. 324).

2.2 Condições históricas que favoreceram

Para se entender as origens da expansão deste fenômeno, é cabível afirmar que a violência contra a mulher é “produto de relações desiguais entre homens e mulheres; ocorre em função de determinações históricas e da construção social que privilegia o masculino” (Saffioti, 1999, 2001 como citado em Souza, T. M. C., & Sousa, Y. L. R, 2015, p. 60).

No que se refere às determinações históricas, cabe pontuar considerações acerca dos desmandos em desfavor da mulher que ocorreram em duas grandes civilizações (Grécia e Roma Antigas), as quais exerceram significativas e notáveis influências nas sociedades ocidentais modernas. A começar pela mitologia grega destaca-se o seguinte: “os mitos contavam que, devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo o tipo de desgraça” (Puleo, 2004, p. 13). Bem como na Grécia Antiga, as diferenças entre homens e mulheres eram marcadamente assimétricas. As mulheres não possuíam direitos jurídicos, não dispunham de educação formal e não podiam aparecer em público sozinhas. Dessa forma, eram confinadas em suas próprias casas (Pinafi, 2007). Já para os homens, estes e muitos outros direitos eram permitidos, como corrobora Vrissimtzis (2002):

[...] o homem era polígamo e o soberano inquestionável na sociedade patriarcal, a qual pode ser descrita como o ‘clube masculino mais exclusivista de todos os tempos’. Não apenas gozava de todos os direitos civis e políticos, como também tinha poder absoluto sobre a mulher. (p. 38).

Na Roma Antiga, “elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos” (Funari, 2002, p. 94). “*A exclusão social, jurídica e política colocavam a mulher no mesmo patamar que as crianças e os escravos* [ênfase adicionada]. Sua identificação enquanto sujeito político, público e sexual lhe era negada, tendo como *status* social a função de procriadora” (Pinafi, 2007, p. 2).

É pertinente colocar que as concepções/inferências resultantes de estudos acerca das mulheres romanas costumam apontar para uma dicotomização (i.e., ora uma mulher honrada, possuidora de virtudes validadas socialmente; mas, por outro lado, também vista como prostituta) (Ciribelli, 1995). Desse modo pode-se dizer que o olhar das “mulheres se reduzia à forma simplista a que estavam ligadas, fiando a lã, ou as que passavam a vida nos bordéis e as milhares de mulheres ‘liberadas’ da época helenística do fim da República e do alto Império Romano” (Ciribelli, 1995, p. 143). Havia nitidamente um reducionismo nos papéis desempenhados por elas, o que se torna claro nas seguintes palavras de Ciribelli (1995), quando ela diz que “partia-se do fato de que o trabalho da mulher, sua função social, sempre estaria determinado por sua biologia e, por consequência, por sua relação com o grupo familiar: a mãe e a esposa fiel, ou a prostituta” (p. 143).

Ampliando o olhar para além da história, buscou-se algumas considerações acerca de como a legislação/Direito tratava a mulher romana. Assim encontrou-se percepções não muito otimistas de muitos autores. Para Ciribeli (1995), “muitos têm afirmado a inferioridade da mulher, considerada como um ser inferior que passa da autoridade paterna à autoridade do marido, e depois de enviuvar à do filho mais velho” (p.145). Grimal (1995), citado por Ciribeli (1995), afirma que “embora aparentemente caiba à mulher romana apenas a possibilidade de fiar e tecer (sendo considerada pelo Direito um ser inferior), na verdade os costumes manifestam-se bem diferentes das condições teóricas formuladas pelas leis” (p. 145).

Para Ciribeli (1995), o referido autor enfatiza de forma exagerada que havia uma melhor condição para a mulher. “Ela reina como Senhora sobre os escravos, os filhos e as noras. Tem perspectivas religiosas e dirige com toda a independência a educação dos filhos menores” (Grimal, 1995 como citado em Ciribeli, 1995, p. 145). Neste sentido, a autora se mostra um tanto quanto cética para o posicionamento amenizador das condições da mulher expressadas por Pierre Grimal (1912-1996), pois, reitera discorrendo que “não devemos tirar conclusões demasiado precipitadas sobre a sujeição da mulher, mas não estamos convencidos pela precariedade e insuficiência das fontes acerca de uma situação mais favorável para a mesma” (Ciribeli, 1995, p. 145). Tal posição é muito bem justificada quando a autora diz o seguinte: “isto porque o comportamento, a vivência e os problemas do feminino em geral não eram objeto das narrativas” (p. 145); “quando aparecem no discurso histórico são projeções masculinas com a finalidade precípua de ressaltar os valores e comportamentos exemplares de alguns homens” (p. 145).

Parece já pacificado que o “Direito reflete a realidade dos homens e a realidade das mulheres, mas sempre na perspectiva do homem, de tal forma que eram, e quase sempre são, *as opiniões, as necessidades e os conflitos dos homens para ele transpostos* [ênfase adicionada]” (Pinho, 2002, p. 269).

A partir desse pressuposto, pode-se dizer que “a mulher, historicamente, esteve afastada das instâncias do poder. As consequências deste distanciamento a submeteram a uma ideologia não igualitária, pois geralmente é essa a postura dos que estão no poder” (Bobbio, 1995, como citado em Pinho, 2002, pp. 269-270). Neste sentido “o traço de exclusão da condição feminina marcou o patriarcado e fundou um padrão familiar sob a lei da desigualdade” (Pinho, 2002, p. 270).

É bem verdade que o elemento estruturante que vai alicerçar a sociedade na Roma Antiga é a família. Sendo assim as considerações que serão feitas acerca da mulher sob os

auspícios do Direito Romano basear-se-ão nos conceitos/ditames familiares. “A família romana era um organismo religioso, social, econômico e, sob certo aspecto, até militar, reunido debaixo da autoridade do *pater familias*⁸ vivo: era a família *iure comnmi*” (Pinho, 2002, p. 272). A referida instituição “era composta por duas classes de pessoas: os *sui iuris* e os *alieni iuris*. Os primeiros eram sujeitos de direito, os segundos eram subordinados àqueles” (Pinho, 2002, p. 277). Desse modo,

[...] algumas pessoas são *sui iuris* e outras são submetidas ao poder alheio, os *alieni iuris*. E entre as que estão submetidas ao poder alheio, umas estão sob o poder de seus pais, outras de seus senhores. A mulher, em geral, era *alieni iuris*. (Pinho, 2002, p. 277).

Acrescenta-se também que “ser *sui iuris* é não se encontrar debaixo da autoridade familiar de outra pessoa (*potestas*). Nessa situação, mas sem ser necessariamente o chefe da família, estão os filhos emancipados, bem como a esposa e os filhos do *pater familias* falecido” (Pinho, 2002, p. 278).

Em contrapartida, “ser *alieni iuris* é estar sob a *pátria potestas* ou à *manus* de um chefe de família” (Pinho, 2002, p. 278). Sendo assim “nessa categoria estão os filhos e filhas (próprios ou adotados) não emancipados; os netos e netas, [...] a esposa sujeita à *manus* do marido ou do *pater familias* a quem o marido se encontra sujeito” (Pinho, 2002, p. 278). Deduz-se que as mulheres poderiam pertencer às duas classes (i.e., tanto a *sui iuris* como a *alieni iuris*). Porém, mesmo a mulher sendo *sui iuris*,

[...] ela não poderia ser *pater familias* [...]; se não contasse com 25 anos, não poderia se casar sem o consentimento do pai e, na falta deste, da mãe, ou ainda, na falta desta, subsidiariamente, o consentimento seria dos parentes mais próximos. Se o pai,

⁸ Fazia alusão ao cidadão livre, chefe de família, senhor da casa, a cujo poder a mulher e os filhos permaneciam em estado de sujeição (Santos, 2014, p. 149). Para ser *pater familias* é indispensável que o homem goze de plena capacidade jurídica, que seja sujeito de direitos, mas, além disso deverá ocupar a posição de chefe de família, sendo indiferente que tenha ou não descendentes, seja solteiro ou casado, criança ou adulto” (Pinho, 2002, pp. 277-278).

porventura, fosse alienado mental (*fúrius ou demens*), o consentimento para o casamento da filha deveria ser dado por um juiz. (Pinho, 2002, p. 278).

As mulheres “eram consideradas incapazes para a prática dos atos da vida civil; necessitavam, sempre, de um tutor que lhes representasse os direitos na sociedade romana (*tutela perpétua*). *Jamais podiam ocupar qualquer cargo público* [ênfase adicionada]” (Rolim, 2000 citado por Pinho, 2002, p. 278). Desse modo, não resta dúvida que o papel jurídico e, conseqüentemente, também social da mulher é de tamanha inferioridade em relação ao homem (Pinho, 2002).

Voltando-se novamente ao papel da mulher no mundo grego, cabe fazer algumas considerações ao período da história da Grécia chamado Clássico (séculos V e IV a.C). Haja vista que neste período os principais pensadores foram Sócrates, Platão e Aristóteles. Estes dois últimos deixaram significativos legados para a posteridade, nas áreas política, jurídica e social (Santos, 2014). Desta feita, serão elencados posicionamentos de ambos acerca da mulher, já que “*seus pensamentos moldaram significativamente a maneira ocidental de enxergar a vida em sociedade* [ênfase adicionada] e a maneira de se compreender os papéis que homens e mulheres ocupam nas relações intersocietárias” (Santos, 2014, p. 106). Bem como ambos foram responsáveis por sedimentar “a matéria-prima para a construção racional de uma perspectiva que obscureceu a imagem da mulher” (Santos, 2014, p. 115). E em consequência, “possibilitou o surgimento de uma ideologia que defendeu a superioridade do homem em relação à mulher no Ocidente cristão” (Santos, 2014, p. 115).

A começar por Platão (427 a.C. – 347 a.C.), este, em sua obra *A República*⁹, traz considerações um tanto quanto recheadas de desconstruções acerca da mulher. Isso acabou

⁹ É um tratado completo, Platão reduzido a um livro; nele encontraremos a sua metafísica, sua teologia, sua ética, sua psicologia, sua pedagogia, sua política, sua teoria da arte. Nele encontraremos problemas exalando modernidade e sabor contemporâneo: comunismo e socialismo, feminismo, o controle de natalidade e eugenia, problemas nietzschianos de moralidade e aristocracia [...] – está tudo ali. É um banquete para a elite, servido por um anfitrião generoso. (Durant, 2000, p. 41 citado por Santos, 2014, p. 116).

trazendo como consequência “a elaboração de um discurso que silenciou e inviabilizou a figura feminina na história do Ocidente” (Santos, 2014, p. 116). Na referida obra, o autor expressou uma visão utópica acerca da maneira como a sociedade deveria ser estruturada/concebida. Diante das considerações contidas ali, é possível compreender como se davam na época as relações entre homens e mulheres (Santos, 2014).

A partir daqueles escritos, foi possível identificar as raízes históricas que redundaram na “inviabilização da mulher nos primórdios da história do pensamento cristão no Ocidente e que permitiram o surgimento de uma ideologia que legitima de maneira camuflada a prática da violência contra a mulher na atualidade” (Santos, 2014, p. 116). Faz-se a seguinte ressalva quanto aos aspectos estritamente religiosos que potencializaram/favoreceram tal violência: serão tratados em tópico específico.

Antes de serem abordadas pontuais considerações acerca da visão platônica no tocante à mulher, é necessário observar que o referido autor foi fortemente influenciado por Sócrates¹⁰ (469 a.C. – 399 a.C.). É a partir do método socrático chamado de *maiêutica*, que Platão vai elaborar “uma vasta produção bibliográfica analisando diferentes aspectos da vida dos seres humanos, a saber, questões de ordem metafísica, ética e epistemológica” (Santos, 2014, p. 118). A maiêutica teria como fundamento a ironia (i.e., uma espécie de simulação), a qual para Sócrates consistia em confrontar, por meio de perguntas, aquele que está seguro de si mesmo (Mondin, 2005). Desse modo, o indivíduo ficaria confuso e pasmo, assim, via-se impelido a enxergar novos problemas, o que despertava sua curiosidade e colocava-o para refletir (Mondin, 2005).

¹⁰ Nasceu em Atenas numa época em que a cidade havia atingido o ponto alto de seu esplendor artístico, poderio militar e econômico e morreu pouco tempo antes de seu declínio (Santos, 2014, p. 117).

Platão vai construir “seu pensamento filosófico baseado numa premissa dualista que concebia a realidade a partir de dois reinos distintos, a saber, o mundo das ideias e o mundo sensível” (Mondin, 2005, pp. 63-67 como citado em Santos, 2014, p. 118).

O reino das ideias contemplava os padrões perfeitos e constantes de todas as coisas, enquanto, o mundo sensível continha as cópias imperfeitas e transitórias da realidade: “perfeitas e imutáveis, as ideias constituiriam os modelos ou paradigmas dos quais as coisas materiais seriam apenas cópias imperfeitas e transitórias. Seriam, pois, tipos ideais, a transcender o plano mutável dos objetos físicos” (Pessanha, 1991, pp. 22-23 como citado em Santos, 2014, p. 118).

“Platão acreditava que a alma era imortal e que tinha sua origem no mundo das ideias” (Santos, 2014, p. 118). Para ele, “a alma era o princípio determinante que uma vez atribuído ao indivíduo antes ou no momento do seu nascimento legitimava sua condição de ser humano no mundo” (Santos, 2014, p. 118). Ao contrário, “o corpo, com suas necessidades e interações físicas, [...], pertencia ao mundo material, temporal e inconstante, e era visto como sendo [...] mal e [...] um grande obstáculo no processo de busca e apreensão do verdadeiro conhecimento” (Santos, 2014, p. 119). Vale destacar que foi baseado nas suas induções sobre a alma que ele [Platão] pontua suas primeiras considerações acerca da superioridade do homem em relação à mulher (Berman, 1997). Platão acreditava que havia uma diferença constitucional da alma (Berman, 1997). Neste sentido, “a alma masculina é, por natureza, superior à alma feminina” (Berman, 1997, p. 250 como citado por Santos, 2014, p. 120).

Pois bem, a obra *A República* foi toda produzida e estruturada em forma de diálogos (Santos, 2014). “Nela, os interlocutores são todos homens. *Eles são os únicos agentes autorizados* [ênfase adicionada] a discutir questões de ordem política e social” (Santos, 2014, p. 130).

A cidade utópica de Platão para ser perfeita dependerá, indubitavelmente, da manifestação de quatro virtudes essenciais, a saber: a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça (Santos, 2014). Esta última é colocada como a “que concorre para manter a perfeita ordem social da cidade, tema que serve como estrutura elementar para toda a obra, tem aplicação direta para a realidade dos homens vivendo em sociedade” (Santos, 2014, p. 130). Pode-se dizer que tal afirmação surge em decorrência dos seguintes escritos de Platão:

Creio que na cidade o complemento das virtudes que examinamos, temperança, coragem e sabedoria, é o elemento que conferiu a todas o poder de nascer e, após o nascimento, as salvaguarda, enquanto continua presente. Ora, afirmamos que a justiça seria o complemento das virtudes procuradas, se encontrássemos as três outras. (Platão, 1965a, p. 218).

A pujança da cidade justa (i.e., a que se adequa aos preceitos da justiça como virtude) estaria assentada diretamente na condição de homem, bem como a ascensão a altos cargos só caberia a eles. É o que se pode inferir a partir da seguinte assertiva:

[...] nos Livros V, VI e VII Platão aborda as particularidades da cidade justa, sua organização, seu governo, as qualidades requeridas a seus magistrados e um plano completo de educação para a formação de seus líderes. Dentre o povo, os melhores cidadãos serão escolhidos para serem os guardiões da cidade e dentre os guardiões, os melhores serão os governantes da cidade. (Baccou, 1965a, pp. 28-29 como citado em Santos, 2014, p. 124).

Desta feita, para Santos (2014) “a cidade utópica é construída a partir de uma perspectiva androcêntrica. É uma sociedade idealizada por homens e para homens. Os líderes [...] que cuidam de sua proteção devem ser varões bem-educados, de bom caráter, corajosos e abnegados” (p. 130).

Vale destacar que na famosa “Alegoria da Caverna¹¹” (constante no Livro VII de “A Republica”), uma das produções mais conhecidas e famosas no campo da filosofia (Santos, 2014), “Platão reforça a ideia de que homens estão acorrentados pelos sentidos e de que homens podem ser libertos destas cadeias. Existe aqui um completo silenciamento em relação às mulheres” (Santos, 2014, p. 132). Em tais escritos, não se encontrou “termos generalizantes que possibilitassem inferir a presença das mulheres entre os cativos ou libertos das cadeias dos sentidos. Ao contrário, ali só existe espaço para o gênero masculino” (Santos, 2014, p. 132). Pode-se dizer que o pensamento platônico, na presente Alegoria, é corroborado dentro de uma concepção puramente direcionada ao homem, haja vista que, para Platão aquele

[...] que conseguir se libertar das ilusões do mundo sensível, elevar-se ao mundo das ideias e apreender a realidade tal qual ela realmente é, estará habilitado a desempenhar a função de governante da cidade perfeita e apto a conduzir seus cidadãos para o caminho da libertação. (Santos, 2014, p. 127).

Para encerrar as considerações inferiorizantes de Platão em relação à mulher, bem como seu declarado desprezo à condição feminina cabe destacar o seguinte excerto:

[...] não admitiremos, pois – prossegue – que aqueles dos quais pretendemos cuidar e que devem tornar-se homens virtuosos, imitem, eles que são homens, uma mulher jovem ou velha, que injuria o marido, rivaliza com os deuses e gaba-se de sua felicidade, ou se encontra na desgraça, no luto e nas lágrimas; com maior razão ainda, não admitiremos que a imitem doente, apaixonada ou nas dores de parto. [...] Nem que

¹¹ Descreve homens que vivem, desde sua infância, na condição de prisioneiros acorrentados numa espécie de caverna sem a possibilidade de acessar o mundo exterior, pessoas, objetos, coisas, a não ser por meio de sombras que são projetadas numa parede que está diante deles, pela luz de um fogo acesso. Uma vez que um deles consegue se libertar desta condição e entra em contato com o mundo exterior percebe a situação de engano em que permanecera e finalmente começa a contemplar a verdadeira realidade. O processo de descoberta da verdade é lento. Aos poucos, o homem que estava acostumado com a escuridão e com as sombras, começa a apropriar-se do mundo real, primeiramente através dos reflexos das coisas na superfície das águas e no céu estrelado, até conseguir olhar firmemente para o sol, fonte de toda a luz e de toda realidade. Daí por diante torna-se responsável por conduzir outros ao conhecimento da verdadeira realidade (Platão, 1965b, pp. 105-108 citado por Santos, 2014, p. 126).

imitem os escravos, machos ou fêmeas, em suas ações servis. [...] Nem, ao que parece, os indivíduos maus e covardes que praticam o oposto do que dizíamos há pouco [...]; pois é preciso conhecer os loucos e os maus, homens e mulheres, mas não fazer nada do que eles fazem e tampouco imitá-los. [...] ferreiros [...] artesãos [...] remadores [...] mestres de tripulação [...] rincho de cavalos [...] mugido de touros [...] lhes é proibido ser loucos e imitar os loucos. (Platão, 1965^a, p. 162 como citado em Santos, 2014, p. 135).

No fragmento anterior, fica explícito a orientação de Platão para que os “jovens cultivem as qualidades de um verdadeiro homem, a saber, a coragem, a temperança, a liberalidade dentre outras virtudes, e que não imitem as classes inferiores, das quais pertencem as mulheres, os escravos, os maus e covardes” (Santos, 2014, p. 135).

Por outro lado, o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), como discípulo de Platão, tal como este, continua a inferiorizar a condição da mulher em seus escritos, porém, não seguirá o dualismo platônico, já que sua base argumentativa para reforçar a superioridade do homem foi alicerçada na analogia entre o reino animal (i.e., na concepção estrita de macho e fêmea) e os seres humanos (Santos, 2014). Neste sentido, no livro chamado “Política”, o autor considera como sendo

[...] obra da natureza as diferenças existentes entre os seres humanos, caracterizadas basicamente pela existência de duas classes, a saber, a dos dominadores, constituída basicamente por homens livres, e a dos dominados, entre os quais figuram as mulheres e os escravos. (Santos, 2014, p. 144).

Sendo assim, fica nítido que o filósofo fez uso de uma “analogia entre o reino animal e os seres humanos” (Santos, 2014, p. 144). Isso foi corroborado quando ele afirmou o seguinte: “o macho é por natureza superior e a fêmea inferior. Aquele domina e esta é dominada; o

mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o gênero humano” (Aristóteles, 1985, p.1254 como citado em Santos, 2014, p. 144).

Em suma, Aristóteles nesta intransigente comparação entre os traços animais e humanos, leva a inferiorização da mulher às últimas consequências (Santos, 2014), o que pode ser comprovada a partir dos escritos a seguir.

Entre os animais, é o homem que tem o cérebro maior, proporcionalmente ao seu tamanho, e, nos homens, os machos têm o cérebro mais volumoso que as fêmeas. [...] tudo o que é pequeno chega mais rapidamente ao seu fim, tanto nas obras artificiais quanto nos organismos naturais. [...] porque as fêmeas são, por natureza, mais fracas e mais frias e a sua natureza deve ser considerada como uma deformidade natural. (Aristóteles, 1985 como citado em Sissa, 1990, p. 102).

Portanto, pode-se dizer que Aristóteles modificou radicalmente os principais pressupostos do seu mestre Platão no tocante à relação entre o mundo das ideias e o mundo sensível, pois aquele manteve-se irredutível quanto ao lugar da mulher na ordem social estabelecida (Santos, 2014), levou-a a uma condição de inferioridade praticamente irreversível.

2.3 Aspectos religiosos que potencializaram

É por demais oportuno trazer os aspectos religiosos que potencializaram e continuam a potencializar a violência contra a mulher, haja vista que a história da humanidade sempre esteve norteadada pela religiosidade (Angelim, Schaper & Gross, 2016). Para além disso, a religião possui uma função social que tem sido alvo de interpretação/estudo em diversas abordagens nos diferentes campos da ciência (Santos, 2014). Sendo assim, entre as múltiplas funções que ela desempenha na sociedade está a de fornecer justificativa para a existência humana (Santos, 2014) “na forma tal como existimos em situações socialmente determinadas (i.e., conforme os atributos do grupo, gênero ou classe a que pertence cada indivíduo)” (Oliveira, 2003, p. 180

como citado em Santos, 2014, pp. 42-43). Ademais, cabe assinalar ainda que a função social da religião pode ser abordada em diversos ângulos, dentre os quais estão:

a) legitimadora e/ou questionadora dos *status* sócio-político-econômico nas relações de classes (Bourdieu, 1998; Löwy, 2000); b) promotora de salvação num mundo dominado pelo conceito da razão moderna (Derrida, 2000); c) promotora de saúde e bem-estar (Terrin, 1998); d) elemento fornecedor de sentido, fator de coesão e de *nomia* social (Berger, 2004). (Santos, 2014, p. 43).

Desse modo, pode-se dizer que é a partir de tais papéis e vieses intrinsecamente explorados por estudiosos e cientistas nas mais diversas comunidades acadêmicas, em todo o mundo, que a religião tem buscado, com seus discursos e narrativas, reduzir a mulher por meio de uma ótica biológica e social, os quais são, claramente, dois determinantes para a desigualdade de gênero (Pinafi, 2007). E os vetores que norteiam a opressão e a diminuição da força operativa da mulher pela religião foi bem pontuado pelas palavras de Angelim, Schaper & Gross (2016, pp. 106-107): “para Pierre Bourdieu, uma das principais funções da religião tem sido legitimar a ordem social, designada pelo estilo de vida e ligada diretamente a interesses políticos, os quais se encontram mesclados com as crenças religiosas e suas ideologias”. Para tanto, “as ideologias religiosas são capazes, de impor e justificar relações de poder e violências” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 112). Isso se confirma pelas palavras de Stroher (2009, p. 102 como citado em Angelim, Schaper & Gross, 2016, pp. 112-113):

[...] a religião e seus textos sagrados são, em muitos casos, determinantes do processo de violência simbólica, de manutenção e de legitimação de relações de subordinação. A religião e seus textos sagrados tocam os símbolos, as convicções e a produção de sentidos da vida. [...] A religião produz e reproduz violência e, mais que isso, a sacraliza. Funciona, desta forma, como cúmplice do processo de socialização de

homens e mulheres, e veículo legitimador de relações assimétricas e naturalização da violência de gênero.

Neste sentido,

Ivoni Richter Reimer chama a atenção para o documento do Concílio do Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965, quando este compara Eva com Maria, afirmando que Maria conseguiu superar a desobediência de Eva com sua obediência e exemplo de mulher, destacando, ainda, que a morte é um símbolo delegado à Eva, enquanto a vida tem relação com Maria. Essa interpretação feita pela religião católica tem contribuído para a legitimação de violências e abusos cometidos contra mulheres que não estariam se comportando como Maria (Reimer, 2011 como citado em Santos, 2011, p. 100).

A tal desobediência de Eva tornou-a “a grande culpada pela queda do gênero humano. Como punição pelo pecado cometido, Eva teria de se submeter a tudo, sofrer” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 109) e “ser governada por um Deus vingativo e seu representante terreno, o homem” (Bergesch, 2008, p. 118). “Esta submissão imposta para a mulher fez com que a mesma fosse” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 109) “assemelhada à fraqueza da carne, à sensualidade, à volúpia, à tentação, ao pecado, enfim, considerada um ser humano pela metade” (Gebara, 1990, p. 28).

Não é por demais inferir que em decorrência disso,

[...] muitas mulheres vivenciaram e vivenciam ainda esta condição, acreditando que este é o seu destino: viver no sofrimento a partir da responsabilidade pelo pecado original supostamente praticado por Eva. *Esta visão retrata a mulher reduzida a objeto de sua sexualidade* [ênfase adicionada]. Por outro lado, diante dessa lógica, a mulher é idealizada na imagem de Maria, pura, obediente e submissa. (Gebara, 1990, p. 33).

Vale enfatizar ainda algumas formas subjetivas de condenação da sexualidade das mulheres que são exploradas de forma sutil/mascarada e que conseguem legitimar de forma

contundente a violência contra elas (Angelim, Schaper & Gross, 2016), como é o caso da narrativa apresentada por Mari Hunt,

[...] quando a mesma reflete sobre o tema e apresenta a narrativa que serve de exemplos para mulheres e meninas dentro da Igreja Católica, através de santas, como a Santa Maria Goretti, que entregou sua vida para não perder a virgindade. O fato mais interessante, nesta narrativa, é que ela lutou sozinha, deixando claro que a mulher é responsável por si mesma e pela defesa de sua honra, ao invés do agressor ser responsabilizado pelo ato de violência. (Hunt, 2009 como citado em Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 110)

Para Pinafi (2007),

[...] o Cristianismo retratou a mulher como sendo pecadora e culpada pelo desterro dos homens do paraíso, devendo por isso seguir a trindade da obediência, da passividade e da submissão aos homens, — seres de grande iluminação capazes de dominar os instintos irrefreáveis das mulheres — como formas de obter sua salvação. (p. 2)

Convergindo nessa mesma direção, “no Antigo Testamento da Bíblia é perceptível a organização social baseada em castas, reservando o legado às mulheres de ser propriedade privada de todos os homens, a começar de seus pais, depois de seus maridos e senhores” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, pp. 107-108). Em referência novamente ao Cristianismo, Gebara (2000), afirma que

[...] os seus símbolos também são patriarcais, e por isso criou-se uma cultura de obediência ímpar à figura masculina que vai desde Jesus até os apóstolos, padres, pais, irmãos, etc., a qual passou a ser o centro da religião patriarcal que gera a opressão e o autoritarismo. (pp. 156-157).

É pertinente discorrer que há nesta acepção um exacerbado e intransigente culto ao masculino, o que direciona a mulher para um afastamento instantâneo ao que é divino. Isso é

marcante no Judaísmo, o qual se constitui em uma das raízes ou um dos elementos formadores do Cristianismo (Plumwood, 1993; Ruether, 1978). Tais afirmações se coadunam com o que Lima (2010) traz acerca de como, na concepção judaica, Deus (mesmo sendo espírito) é diretamente associado à figura masculina.

[...] associar a figura de Deus ao masculino significou um distanciamento da mulher do divino. Qualquer mulher só pode se identificar com o Deus-Pai hebraico através da negação de sua própria identidade. *Ser mulher passou a significar estar mais propensa ao mal, mais suscetível às ciladas do demônio* [ênfase adicionada]. (Lima, 2010, p. 3).

Por fim, “na atualidade, diante da estrutura patriarcal que se encontram alicerçadas as sociedades, *umas das perguntas que pairam no contexto da relação das mulheres com as violências sofridas são os motivos que as levam a perdoarem constantemente seus agressores* [ênfase adicionada]” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 110). Uma das respostas que pode ser delineada surge quando se relaciona as mulheres com a religião (Angelim, Schaper & Gross, 2016), o que foi trazido com imensa lucidez por Orozco (2009):

[...] em decorrência do papel social e das expectativas que as sociedades patriarcais construíram para as mulheres, elas encontram na religião fundamentos que legitimam seu papel de esposa e mãe de família. A partir de sua formação religiosa, as mulheres buscam força na própria religião para efetivarem seu papel de resolução de problemas domésticos. A ideia que permanece é de estarem disponíveis a doarem-se para as outras pessoas, sem levar em conta suas vontades e desejos, buscando sempre o bem da família. (pp. 134-135).

Portanto, “a religião vem a ser produtora de sentimentos e valores para o convívio das pessoas em sociedade *e também para justificar o silêncio diante de violências cometidas contra as mulheres* [ênfase adicionada]” (Angelim, Schaper & Gross, 2016, p. 112).

2.4 Panorama brasileiro e algumas teorias que buscam inserir a violência contra a mulher dentro de um ciclo

“A violência contra a mulher se caracteriza como um fenômeno sociocultural com impacto na saúde pública” (Machado et al., 2020, p. 484) e “constitui-se numa das práticas mais denunciadas e que ganharam maior visibilidade nas últimas décadas em praticamente todas as partes do mundo (Jesus, 2010, p. 8). No que refere a estatísticas globais, Garcia (2016), traz, em seu artigo editorial do IPEA, um indicador mundial que coloca a violência contra a mulher num patamar de gravidade planetária.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), *35% das mulheres no mundo já sofreram violência física e/ou sexual perpetrada por parceiro íntimo ou violência sexual perpetrada por não parceiro [ênfase adicionada]. Ou seja, mais de uma a cada três mulheres no mundo já foi vítima de pelo menos um episódio desses tipos de violência [ênfase adicionada]*, embora ainda existam muitas outras formas de violência contra a mulher, que abrangem um amplo espectro, desde a agressão verbal e outras formas de abuso emocional, passando pela violência física ou sexual, e que tem como expressão máxima o feminicídio. (Garcia, 2016, p. 452)

Ainda conforme a OMS, em publicação de 10 de março de 2021, no *site* <https://brasil.un.org/pt-br/>, a desigualdade é apontada como um fator de risco extremamente relevante na incidência da violência contra a mulher.

A violência afeta desproporcionalmente as mulheres que vivem em países de baixa e média-baixa renda. Estima-se que, ao longo da vida, 37% das mulheres que vivem nos países mais pobres sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro, com alguns desses países tendo uma prevalência de até uma em cada duas mulheres. (OMS, <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>).

Corroborando tal indicador, a OMS traz a estatística de que na [...] Oceania, Sul da Ásia e África Subsaariana têm as maiores taxas de prevalência de violência praticada por parceiro entre mulheres de 15 a 49 anos, variando de 33% a 51%. As taxas mais baixas são encontradas na Europa (16% a 23%), Ásia Central (18%), Leste Asiático (20%) e Sudeste Asiático (21%). (OMS, <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>).

Neste sentido, faz-se necessário acrescentar que o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 trouxe “alguns indicadores preocupantes acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher. As organizações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica observaram aumento da [mesma] por causa da coexistência forçada, do estresse econômico e de temores sobre o coronavírus” (Vieira, Garcia & Maciel, 2020, p. 2). Ademais, observou-se que

[...] organizações internacionais apontam para o aumento desse tipo de violência. Na China, os registros policiais de violência doméstica triplicaram durante a epidemia. Na Itália, na França e na Espanha também foi observado aumento na ocorrência de violência doméstica após a implementação da quarentena domiciliar obrigatória. (Vieira, Garcia & Maciel, 2020, p. 2)

Quanto a esse crescente e significativo aumento da violência contra a mulher nesse imprevisível cenário de pandemia mundial, cabe ser colocado um raciocínio dedutivo, possuidor de elevada coerência e significação, o qual diz que

[...] no isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia uma margem de ação para a manipulação psicológica. O controle das finanças domésticas também se torna mais acirrado, com a presença mais próxima do homem em um ambiente que é mais comumente dominado pela mulher. *A perspectiva da perda de poder masculino fere*

diretamente a figura do macho provedor, servindo de gatilho para comportamentos violentos [ênfase adicionada]. (Vieira, Garcia & Maciel, 2020, pp. 2-3).

É bem verdade que, nos últimos anos, a exímia divulgação dos números, que revelam a realidade desanimadora dos desmandos contra as mulheres, tem sido bem oportuna e transparente, mas não foi sempre assim.

No Brasil, uma das primeiras pesquisas, pode-se até dizer que foi uma das pioneiras, ocorreu no início dos anos 2000. Ela tornou público “a gravidade das violências sofridas pelas mulheres, revelou que 43% delas [das mulheres] já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo em 70% dos casos, perpetradas por parceiros ou ex-parceiros conjugais” (Fundação Perseu Abramo, 2001 como citado em Guimarães & Pedrosa, 2015, p. 257). Já naquela época, concluiu-se com a referida pesquisa que havia uma estimativa entristecedora e um tanto quanto impactante “de que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil” (Guimarães & Pedroza, 2015, p. 257).

Cabe destacar que, após 10 anos, aquela pesquisa foi repetida, nos espaços públicos e privados, agora com uma maior amplitude e os resultados se mostraram bem próximos à primeira (Guimarães & Pedroza, 2015). Pois bem, o

[...] número de mulheres que já haviam sofrido violências cometidas por homens (em 2001, 43% das entrevistadas e em 2010, 35%) e ao fato de o principal perpetrador de tais violências ser o parceiro conjugal (atual ou ex), totalizando 80% dos casos, se excetuadas as situações de assédio e violência sexual. (Fundação Perseu Abramo, 2001, 2010 como citado em Guimarães & Pedrosa, 2015, p. 257).

A pesquisa trouxe ainda que “entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, sendo que 47,5% apenas na última década” (Guimarães & Pedroza, 2015, p. 257). Os dados indicaram também que “68,8% desses homicídios ocorreram nas residências das vítimas, e para as mulheres da faixa etária entre 20 e 49 anos, 65% deles foram cometidos por

homens com os quais elas mantinham ou mantiveram um relacionamento amoroso (Guimarães & Pedroza, 2015, p. 257). Alguns anos mais tarde, uma estatística similar a esta última continua colocando a residência como o local onde mais acontece a violência perpetrada contra a mulher. A informação aponta que “a residência é o local privilegiado de ocorrência da violência não letal, para ambos os sexos; significativamente superior para o sexo feminino (71,9%), em relação ao masculino (50,4%)” (Waiselfisz, 2015, p. 50).

Em outro momento, a pesquisa anterior contabilizou, nacionalmente, o assassinato de 4.762 mulheres em 2013, uma proporção de 4,8 mortes por 100.000 habitantes, o que redundou num crescimento de 21% de 2003 a 2013. Destaca-se que 50,3% dessas mortes ocorreram em contexto de violência familiar, sendo que, especificamente, 33,2% são praticadas por um companheiro do passado ou pelo atual (Waiselfisz, 2015).

Pesquisas mais recentes continuam trazendo estatísticas alarmantes desse grave cenário de violência, tanto física como as que resultam em homicídios de mulheres. Conforme o Atlas da Violência (2019), “houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007” (p. 35).

Mas como obter a informação precisa acerca de quantas dessas mortes são resultados de feminicídio? Ou seja, quando o assassinato de uma mulher é cometido por razões da condição de sexo feminino (i.e., o crime envolve: violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher) (Lei nº 13.104, de 09/03/2015). Para a resposta àquela pergunta utilizou-se o seguinte parâmetro:

[...] os microdados da saúde, que permitem traçar o perfil desses homicídios segundo o local da ocorrência do fato. Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência (39,3% se não considerarmos os óbitos em que o local do incidente

era ignorado). Muito provavelmente estes são casos de feminicídios íntimos, que decorrem de violência doméstica. (Cerqueira et al., 2019, p. 40).

Ainda cabe destacar, para fins de elucidação do referido cenário de homicídios de mulheres, os dados do Atlas da Violência (2020), o qual explicita que “em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino” (p. 11).

Observa-se que “a taxa de homicídios contra mulheres apresentou uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018” (Cerqueira et al., 2020, p. 11). Porém, os números de 2018 resultam ainda na triste constatação de que “uma mulher é assassinada no Brasil a cada duas horas” (Cerqueira et al., 2020, p. 11). E que, também, “em relação ao local da morte e sexo, entre 2008 e 2018, 38,9 % dos óbitos de mulheres ocorreram em residência, enquanto os dos homens no mesmo local ficou em 14,4%” (Cerqueira et al., 2020, p. 11).

No que tange ao universo feminino, chega-se à seguinte conclusão: “a cada 6h23min uma mulher é morta dentro de casa” (Cerqueira et al., 2020, p. 11). Contudo, os últimos números trazidos pelo Atlas da Violência (2021) revelaram que, em 2019, comparando-se com 2018, houve uma diminuição na quantidade de mulheres assassinadas no Brasil. Se em 2018 foram 4.519 mulheres assassinadas, em 2019, caiu para 3.737 (Cerqueira et al., 2021). Isso “equivale a uma redução de 17,3% nos números absolutos” (Cerqueira et al., 2021, p. 36).

Torna-se pertinente trazer os números do Estado de Goiás, já que a presente investigação científica ocorreu em Goiânia. Pois bem, a taxa de homicídios de mulheres, em 2019, em Goiás, é de 4,6 para cada 100 mil mulheres, o que é bem superior ao índice nacional, o qual está em 3,5. E considerando o *ranking* das Unidades Federativas (UFs) o Estado de Goiás ocupa a 12ª posição (Cerqueira et al., 2021).

Diante de estatísticas tão alarmantes a nível nacional, quando se buscou descobrir a posição do nosso país no cenário mundial, no tocante aos homicídios de mulheres, o resultado continuou sendo estarrecedor, tendo em vista que o

[...] Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH). *O país só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia em número de casos de assassinato de mulheres* [ênfase adicionada]. Em comparação com países desenvolvidos, aqui se mata 48 vezes mais mulheres que o Reino Unido, 24 vezes mais que a Dinamarca e 16 vezes mais que o Japão ou Escócia. (<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo>).

Diante desse cenário de estatísticas catastróficas, o instrumento jurídico que veio atenuá-lo, ressaltando as devidas proporções, foi a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)¹², já citada anteriormente, com ênfase aos tipos de violência contra a mulher. Neste momento, cabe fazer um destaque quanto ao seu caráter repressor, o que a fez ganhar notoriedade.

¹² A designação de Lei Maria da Penha, que a Lei 11.340/2006 recebeu, foi uma homenagem feita a uma sobrevivente da violência doméstica. Maria da Penha Maia Fernandes é uma cearense que nasceu, em 1945, em Fortaleza. Graduiu-se em Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal do Ceará e fez Mestrado em Parasitologia em São Paulo, período em que conheceu um professor de economia colombiano, Marco Antônio Heredia Viveiros, que brevemente viria a ser seu esposo e seu maior algoz. Três filhos nasceram como fruto desta relação (Santos, 2014, p. 65). Ela viveu a situação de violência doméstica no casamento por vinte e três anos. Em uma das tentativas de assassinato, seu marido disparou um tiro que a deixou paraplégica. Ela lutou por vinte anos para vê-lo preso, mas, após o julgamento e condenação ele ficou preso em regime fechado por apenas dois anos, o que gerou uma situação de revolta e de descrença no poder público. Maria da Penha formalizou juntamente com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) uma denúncia referente à omissão e negligência do Brasil frente aos crimes de violação de Direitos Humanos. Esta denúncia foi levada até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das duas entidades que integram o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Lei 11.340/06 foi elaborada como resposta às recomendações do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW/ONU, 1981) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) (Brito, 2015, p. 46).

Neste sentido, “o seu diferencial encontra-se no fato desta não ser uma simples lei, *mas um precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas sobretudo preventivo e assistencial* [ênfase adicionada]” (Dias, 2012 como citado em Souza, 2016, p. 19).

Corroborando tal escopo, elenca-se os seguintes objetivos da referida lei:

[...] a caracterização da violência doméstica e familiar *como violação dos direitos humanos das mulheres* [ênfase adicionada]; a garantia de proteção e procedimentos policiais e judiciais mais humanizados, para as vítimas da violência doméstica; a apresentação de aspectos conceituais e educativos, muito mais que punitivos, o que a qualifica como uma das legislações mais avançadas e inovadoras do mundo no tratamento do fenômeno da violência doméstica contra a mulher; a promoção de uma real mudança nos valores sociais que naturalizam a violência que ocorre nas relações domésticas e familiares; a elaboração de respostas que possam romper com a cultura machista, gerar novas práticas, reparar as omissões e afastar definitivamente a banalização em torno da violência doméstica, tornando-se assim, um instrumento de mudança política, jurídica e cultural. (Santos, 2014, p. 68).

A sua abrangência abarca a criação de “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, define as formas de violência às quais a mulher poderá estar sujeita, descreve o espaço onde essa violência ocorre e aponta medidas protetivas para as vítimas” (Santos, 2014, p. 68). Por último, ainda traz a prescrição de sanções aos agressores (Santos, 2014).

É bem verdade que foi a partir da promulgação da referida lei que, no Brasil, “começou a ser elaborado todo um sistema de políticas públicas direcionado exclusivamente às mulheres que vivenciavam alguma situação de violência ou de violação de direitos” (Brito, 2015, p. 46).

A Lei Maria da Penha ainda trouxe contribuições no sentido de [...] ampliar a Rede de Atendimento à Mulher – como ficou conhecido o conjunto de serviços voltados para os atendimentos das mulheres em situação de violência –, que ganhou mais serviços especializados, como os Centros e as Defensorias Especializadas, os Núcleos de Gênero do Ministério Público e os Juizados Especializados de Violência Contra as Mulheres (Brasil, 2007b como citado em Brito, 2015, p. 46).

No que se refere à prevenção, a Lei 11.340/2006 enfatiza “a importância da articulação e da integração operacional entre as áreas de segurança pública, assistência social, educação, trabalho, habitação e saúde” (Brito, 2015, p. 46). Bem como entre “o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, o que contribui para o efetivo funcionamento dos serviços prestados por estes órgãos” (Brito, 2015, p. 47).

Finalmente, quanto à proteção, a Lei “inova com as Medidas Protetivas de Urgência, que são instrumentos que visam a segurança da mulher agredida, assim como da sua família, e que obrigam o agressor a cumprir uma série de condutas” (Brito, 2015, p. 47).

É bem verdade que a Lei Maria da Penha se alinhou aos ditames contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos – Adotada e proclamada pela resolução 217-A da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Não é por demais recordar que a referida Declaração surgiu após a criação da “Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em São Francisco, em 1945, tendo como objetivos principais a manutenção da paz e a proteção aos direitos humanos” (Delgado & Jesus, 2018, p. 90). Acrescenta-se ainda que, conforme as palavras de Piovesan (2012),

[...] a Declaração de 1948 introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela *universalidade e indivisibilidade desses direitos* [ênfase adicionada]. Universalidade porque a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos, sendo a dignidade humana o fundamento dos direitos humanos.

Indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Ao consagrar direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, a Declaração ineditamente combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade. (p. 29)

Ainda se pontua que “apresentando os direitos humanos uma unidade indivisível, revela-se esvaziado o direito à liberdade, quando não assegurado o direito à igualdade e, por sua vez, esvaziado revela-se o direito à igualdade, quando não assegurada a liberdade (Piovesan, 2012, p. 29). Isso quer dizer que, universalmente, o direito à liberdade e a igualdade coexistem, pois não há sentido se falar em um, sem a inclusão, instantânea do outro.

Vale ressaltar que em seu Preâmbulo, a referida Declaração já traz algumas considerações que justificam sua concretização, dentre as quais, destaca-se: “considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p. 2).

Assim, cabe corroborar que a Lei Maria da Penha, além de estar em consonância com os fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo, os quais balizam a dignidade de todos os membros da família humana, ainda se pauta pela universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos.

Em outro sentido, é pertinente trazer o seguinte: pelo fato de já está praticamente pacificado, entre muitos estudiosos do tema, a conotação de que as mulheres vítimas de violência se vinculam aos seus algozes “de tal maneira que chegam a converter-se em defensoras deles, *a ponto de justificar, explicar e tolerar os atos de violência a que foram submetidas* [ênfase adicionada]” (Santos, 2014, p. 58). Faz-se necessário citar e explicar algumas teorias que tentam justificar tal violência inserindo-a em um ciclo. Haja vista que, fica

perceptível, de fato, que a maioria delas encontram-se presas a um ciclo interminável (Santos, 2014).

Primeiramente será colocada a explicação do Psiquiatra Frank Ochberg que, em 1978, descreveu de forma inédita “a dependência de um agredido em relação ao seu agressor, ao estudar casos de pessoas vítimas de sequestro e que depois de alguns dias em poder dos sequestradores criavam vínculos de confiança e dependência em relação a eles” (Santos, 2014, p. 58).

Este fenômeno ficou conhecido como Síndrome de Estocolmo¹³, a qual pode ser definida da seguinte forma:

[...] professores e psicólogos do Departamento de Polícia dos Estados Unidos, que afirmam que a “Síndrome de Estocolmo” (S.E.), seria um fenômeno psicológico paradoxal, em que um vínculo positivo entre refém e captor ocorre, e que parece irracional frente à assustadora situação experimentada pela vítima, sendo, portanto, uma tentativa de sobrevivência do sujeito por meio da regressão do ego. (Fabrique et al., 2007, p. 11, como citado em Schmitt, 2013, p.13)

“A consolidação da relação entre sequestrador e vítima se dá pela conduta contraditória do mesmo que ora age com a vítima de modo gentil e amável, ora de modo totalmente truculento e agressivo” (Santos, 2014, p. 59). Tais comportamentos contraditórios do agressor provocam algumas reações na vítima, as quais podem ser descritas em fases (Santos, 2014).

¹³ A expressão “Síndrome de Estocolmo” foi cunhada pelo psiquiatra Nils Bejerot para denominar a reação das vítimas de um assalto ocorrido em 1973, em Estocolmo, Suécia. Durante seis dias, quatro funcionários do banco Kreditbanken ficaram sob a custódia de dois assaltantes, dentro de um cofre do banco, com explosivos presos ao corpo e sob ameaça de morte. O interessante é que, após os dias de confinamento e ameaças, as vítimas resistiram ao resgate, atribuindo a culpa da situação aos policiais e não aos sequestradores. Mais curioso ainda foram suas manifestações no período pós-confinamento: “Enquanto o mundo todo estava condenando os captores, as vítimas, mesmo em liberdade, defendiam-nos.” (Adler, 2010, p.227). As vítimas se negaram a depor contra os assaltantes, defenderam-nos no julgamento e, além disso, uma delas chegou a desenvolver um fundo para custear o processo judicial deles. Ora, isto chamou atenção da comunidade em geral, por não ser este o comportamento esperado de uma vítima em relação ao agente de uma violência sofrida. Frente a isso, especialistas de Saúde Mental foram convocados para fornecer alguma explicação possível para esta aparente contradição (Schmitt, 2013, p.12).

Estas foram descritas como fases de instauração da Síndrome de Estocolmo e estão dispostas na tabela a seguir.

Tabela 1 – *Fases de instauração da Síndrome de Estocolmo*

Fases	Características
de negação	A pessoa diz a si mesma: “Isto não pode estar acontecendo comigo”; “Isto não é real”. Quando percebe que sim, que é real o que lhe está acontecendo, vem o segundo momento do processo.
de aceitação	A vítima se convence de que sua situação é limítrofe e se vê totalmente dependente do agressor a quem costuma perceber como uma pessoa superior e de características extraordinárias.
de depressão traumática e pós-traumática	A pessoa sabe que é agredida. Entende sua situação limite. Compreende que está indefesa frente a um agressor que pode atuar com arbitrariedade em sua vida. Esta constatação produz angústia, ira e autocomiseração – a mistura perfeita para a depressão. Entretanto, se a situação se prolonga, vem a quarta fase, que faz de todo o processo algo muito estranho.
da integração do trauma à vida normal	Nessa etapa, a pessoa simplesmente aceita a agressão como algo normal e a integra em sua vida cotidiana. Nesse estágio, as vítimas, como uma forma de autoprotoger-se, convertem-se em defensoras de seus vitimadores.

Nota. Características das fases pelas quais uma pessoa acometida pela Síndrome de Estocolmo pode vir a passar. Em *Amores que matam: o drama da violência contra a mulher* (pp. 22-23), de M. A. Núñez, 2005, Casa Publicadora Brasileira.

De acordo com Núñez (2005), foi a partir da Síndrome de Estocolmo que o pesquisador Andrés Montero-Gomez, da Sociedade Espanhola de Psicologia da Violência, desenvolveu uma teoria, apresentada pela primeira vez no ano 2000, que hoje tem sido identificada como “Síndrome doméstica de Estocolmo” (Santos, 2014). Esta foi estruturada também em quatro fases distintas, as quais estão dispostas na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – *Fases de instauração da Síndrome doméstica de Estocolmo*

Fases	Características
Desencadeante	Rompe-se o vínculo afetivo e de segurança no qual se havia configurado a relação. A ruptura chega com as primeiras surras do homem. A mulher sofre um “padrão de desorientação, perda de referenciais, reações de estresse” com tendência à depressão.
de Reorientação	A mulher começa a buscar novos referenciais para o futuro, procurando reordenar a compreensão do que está vivendo. Ocorre uma tensão entre o compromisso afetivo que tem com o vitimador, por um lado, e a realidade traumática que vive, por outro lado. Nessa fase, a mulher se “autorrecrimina pela situação e entra em estado de desamparo e resistência passiva” que propicia passar ao estágio seguinte.
de Confronto	A mulher assume o modelo mental de seu esposo e “busca vias de proteção de sua integridade psicológica, tratando de resolver a situação traumática”.
de Adaptação	A agredida “projeta parte da culpa para o exterior, para os outros”. É nesse momento que a Síndrome de Estocolmo se consolida porque a vítima internaliza “um processo de identificação” “em torno do modelo mental explicativo do esposo, sobre a situação vivida no lar e sobre as relações causais que a originaram”. É nessa fase que ocorrem as defesas que parecem loucura.

Nota. Características das fases pelas quais uma pessoa acometida pela Síndrome Doméstica de Estocolmo pode vir a passar. Em *Amores que matam: o drama da violência contra a mulher* (pp. 23-24), de M. A. Núñez, 2005, Casa Publicadora Brasileira.

Vale destacar que, embora haja uma notória instalação de um estado de codependência, bem como de outros a níveis psicóticos, a Síndrome doméstica de Estocolmo é reversível (Santos, 2014). Para tanto, é necessário que “a vítima conte com a ajuda de um profissional qualificado capaz de auxiliá-la e guiá-la a fim de que ela possa reorganizar cognitivamente sua realidade” (Núñez, 2005, p. 24).

Finalmente com base em entrevistas feitas pela Psicóloga americana Lenore Walker, realizadas em 1979 com 1500 mulheres vítimas de violência doméstica, observou-se que o referido fenômeno obedece a um ciclo composto por três fases (Pinheiro, 2020). Conforme mostrado na Tabela a seguir.

Tabela 3 – *Ciclo da Violência contra a mulher (estudo de Lenore Walker, 1979)*

Fases	Características
1.aumento da tensão entre o agressor e a vítima (constante demonstração de posse, ciúmes e agressividade)	Nesse primeiro momento, há o aumento da raiva do agressor, bem como o acúmulo do sentimento de posse e ciúmes sobre a parceira, a qual tenta acalmar seu companheiro, bem como justificar as atitudes do mesmo com as ações dela, assumindo a culpa dos atos do parceiro e pensando que é apenas uma fase e que tudo ficará bem novamente (Nogueira, 2018, p.18)
2.toda a tensão acumulada é liberada, acarretando na violência direta, seja ela, física, patrimonial ou sexual (existe um sentimento de impotência e fragilidade por parte da mulher)	Esse momento por ser considerado o ápice da violência, deveria ser o momento de a mulher/vítima sair em busca de ajuda, tendo em vista que a fase seguinte é o marco para o fim e o início de um novo ciclo, e a cada novo episódio a tendência é aumentar o grau da violência e ocorrer em intercaladas de tempo cada vez menores.
3.último estágio acontece à chamada “Lua de mel”, fase em que o agressor demonstra o seu arrependimento, prometendo-lhe a mudança, por mais que temporária, em seus comportamentos, tentando compensá-la da agressão por ele perpetrada.	Nesse momento a vítima acredita na real mudança do seu parceiro e que a violência jamais se repetirá. De acordo com o Observatório da Mulher Contra a Violência - Senado Federal (2018, p. 6) “é durante essa fase que a vitimização da mulher se completa, uma vez que, em alguns dias, ela passa de zangada, solitária, assustada e magoada, a um estado de ânimo mais alegre, confiante e amoroso”.

Nota. Estudo feito com 1500 mulheres pela pesquisadora americana Lenore Walker. Em *Violência doméstica contra mulher: a armadilha do ciclo da violência* (pp. 10-11), de F. B. F Pinheiro, 2020, Centro Universitário Tabosa de Almeida.

É pertinente pontuar que este ciclo não se aplica à totalidade dos casos, mas a uma grande maioria, sendo assim, ele

[...] marca a peculiaridade desse tipo de violência e a dificuldade de combatê-la, pois *os casais que se envolvem em violência doméstica formam vínculos patológicos que se retroalimentam em uma progressiva onda de violência* [ênfase adicionada], na qual coexistem o ódio (o amor) e o rancor, o que dificulta, muitas vezes, a repressão do poder público. (Bastos, 2011, p. 61).

3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS CRENÇAS (ORIGEM E FORMAÇÃO)

3.1 A grande teoria de Serge Moscovici

Serge Moscovici (1925-2014) é o precursor e pai da Teoria das Representações Sociais (TRS). Originalmente, até a defesa do seu doutoramento, o que as ciências sociais conheciam era a expressão *representação coletiva*, trazida dentro de um contexto puramente sociológico, a qual havia sido extenuantemente explorada por Émile Durkheim (1858-1917). Este estabelecia “a ideia de que a condição de existência de todo o pensamento organizado é a vida social” (Castro, 2002, p. 951). Nas entrelinhas, isso implicava que “a vida social, com as suas formas características de organização, produz representações coletivas, que se impõem aos indivíduos, mesmo que estes não tenham delas consciência, ou sobretudo porque não tem delas consciência” (Harré, 1984, p. 933 como citado em Castro, 2002, p. 951).

Percebe-se que tal concepção repousa numa imutabilidade, sem espaço a flexibilizações de pensamentos e vivências. Há uma conotação de que inexistem retroalimentações (i.e., os indivíduos sofreriam a ação das representações coletivas, sem, contudo, expressarem reação). Moscovici, então, busca atualizar as representações coletivas, partindo do pressuposto de que estas não estavam abarcando “o fato de coexistirem em nossas sociedades atuais uma grande pluralidade de entendimentos e modos de organização do pensamento” (Moscovici, 1976, p. 40 como citado em Castro, 2002, p. 951). Com isso, Moscovici celebraria uma verdadeira virada, já que ele impunha que o seu interesse recairia “sobre as representações da nossa sociedade atual, do nosso solo político, científico e humano, que de alguma forma não tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse imutáveis” (Moraes et al., 2004, p. 7).

Ao fazer um paralelo acerca das considerações dos dois autores, observa-se que “o pensamento de Moscovici difere do entendimento de Durkheim, pois o primeiro acredita que

as relações entre sociedade e cultura são interdependentes e contraditórias, enquanto o segundo defendia serem estáticas” (Moraes et al., 2004, p. 7). Duran (2006) explicita ainda melhor esse paralelismo quando considera que “enquanto Durkheim vê as Representações Sociais como formas estáveis de compreensão coletiva, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas” (p. 41). Na percepção deste, “as Representações Sociais¹⁴ devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e de se comunicar com a realidade social, já para Durkheim as representações coletivas deveriam ser estudadas como fatos sociais¹⁵” (Santos & Dias, 2015, p. 182).

“A expressão *representação social* foi cunhada por Moscovici quando da elaboração da sua dissertação de doutoramento, publicada em 1961 e intitulada *La psychanalyse, son image et son public*” (Castro, 2002, p. 950). O título da obra remete exatamente ao fato de que Moscovici escolhera a Psicanálise como objeto de investigação para validar/corroborar as RS (Marková, 2017). O autor não buscava estabelecer nenhum juízo de valor acerca de tal objeto (i.e., ele não queria verificar a eficácia ou ineficácia dos conceitos e pressupostos psicanalíticos), mas, sim, capturar as RS (Marková, 2017). Para tanto, segundo Marková (2017), Moscovici trouxe à luz a tensão entre: o pensamento científico e profissional, de um lado, e o pensamento cotidiano das pessoas comuns, de outro. Para Marková (2017),

[...] a psicanálise mostrou-se particularmente adequada para explorar essa tensão, pois foi altamente controversa e amplamente comentada. Ela tinha afinidades consideráveis

¹⁴ Ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (Moscovici, 1978, p. 26). São “fenômenos cognitivos, que envolvem pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de conduta e pensamento, socialmente inculcadas ou transmitidas pela comunicação social que a elas estão ligadas” (Jodelet, 2001, p. 22).

¹⁵ Fenômenos compreendidos por “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (Durkheim, 2002, p. 11). “O fato social é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo. (Durkheim, 2002, p. 12).

com pensamentos de senso comum e, portanto, os leigos tiveram seus próprios pontos de vista sobre o assunto, percebendo semelhanças entre a psicanálise e vários tipos de suas experiências diárias, como, por exemplo, entre uma confissão religiosa e uma entrevista psicanalítica. (pp. 361-362).

Em seus estudos, Moscovici concluiu que a finalidade precípua de todas as representações sociais é tornar familiar algo não familiar. Isso significa que o indivíduo precisa conhecer o objeto ou sujeito para representar (Moscovici, 2010). Por isso, a formação das representações implica na ocorrência de dois processos concomitantes: a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 2010).

Desse modo, ancorar significa “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (Moscovici, 2010 como citado em Santos & Dias, 2015, p. 183).

A Ancoragem tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho. Na definição de Jodelet, a ancoragem “é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal” (Jodelet, 2001 como citado em Santos & Dias, 2015, p. 183).

Já a objetivação é descrita por Moscovici como um construto que “transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (Moscovici, 2010 como citado em Santos & Dias, 2015, p. 183). Para Moscovici “esses dois processos são cognitivos” (Spadoni, 2016, p. 83).

Moscovici continua explicando que quando algo novo ingressa no campo intelectual de um indivíduo ou grupo um conflito é suscitado entre o medo do desconhecido e a necessidade de se conhecer. Ao mesmo tempo em que existe uma resistência ao novo, esse novo rapidamente se espalha. Isso acontece porque há um desejo de escapar do

controle daquele que já domina o conhecimento e, por isso, cada um se sente compelido a buscá-lo. Cada pessoa vai buscar informações sobre esse novo objeto, cada pessoa vai construir uma opinião, uma maneira de compreender a novidade. Para isso, as pessoas vão trocar ideias, conversar, ler, ver o que a mídia tem a dizer e, assim, assimilar essa novidade à sua maneira. Por isso ao ser, gradativamente, incluído no conhecimento que chamamos de senso comum, essa nova informação passa por dois processos denominados objetivação e ancoragem. (Spadoni, 2016, pp. 83-84).

Assim, diante da explicação anterior, observa-se que o caminho natural para uma representação social ser incluída como parte das práticas individuais/grupais das vivências cotidianas (i.e., como algo familiar), é pela via dos dois processos já elencados. Desse modo, aquilo que até então era estranho (i.e., não fazia parte dos contextos vivenciais/experienciais do mundo dos indivíduos) pode vir a se tornar familiar a eles quando os mecanismos que fazem uma representação ser social se consolidam.

A partir de tais inferências, faz-se necessário pontuar que Moscovici coloca que na Teoria das Representações Sociais os sistemas de pensamento formam duas classes diferentes de universos, os quais o autor denominou de consensuais e reificados. Há nos primeiros um predomínio de

[...] atividades relacionadas ao senso comum e suas teorias para responder aos problemas que se impõem, em que os indivíduos elaboram sua construção do real a partir do meio onde vivem, explicando as coisas sem ser, necessariamente, um cientista ou especialista, nesse universo eclodem as representações sociais. (Moraes et al., 2004, p. 10).

Já “nos universos reificados, diferentemente, se manifestam os saberes e conhecimentos científicos, com objetividade e rigor lógico e metodológico. Porém, ambos os universos se inter-relacionam, dando forma à nossa realidade” (Moraes et al., 2004, p. 10). “A representação

toma o lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas” (Moscovici, 2001, p.17). Essa afirmação moscoviciano pode ser corroborada por Boaventura Souza Santos (2006, p. 31) pela expressão “Ecologia dos Saberes”, que é definida pelo referido autor, como “o reconhecimento crescente do caráter parcial do conhecimento científico e da necessidade de procurar diálogos entre ele e conhecimentos não científicos”. E isso seria, nas palavras do autor, determinante para a evolução humana.

Em outro momento, o autor de nacionalidade romena vai propor que existem, pelo menos, três maneiras de as representações serem sociais e, portanto, dependentes das relações entre os membros de um grupo (Castro, 2002). São elas: hegemônicas, emancipadas e polêmicas (Moscovici, 1988). As primeiras são mais consensuais, inquestionadas, coercivas, objetivadas nas estruturas e instituições de cada sociedade (Moscovici, 1988). As emancipadas, por sua vez, são partilhadas por diferentes grupos e, também, são produzidas pela discussão de ideias no seio dos mesmos (Moscovici, 1988). Por fim, “as polêmicas são aquelas que resultam do conflito entre visões opostas de grupos opostos e são frequentemente expressas em termos de um diálogo com um interlocutor imaginário” (Moscovici, 1988, como citado em Castro, 2002, p. 965). Desta feita, entende-se que as RS que são objeto do presente estudo estariam classificadas como polêmicas.

Como assevera Castro (2002), as RS marcam em absoluto que não há como dissociar o individual do coletivo, nem o sujeito do objeto. Diante disso, é oportuno discorrer acerca do pilar paradigmático no qual está assentado a Teoria das Representações Sociais. Moscovici, em 1961, vai trazer uma proposta “expressa na linguagem metafórica de uso proibido pela ciência rigorosa, uma teoria ou conjunto de ideias e conceitos que não poderiam, de forma alguma, ser localizados dentro do paradigma positivista, até então, dominante” (Banchs, 2014, p. 309).

As RS são “como entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, gesto, reunião, em nosso cotidiano. Elas estão presentes na maioria das relações estabelecidas, nos objetos que produzimos ou consumimos e nas comunicações que estabelecemos” (Santos & Dias, 2015, p. 183).

Ressalta-se que a “grande teoria” de Moscovici “proporciona um contexto de análise e de interpretação que permite compreender as relações entre o universo individual e as condições sociais nas quais os atores sociais interagem” (Parreira, Mónico, Oliveira, Cavaleiro Rodrigues & Graveto, 2018, p. 56). Bem como viabiliza ainda “compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva dos indivíduos às realidades quotidianas e ao seu ambiente social e ideológico” (Parreira et al., 2018, p. 56).

Com isso, criou condições para se decompor em outras correntes teóricas, dentre as quais destacam-se: “a de Denise Jodelet (1989), mais próxima à teoria original; a de Willem Doise (1985, 1992), que apresenta uma perspectiva sociológica; e a de Jean-Claude Abrieu (1994a, 1994b, 1994c, 1994d), que enfatiza *a dimensão cognitivo-estrutural das representações* [ênfase adicionada]” (Parreira et al., 2018, p. 56).

Por último, discorre-se também que as RS não acontecem isoladamente com um indivíduo. Elas surgem em âmbito grupal, são pensamentos e ideias compartilhadas por um número considerável de indivíduos, em um determinado contexto temporal de época (Moscovici, 1978).

Neste sentido, infere-se que a referida teoria possui características que se aderem ao paradigma interpretativo. Sendo assim, “através deste se vê o mundo social como um processo também social e emergente que foi criado pelos indivíduos envolvidos. A realidade social não existe fora da consciência de qualquer indivíduo em particular” (Burrell & Morgan, 1979, p. 18).

Ontologicamente falando, a teoria de Moscovici converge para uma posição nominalista, a qual “gira em torno do pressuposto de que o mundo social externo à cognição do indivíduo é construído de nada mais que nomes, conceitos e títulos que são usados para estruturar a realidade”. (Burrell & Morgan, 1979, pp. 7-8).

3.2 A dimensão cognitivo-estrutural das Representações Sociais

De acordo com Sá (1996), a dimensão cognitivo-estrutural das RS, a qual se constitui na Teoria do Núcleo Central (TNC) foi proposta em 1976, por Jean-Claude Abric (1941-2012). Ele inspirou-se em “proposições anteriores de Fritz Heider (1896-1988) e de Solomon Eliot Asch (1907-1996), no âmbito da Psicologia Social Norte-Americana, quanto à organização centralizada dos fenômenos de atribuição e formação de impressões” (Sá, 1996, p. 20).

Pode-se afirmar que a *grande teoria* de Moscovici, uma fonte mais próxima aquele autor, também o inspirou (Sá, 1996), “com a importância genética que confere, na explicação das representações sociais, à constituição de um núcleo figurativo, ou seja, uma reorganização imagética de elementos cognitivos privilegiados” (Sá, 1996, p. 21). Isso significaria que “esses elementos, descontextualizados em relação à estrutura original do objeto representado e às suas condições conjunturais, gozariam de considerável autonomia na moldagem do conhecimento sobre tal objeto e tudo o que com ele possa estar relacionado” (Sá, 1996, p. 21).

Vale destacar que Abric pontua que a representação “é um sistema de pré-codificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas” (Abric, 1998, p. 28). Então, “se elas têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas, continua o autor, elas respondem a quatro funções essenciais (Bertoni & Galinkin, 2017, p. 110), quais sejam:

Tabela 4 – *Funções das representações sociais*

Função	Particularidade
De saber	permitem compreender e explicar a realidade. As representações facilitam a comunicação social e permitem as trocas sociais, a transmissão e a difusão do saber do senso comum.
Identitária	definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. A definição da identidade do grupo garante a imagem positiva do grupo de inserção e terá um papel importante no controle social pela coletividade nos processos de socialização.
De orientação	guiam os comportamentos e as práticas. O processo de orientação das condutas pelas representações resulta em três fatores essenciais: a representação intervém diretamente nas relações sociais, produz um sistema de antecipações e expectativas sobre a realidade e é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórios. Ou seja, elas definem o que é lícito, tolerável ou aceitável em um dado contexto social.
Justificadora	permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. “A representação tem por função preservar e justificar a diferenciação social, e ela pode estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para manutenção da distância social entre eles”

Nota. As quatro funções essenciais das representações sociais. Em *A abordagem estrutural das representações sociais* (p. 30), de J.C. Abric, 1998, AB Editora.

Neste sentido, o autor ainda traz que “uma representação é constituída de um conjunto de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a propósito de um dado objeto social” (Bertoni & Galinkin, 2017, p. 111). Com isso, “Abric postula que toda representação está organizada em torno de um núcleo central que é seu elemento fundamental e é ele quem determina sua significação e sua organização” (Bertoni & Galinkin, 2017, p. 111). O referido núcleo, para Abric, assumirá duas funções.

Uma função geradora: ela é o elemento através do qual se cria, ou se transforma, o significado dos outros elementos constitutivos da representação. É através dele que os outros elementos ganham um sentido, um valor. Uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da

representação. Neste sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação. (Abric, 1998, p. 31).

Ressalta-se que a teoria do Abric somente começa a ter maior repercussão nos anos 1990, quando surgem condições favoráveis para maiores esforços complementares de elaboração teórica e metodológica à TRS de Moscovici (Sá, 1996). Abric, então, ao elaborar a TNC, propôs-se a resolver duas características das RS que eram um tanto quanto paradoxais e soavam desconcertantes para os estudiosos da área (Sá, 1996). São elas: “as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis (Abric, 1994b, p. 77); e “as representações são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais” (Abric, 1994b, p.78). Sendo assim, “a possibilidade de solução residiu basicamente em convir que se tratam, a rigor, das próprias características estruturais das representações e de seu modo de funcionamento” (Sá, 1990, p. 22).

Para explicar, Abric (1994b, como citado em Sá, 1996, p. 22) vai propor que “a representação social, conquanto constitua uma entidade unitária, é regida por um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico, mas complementar ao da outra”. Desta feita, haveria então, em primeiro lugar, um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação (Abric, 1994b), “cuja determinação é essencialmente social, ligada às condições históricas, sociológicas e ideológicas; diretamente associado aos valores e às normas.

Ele define os princípios fundamentais em torno dos quais se constituem as representações” (Parreira et al, 2018, p. 59). E, em segundo lugar, haveria um sistema periférico constituído pelos demais elementos da representação, que, provendo a “interface entre a realidade concreta e o sistema central” (Abric, 1994b, p. 79 como citado em Sá, 1996, p. 22) “atualiza e contextualiza as determinações normativas e consensuais deste último, daí

resultando a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada das representações sociais” (Sá, 1996, p. 22).

É pertinente afirmar ainda que o Abric [...] foi pioneiro ao propor a Teoria do Núcleo Central das representações sociais, apontando para a existência de uma região de difícil explicitação das representações sociais, que designou de “zona muda”. Basicamente, *esta zona corresponde a um subconjunto específico de cognições e de crenças que, mesmo estando disponíveis, não são expressas pelos sujeitos nas condições normais, regra geral, devido aos valores morais e/ou às normas valorizadas pelo grupo e pela sociedade em que o indivíduo se insere* [ênfase adicionada]. (Parreira et al, 2018, p. 58).

A seguir, na tabela abaixo, encontram-se as características de ambos os sistemas.

Tabela 5 – Características do núcleo central e sistema periférico

Núcleo central	Sistema periférico
Ligado à memória coletiva e a história do grupo.	Permite a integração das experiências e das histórias individuais.
Consensual: define a homogeneidade do grupo.	Suporta a heterogeneidade do grupo.
Estável, coerente e rígido.	Flexível, suporta contradições.
Resiste à mudança.	Se transforma.
Pouco sensível ao contexto imediato.	Sensível ao contexto imediato.
Gera a significação da representação e determina sua organização.	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo, protege o sistema central.

Nota. Em *A abordagem estrutural das representações sociais* (p. 23), de A. J. Alves-Mazzotti, 2002, Psicologia da Educação, São Paulo, 14/15, 1º e 2º semestre.

Faz-se pertinente pontuar que para catalogar/mapear o conteúdo das RS de forma a se perceber de fato o NC e a periferia, houve grandiosos esforços de muitos especialistas, dentre os quais cabe destacar o trabalho de Pierre Vergès (Sá, 1996). Logo, para se fazer tal mapeamento, é necessário se valer, primeiramente, da Técnica da Associação Livre de Palavras

(TALP). Esta é aplicada com o intuito de captar as palavras que estão diretamente ligadas à RS que se quer descobrir acerca do objeto de estudo. De posse das palavras, o pesquisador se valerá do *Software EVOG*, elaborado por Vergès. Desta feita, segundo Sá (1996) o produto que resultará da inclusão das palavras no programa é o chamado quadro de quatro casas, o qual discrimina os seguintes quadrantes: 1º quadrante (provável NC), 2º quadrante (primeira periferia), 3º quadrante (zona de contraste) e o 4º quadrante (segunda periferia). Tais explicações serão mais pormenorizadas nas considerações feitas sobre a metodologia da pesquisa e a análise de dados.

Portanto, a partir do referido quadro e do entrelaçamento deste com as caracterizações postas por Alves-Mazzotti, será possível clarificar e separar o núcleo central e a periferia das RS. Sendo assim, “o que poderia aparecer na pesquisa empírica como contradições, em nível conceitual, vem a ser explicitamente reconhecido como inerente aos fenômenos de representação social e satisfatoriamente explicado pela teoria do núcleo central” (Sá, 1996, p. 22).

3.3. Considerações acerca do termo “crença” no âmbito do conhecimento científico

O processo de elaboração do psiquismo humano tem como base a formação de crenças que vão, inevitavelmente, estruturar o tipo de personalidade que cada indivíduo irá desenvolver. Neste sentido, o construto crenças quase sempre esteve ligado ou restrito a uma conotação religiosa. É somente na idade contemporânea que o termo passa a ser inserido com veemência à área do conhecimento científico (Nagata, 2015). Isso se deu pelo fato dos estudiosos, sempre em constante observação, perceberem que “as grandes teorias científicas não se firmavam como verdades necessárias e universais, mas eram falseadas ou refutadas por teorias novas que surgiam para reformá-las ou substituí-las” (Nagata, 2015, p. 27).

Diante desta inferência epistemológica, “as teorias científicas perderam seu *status* de verdades irrefutáveis e cristalinas e passaram também a ser consideradas como produtos de

crenças sujeitas à dúvida” (Nagata, 2015, p. 27). E na constante busca de evidências comprobatórias em consonância com a realidade espacial e temporal para as crenças que se inclinavam na direção de um contexto cético, seria necessário uma validação por meio de testes empíricos (Nagata, 2015). Deste modo, surge um debate entre os filósofos contemporâneos para que fossem estabelecidos critérios demarcatórios para separar o campo das crenças científicas daquelas que não fossem científicas, como, por exemplo, a religiosa (Nagata, 2015).

Neste caminho, conjectura-se que o termo crença não estava diretamente sendo esclarecido em termos de definição, mas tão somente haviam esforços no sentido de criar mecanismos que elencassem evidências, indícios ou até provas para confirmar ou desconfirmar o que os estudos científicos propunham como verdades (i.e., os estudos investigativos das crenças em sentido eminentemente psíquico com impacto nas funções mentais não estavam na pauta da comunidade científica naquela época).

Na consecução daqueles critérios demarcatórios, cabe trazer os trabalhos de três filósofos contemporâneos: Karl Popper (1902 – 1994), Thomas Kuhn (1922 – 1996) e Imre Lakatos (1922 – 1974). O primeiro propôs o princípio da falsificabilidade como critério de demarcação entre o conhecimento relativo às crenças científicas e o relativo às crenças não científicas. O referido princípio propôs que “as teorias científicas, que seriam juízos sintéticos a posteriori (proposições, na terminologia kantiana, dependentes da experiência), devem ser falsificáveis, isto é, devem ser passíveis de refutação e de verificação” (Nagata, 2015, p. 28).

Desse modo, as teorias não científicas (e.g., a religião e as pseudociências) não deveriam ser submetidas a esse critério, haja vista serem de natureza dogmática, o que impedia serem contrapostas sob o rigor de quaisquer argumentos lógicos (Nagata, 2015). Popper, então, vai defender “que as provas das teorias científicas devem ser produzidas buscando não evidências que as confirmem, mas erros que as refutem” (Nagata, 2015, p. 28). Como exemplo cita-se o seguinte: “a proposição ‘os cisnes são brancos’ sempre poderá ser refutada por algum

cisne negro em algum lugar (não é a busca de cisnes brancos que reforça a teoria, mas a busca constante por um cisne negro que a refute, e o insucesso desta busca é que evidencia mais fortemente a teoria)” (Nagata, 2015, p. 28).

Karl Popper justificava sua proposta dizendo que “o mundo científico é um mundo de teorias formuladas por insights de cientistas e potencialmente falsificáveis, válidas provisoriamente até que eventualmente novas teorias as refutem” (Popper, 1974 como citado em Nagata, 2015, p. 28).

Já o físico e filósofo americano Thomas Kuhn, em sua obra denominada *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962, estabelecerá o critério dos paradigmas para demarcar as teorias científicas das não científicas. O estudioso propôs, então, que aqueles seriam definidos como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1997, p. 13).

Desse modo, enquanto os paradigmas das não ciências se caracterizam por uma cristalização de seus postulados e conceitos, e assim não permitam quaisquer tentativas de mudanças dos mesmos, os das ciências são permanentemente confrontados em sua estrutura à medida que o tempo vai passando, o que acaba provocando um impacto ao que eles estabelecem e novas percepções, inevitavelmente, vem à tona e os substituem.

Essa substituição de velhos por novos paradigmas foi chamada pelo autor de Revolução Científica (Kuhn, 1997). E assim ocorrerá uma reorientação para o surgimento de outras pesquisas científicas que nortearão a constituição de novos sistemas de crenças (Kuhn, 1997). Ele acrescenta ainda que a substituição de paradigmas só irá prevalecer se houver um consenso amplo e irrestrito da comunidade científica (Kuhn, 1997).

Por último, o terceiro filósofo, o Imre Lakatos proporá “que o traço distintivo do comportamento científico na condução de suas pesquisas em relação ao não científico será uma

metodologia de programas de investigação científica” (Nagata, 2015, p. 29). Para Lakatos, a diferença marcante se concentra na premissa de que estes programas sempre preveem e conduzem a descobertas de fatos desconhecidos que até então não tinham sido previstos ou idealizados (Nagata, 2015).

Assim, um programa de investigação progressivo (i.e., aquele que está sendo implantado), quando passa a confrontar outro de investigação degenerativo (i.e., o que está em vigor) acerca do mesmo tema, tenderá a aproximar os cientistas para aquele e, simultaneamente, distanciá-los deste. Isso, naturalmente, provocará uma afirmação do progressivo em detrimento do degenerativo (Nagata, 2015). Logo, um novo sistema de crenças predominará sobre o tema no qual estão gravitando os programas de investigação progressivos.

Depois daquelas três acepções sobre crenças, referindo-as dentro de um contexto estritamente elaborado para estabelecer critérios que diferenciassem ciência de não ciência, veio o filósofo inglês Bertrand Russell (1872- 1970) com uma interpretação alocada a um viés mais cognitivo. No seu livro *A Análise da Mente*, ele classifica a crença como um dos três estados mentais ou uma maneira de *estar consciente*, além da percepção e da memória (Nagata, 2015).

“Segundo Russell, a crença difere dos outros estados mentais, [...] por uma particularidade que lhe é inerente: ao contrário da percepção e da memória, a crença não necessariamente se relaciona com objetos ou fatos reais” (Nagata, 2015, p. 31). Esclarece-se que “a percepção diz respeito à relação dos nossos sentidos com a realidade à nossa volta [...] e a memória se refere a eventos que ocorreram no passado com o indivíduo que a evoca” (Nagata, 2015, p. 31).

Para Russell (1976), existem três tipos de crenças que são mais comuns em todos nós: os juízos de percepção, as crenças inconscientes e as crenças mnemônicas. Para melhor elucidação, buscou-se mostrar suas particularidades por meio da tabela a seguir.

Tabela 6 – *Classes de crenças segundo Bertrand Russell*

Classes de crenças	Definições	Exemplos
Juízos de percepção(*)	[Quando é] constituído somente de palavras ou somente de imagens ou de ambas as coisas ou de uma ou ambas juntamente com sensações (Nagata, 2015, p. 34).	Ouvimos um ruído (sensação), identificamo-lo como o de um bonde e dizemos para nós mesmos: “Isso é um bonde” e essa crença nos leva à ação de apressarmo-nos para tomar o bonde. Os componentes da nossa crença são uma sensação, o ruído ouvido, e uma palavra, “bonde”, que, relacionados, constituem a predicação: “Esse ruído é um bonde” (Nagata, 2015, p. 34).
Crenças inconscientes	são produzidas pelo hábito, que são inconscientes no sentido em que nunca nos dizemos a nós mesmos que as temos. Essas crenças só se revelam quando as expectativas que suscitam falham de algum modo (Nagata, 2015, p. 36).	Suponha-se que meu carro de uma marca confiável nunca quebrou e um dia de manhã recusa-se a responder ao comando de partida. A extrema frustração que se segue (no nível compatível com o nível da certeza da minha crença) à inesperada quebra da minha expectativa revela a crença inconsciente que eu tinha na infalibilidade do meu carro. Pelo hábito de o carro ter sempre correspondido às minhas expectativas inconscientemente foi criada em mim a crença de que meu carro é infalível (Nagata, 2015, p. 36).
Crenças mnemônicas	diferentemente dos juízos de percepção, somente ocorrem as imagens (Nagata, 2015, p. 36).	É muito comum a mistura de palavras e imagens na memória. Podemos ter a imagem de uma ocorrência passada e dizer: “ocorreu desta forma” (Nagata, 2015, p. 36).

Nota. Em *Uma análise da questão da adesão humana a crenças* (pp. 34-36), de P. T. Nagata, 2015, Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. (*) Deve-se salientar que essa classe de crenças não ocorre só na presença da sensação, mas necessariamente na percepção, isto é, na associação da sensação com algo que se relaciona a ela (só o ruído do bonde não leva à crença, é preciso associá-lo ao significado do termo “bonde”).

Nas considerações de Russell, observou-se que o mesmo se preocupou “apenas com a natureza intrínseca da crença [...], sem se dedicar a uma reflexão mais profunda a respeito da diferença entre uma crença falsa e uma verdadeira” (Nagata, 2015, p. 36).

Outra constatação acerca do que é crença está descrita na obra de Shermer (2012), *Cérebro e crença*. Nesta, o autor explana que o cérebro se constitui numa máquina de crença e vai evoluindo de tal forma a conectar os pontos de nosso mundo em padrões significativos, os quais serão capazes de explicar por que as coisas acontecem. Tais padrões tornar-se-ão crenças. A partir daí o cérebro buscará evidências que as confirmem, o que aumentará cada vez mais a confiança emocional e, em simultâneo, o processo de reforço dessas crenças (Shermer, 2012).

O referido autor se dedicou a fazer uma descrição profunda acerca das crenças, no sentido de esclarecer como elas nascem, se formam, se alimentam, se reforçam, são contestadas, mudam e se extinguem. Desse modo, o autor em questão assinala que,

[...] construímos nossas crenças por várias e diferentes razões subjetivas pessoais, emocionais e psicológicas, em contextos criados pela família, por amigos, colegas, pela cultura e a sociedade. Uma vez consolidadas essas crenças, nós as defendemos, justificamos com uma profusão de razões intelectuais, argumentos convincentes e explicações racionais. Primeiro surgem as crenças e depois as explicações. (Shermer, 2012, p. 21).

Assinala-se ainda, de acordo com A. Beck, Rush, Shaw e Emery (1997, p. 71), que “as crenças geralmente se organizam num sistema semelhante ao que Kuhn (1962) descreveu como paradigma científico”. Pois, para Kuhn (1998), “no desenvolvimento de qualquer ciência, admite-se habitualmente que o primeiro paradigma explica com bastante sucesso a maior parte das observações e experiências facilmente acessíveis aos praticantes daquela ciência” (p. 91).

Neste sentido a analogia feita às crenças com o paradigma de Kuhn, pelos autores ora citados, implica que aquelas, tal como este, são moldadas por experiências e interpretações que foram estabelecidas em um contexto temporal (i.e., dentro de uma determinada época) de vivências. Ressalta-se também que as crenças, sejam elas disfuncionais ou não, fazem com que

o indivíduo ignore e não reconheça dados contrários à própria crença e, principalmente, foque sua percepção, seletivamente, em dados que confirme sua visão (J. Beck, 1997, 2005).

Essas crenças são estruturadas em níveis de cognição (i.e., das mais externas até às mais interiores). Neste estudo serão enfatizadas as mais profundas (o que será feito com maior detalhamento no próximo tópico), as quais são denominadas de crenças centrais ou nucleares, sendo consideradas pensamentos/ideias mais profundos e cristalizados acerca de si mesmo, dos outros e dos seus mundos (J. Beck, 1997).

Por fim, será destacado agora o que Milton Rokeach (1918-1988) traz acerca das crenças. O autor foi pioneiro em estudos empíricos sobre o construto crença. Rokeach (1971, 1981) estabeleceu que o vocábulo não se limita a uma definição única em si mesmo, mas, pelo contrário, está norteado por um sistema de crenças. Segundo Rokeach (1981), um sistema de crenças significa todas as crenças incontáveis de uma pessoa sobre sua realidade física e mental.

Cabe destacar ainda que Rokeach (1981, p. 100) aponta que um “sistema de crenças representa o universo total de crenças de uma pessoa sobre o mundo físico, o mundo social e o eu”. Para o autor, as crenças estão organizadas em um sistema estrutural e valorativo, logo elas possuem consequências comportamentais observáveis.

O estudioso ainda destaca com propriedade científica três afirmações acerca dos tipos de crenças. A primeira é que elas são valorativas. A segunda diz que quanto mais central ela for, maior a resistência para a mudança. E a terceira assinala que, quanto mais central for a crença que mudou, mais ela irá repercutir em todas as outras crenças (Rokeach, 1981).

Em seus estudos o referido autor agrupou-as em cinco tipos, os quais foram designados em A, B, C, D e E (Rokeach, 1981), conforme a tabela a seguir.

Tabela 7 – *Particularidade de cada tipo de crença*

Crença	Particularidades
Tipo A ou PRIMITIVAS DE CONSENSO 100%	São aquelas que estão localizadas na centralidade dentro do sistema de crenças. Elas são apreendidas pelo encontro direto com o objeto de crença e se fortalecem e se fortalecem na medida que são reafirmadas pelo respaldo de outras pessoas ou grupos, o que permite a obtenção do consenso unânime a seu respeito. [...] representam verdades aceitas, como sendo fundamentais, para a pessoa, a respeito da realidade do eu, do ambiente físico e social e sobre as relações interpessoais. Em função disso, tais crenças não estão sujeitas a discussão ou controvérsias, pois retratam opiniões consensualizadas de grupos. (Melo, 2015, p. 36).
Tipo B ou PRIMITIVAS DE CONSENSO ZERO	Diferenciam-se das crenças do Tipo A porque elas possuem como referência o próprio eu, envolvendo diretamente a existência e autoidentidade. Não dependem do respaldo de pessoas ou grupos para a sua reafirmação e manutenção. Tais crenças não são postas em discussão, uma vez que não há referência de grupos ou pessoas fora do eu que possa influir em tal crença. (Melo, 2015, p. 36).
Tipo C ou de AUTORIDADE	São inicialmente primitivas e, posteriormente, são ampliadas pela interação do indivíduo com o meio social, normalmente submetidas a uma autoridade conferida ou atribuída às pessoas. Portanto tais crenças são modificáveis à medida que o sistema de crenças vai se expandindo. (Melo, 2015, p. 37).
Tipo D ou DERIVADAS	São oriundas da influência dos meios de comunicação, de pessoas, de objetos ou instituições, as quais remetem um sentido de autoridade para com a pessoa portadora desta crença. (Melo, 2015, p. 37).
Tipo E ou INCONSEQUENTES	Não possuem uma justificativa plausível para a sua existência, consistem numa situação de preferências, possuindo diferentes níveis de arbitrariedade. Estas crenças possuem pouca ligação com o restante pertencente ao sistema de crenças. (Melo, 2015, p. 37).

Nota. Em *O processo de envelhecimento para pessoas idosas: estudo de representações sociais e crenças em Rokeach* (pp. 36-37), de L. D. Melo, 2015, Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Faz-se pertinente reiterar que a crença Tipo B “não depende de um consenso social, é originada de experiências pessoais, de autoidentidade, autoestima e autoconceitos. Um

exemplo de crença dessa categoria é: eu acredito que fumar vai me trazer prejuízo” (Stuchi, 2004, p. 4). Destaca-se ainda que “elas podem ser compostas de dois subtipos (tipo B+ e tipo B-)” (Stuchi, 2004, p. 4). Sendo assim,

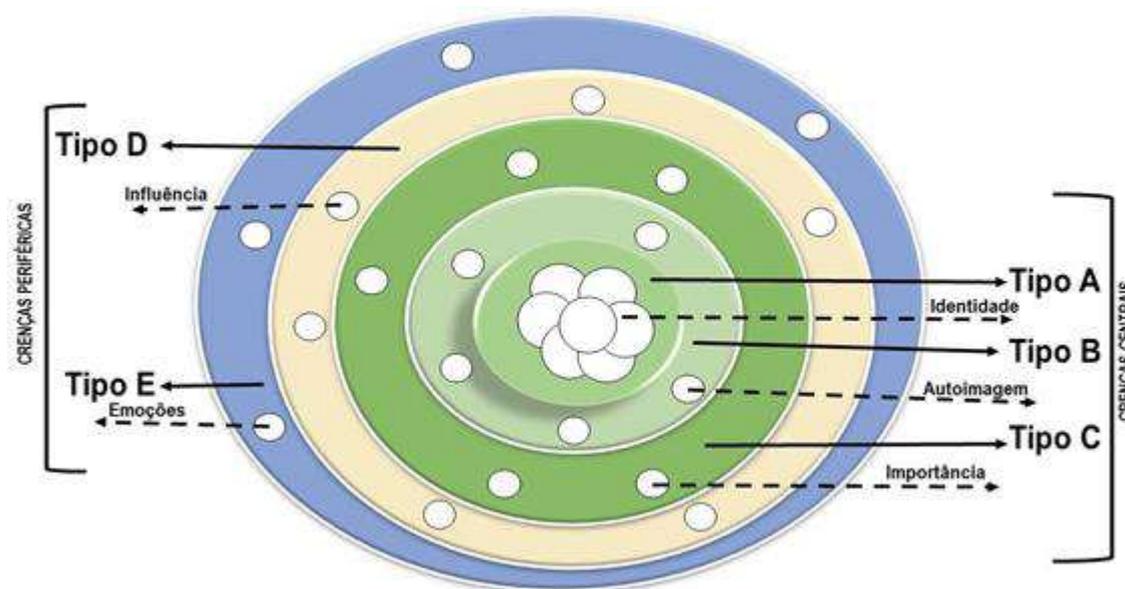
[...] os autoconceitos positivos representam crenças sobre o que somos capazes, são autoestimulantes e os negativos representam crenças sobre o que tememos ou são autodesestimulantes. Neste sentido as crenças tipo B+ representariam as nossas autoimagens positivas, que guiariam nossas aspirações e ambições a nos tornarmos melhores, maiores etc. Aquelas crenças referentes aos autoconceitos negativos estariam ligadas a medos, compulsões, dúvidas, obsessões, ansiedades sobre o autovalor, autoidentidade e a autocompetência. (Rokeach, 1981, p. 150 como citado em Stuchi, 2004, p. 4).

O sistema de crenças de Rokeach pode ser analogamente comparado à estrutura de um átomo (Melo, 2015), no qual, os prótons corresponderiam às crenças centrais (Tipos A, B), mais estáveis, e os elétrons seriam as demais crenças (Tipos C, D e E), que são potencialmente influenciáveis e modificáveis e correspondem ao eixo periférico (Melo et al., 2020).

É de fundamental importância trazer que “as crenças do tipo C (Autoridade) possuem flexibilidade indispensável para se reordenarem, podendo amortecer e acomodar o sistema e, por vezes, serem consideradas centrais ou periféricas” (Rokeach, 2008, como citado em Melo et al., 2020, p. 226).

Foi cabível esclarecer esse aspecto porque na figura ilustrativa abaixo houve o deslocamento da crença Tipo C para a área central do átomo.

Figura 1 – Modelo esquemático do esquema de crenças de Rokeach.



Nota. Em *Crenças de Rokeach segundo idosos: análise hierárquica a luz das teorias do envelhecimento humano* (p. 222), de L. D. Melo et al., 2020, *Revista Enfermagem Brasil*: 19 (3):220-229.

Rokeach (1981) com base nestes cinco tipos de crenças estabeleceu princípios pertinentes de congruência acerca de uma crença” (Stuchi, 2004, p. 6). O autor afirmou que, tendemos a dar valor a uma dada crença, subsistema ou sistema de crença em proporção com o seu grau de congruência com o nosso próprio sistema, e que ainda tendemos a dar valor às pessoas na proporção que elas exibam os mesmos valores congruentes com os nossos próprios. (Rokeach, 1981, p. 70 como citado em Stuchi, 2004, p. 6).

3.4 A interface entre a arquitetura do pensamento social e as crenças centrais de Aaron T. Beck

“A teoria geral das representações sociais abriu o caminho para compreender e estudar o que é o pensamento social, entendido como o pensamento cotidiano que se expressa nas conversações, na evocação das lembranças, na transmissão dos rumores e na euforia das multidões” (Rouquette, 1996; 1998 como citado em Vasquez & Andrade, 2019, pp. 11-12).

Faz-se oportuno trazer que a referida teoria se diferencia do pensamento científico-racional, haja vista o mesmo ser possuidor de quatro características essenciais: "a lógica canônica do raciocínio; a submissão à evidência dos fatos; a existência de forte regulação institucional; e a exigência de reprodutibilidade" (Rouquette, 2009, p. 5 como citado em Vasquez & Andrade, 2019, p. 12).

Para a compreensão da gênese/formação do pensamento social, Rouquette criou, em 1973, o conceito da expressão "arquitetura do pensamento social". Com isso, o autor integrou hierarquicamente "as diferentes formas desse tipo de pensamento, segundo dois princípios ou critérios: estabilidade e integração" (Vasquez & Andrade, 2019, p. 12), conforme disposto na figura abaixo.

Figura 2 – *Arquitetura do Pensamento Social segundo Rouquette (2009)*



Nota. Em *Redes sociais digitais: a lógica do pensamento social em eventos de mobilização coletiva* (p. 12), de G. E. Vásquez, e R. G. N. Andrade, 2019, *Polêmica*, v. 19, n. 1, p. 01-19, jan./abr.

Para Rouquette (2009), a razão dessa hierarquia seria a relação lógica e geradora [...], que permite escalar os diferentes níveis: as atitudes permitem dar conta das opiniões; as representações, fundadoras de uma cultura ou subcultura, dão conta das atitudes; e os componentes ideológicos, ainda mais gerais e compartilhados, são os que permitem

"construir" representações sociais, entendidas como conjunto de crenças gerais, valores e modelos epistêmicos [ênfase adicionada]. (Vasquez & Andrade, 2019, p. 12).

Rouquette (2009) ainda esclarece que, “do ponto de vista histórico, *é possível atravessar essa hierarquia ao passar de expressões instantâneas ou momentâneas do pensamento social a outras construções mais estáveis no tempo [ênfase adicionada], próprias de conjuntos sociais maiores*” (Vasquez & Andrade, 2019, p. 12).

Quanto aos princípios da estabilidade e integração Vasquez e Andrade (2019) fazem uma leitura apropriadamente coerente de Wolter (2008) e Wolter et al. (2009) e apontam que eles são “entendidos como um *continuum* que vai da extrema estabilidade à instabilidade total e do mais específico ao mais geral” (Vasquez & Andrade, 2019, p. 13). E assim, diante desse pressuposto, “é possível fazer referência às opiniões como as formas mais instáveis e específicas do pensamento social, enquanto a ideologia se caracterizaria por ser mais geral e estável ao longo da história” (Vasquez & Andrade, 2019, p. 13).

Ressalta-se ainda que o modelo apresentado por Rouquette “formaliza a observação de Doise (1982, 1985, 1990) segundo a qual as representações sociais dependem de sistemas ideológicos mais gerais” (Rateau, Ernst-Vintila & Delouvée, 2012, p. 58). Tal observação ainda é corroborada pela seguinte afirmação:

[...] o que justifica um conjunto de representações sociais efetivamente conjuntas é uma ideologia, no sentido particular de um sistema de ideias genéricas, valores irreduzíveis e esquemas de conhecimento tidos como universais e óbvios. A representação do Estado, por exemplo, e a representação da economia, na França, utilizam ambas o mesmo conjunto de conceitos (intervencionismo, liberalismo, proteção, capital, etc.), cuja importância não é contestada, nem em relevância e nem em realidade, como se fossem propriedades essenciais e não atributos construídos historicamente. As duas

representações são, portanto, construídas a partir de recursos cognitivos comuns que as integram na mesma família. (Rateau, Ernst-Vintila & Delouvé, 2012, p. 59)

Referindo-se agora à parte inferior do esquema de Rouquette, onde estão as atitudes e as opiniões, cabe salientar que estas

[...] são muito instáveis (daí a necessidade de pesquisas de opinião regulares para estabelecer "fotografias") e se relacionam com objetos particulares. As atitudes, por outro lado, são mais gerais: tem-se uma opinião sobre um determinado político em um determinado momento em um determinado contexto, e uma atitude mais ampla em relação aos políticos. A atitude, como a opinião, é individual, embora possa ser compartilhada. A representação, por outro lado, tem a característica de ser social, e a ideologia, enfim, é coletiva. (Rateau, Ernst-Vintila & Delouvé, 2012, p. 59).

Para trazer mais esclarecimentos acerca da distinção entre ideologia e representação, diz-se que "as representações sociais [...] *sempre se referem a um objeto particular*[ênfase adicionada]" (Ibáñez, 1991 como citado em Rateau, Ernst-Vintila & Delouvé, 2012, p.p. 61-62). "Eles [os objetos] são sempre representações de algo" (Rateau, Ernst-Vintila & Delouvé, 2012, p. 62).

Em outro sentido,

[...] a ideologia apresenta um caráter de generalidade e se relaciona mais com uma classe de objetos, o que a torna comparável a um código interpretativo que se encontra a montante de determinados temas. A ideologia é, portanto, caracterizada por uma tendência à generalização de sua relevância ou, se preferir, constitui um dispositivo gerador e organizador de representações sobre, é claro, objetos específicos, mas sem que esse próprio dispositivo esteja ancorado em um objeto. De fato, a ideologia é, para muitos autores, posta como instância de razão das representações sociais e aparece tanto como uma forma de ordená-las (Moscovici, 1991), como uma condição de sua produção

(Ibáñez, 1991) Ou, como se têm visto, como um conjunto de restrições sociocognitivas que regem seu desenvolvimento e organização (Rouquette, 1996). (Rateau, Ernst-Vintila & Delouvé, 2012, p. 62).

Como já pontuado por Rouquette (2009), o que permite construir as representações sociais são os componentes ideológicos e “nestes estão contidas as crenças, os valores, as normas” (Spadoni, 2009, p. 73).

Passa-se, assim, a trazer esclarecimentos acerca das crenças centrais na perspectiva da Terapia Cognitiva que foi idealizada por Aaron T. Beck¹⁶, já que estas se inserem no nível ideológico e, deste modo, estão diretamente ligadas à formação das representações sociais. Inicialmente, destaca-se que as crenças que foram estabelecidas por Aaron Beck são estruturadas em níveis de cognição (i.e., das mais externas até às mais interiores). Neste estudo/trabalho de pesquisa serão enfatizadas as mais profundas, as quais são denominadas de crenças centrais ou nucleares¹⁷, sendo consideradas pensamentos/ideias mais profundos e cristalizados acerca de si mesmo, dos outros e dos seus mundos (J. Beck, 1997).

Para Knapp et al. (2004), “elas são incondicionais (i.e., independente da situação que se apresente ao indivíduo, ele irá pensar do mesmo modo consoante com suas crenças)” (p. 22). As crenças centrais funcionais são em quantidade e qualidade manifestadas em indivíduos que apresentam níveis apropriados de bem-estar nas dimensões psicológica, social, biológica e até espiritual. Quando aquelas são disfuncionais ou mal adaptativas, acerca de si mesmo, há uma categorização. Esta, de acordo com (J. Beck, 1997, como citado em Knapp et al., 2004),

¹⁶ Psiquiatra com formação psicanalítica tradicional que desenvolveu e cunhou o termo terapia cognitiva no início dos anos 1960, na Filadélfia[...] (Knapp et al., 2004, p. 19).

¹⁷ Vão se construindo e formando desde as experiências de aprendizado mais primevas e se fortalecem ao longo da vida, moldando a percepção e a interpretação dos eventos, modelando o nosso jeito psicológico de ser. No caso de não haver ações corretivas das crenças nucleares disfuncionais, o indivíduo irá cristalizá-las como verdades absolutas e imutáveis (Knapp et al., 2004, pp. 22-23). As crenças centrais funcionam como postulados que influenciam significativamente a interpretação das situações cotidianas e dos eventos do passado, bem como a projeção do futuro na forma de antecipações cognitivas (Reinecke, 2000/2004). A interpretação das situações vividas influencia o estado emocional, as condições motivacionais, as estratégias adaptativas (ou desadaptativas) e os comportamentos (Oliveira et al., 2009, p. 640).

estruturam-se em três classes: crenças nucleares de desamparo, desamor e desvalor. A tabela abaixo mostrará exemplos elucidativos de cada uma dessas classes.

Tabela 8 – *As três classes de crenças centrais disfuncionais acerca de si mesmo*

Classe	Exemplos
Crenças centrais de desamparo (<i>Helplessness</i>)	Crenças sobre ser impotente, frágil, vulnerável, carente, desamparado e necessitado
Crenças centrais de desamor (<i>Unlovability</i>)	Crenças sobre ser indesejável, incapaz de ser gostado, incapaz de ser amado, sem atrativos, imperfeito, rejeitado, abandonado e sozinho.
Crenças centrais de desvalor (<i>Unworthiness</i>)	Crenças sobre ser incapaz, incompetente, inadequado, ineficiente, falho, defeituoso, enganador, fracassado e sem valor.

Nota. Em *Terapia Cognitivo-Comportamental na prática psiquiátrica* (p. 23), de W.P. Knapp, 2004, Artmed.

É oportuno destacar ainda “as crenças disfuncionais acerca dos outros (e.g., as pessoas são más, desleais, traiçoeiras, só querem se aproveitar, tirar vantagem etc.) e a respeito do mundo (e.g., o mundo é injusto, ameaçador, perigoso etc.) (J. Beck, 1995, como citado em Knapp et al., 2004, p. 23).

“As crenças centrais disfuncionais são absolutistas, generalizadas e cristalizadas; podem permanecer latentes durante todo o tempo, sendo ativadas nos transtornos emocionais” (Knapp et al., 2004, p. 23). Desta feita cabe explicitar que,

[...] com a ativação, o processamento de informação torna-se tendencioso, no sentido de extrair da realidade apenas as informações que confirmam a crença disfuncional, negligenciando ou minimizando as informações que possam desconfirmar as evidências contrárias. Uma vez passado o desequilíbrio emocional – pela correção das crenças disfuncionais ou pela supressão dos fatores precipitantes (e.g., o indivíduo que fora despedido do emprego foi convidado para trabalhar em outra empresa) –, as crenças podem retornar ao seu estado de latência e somente ressurgirem quando e se ocorrerem situações semelhantes no futuro. (Knapp et al., 2004, p. 23).

Vale destacar que as crenças centrais disfuncionais podem convergir para um enviesamento do autoconceito¹⁸ que o indivíduo faz de si mesmo. E na elaboração de tal construto a pessoa, utiliza-se de dois processos cognitivo-afetivos associados: a autoimagem e a autoestima (Del Prette & Del Prette, 1999). O autoconceito, então, acaba implicando na forma como o indivíduo se comporta no mundo (i.e., está diretamente relacionado com o repertório de valores, hábitos e costumes que são adquiridos por ele ao longo da sua vida).

Neste sentido, cabe inferir que a força das crenças centrais disfuncionais, que estão inseridas no nível ideológico da Arquitetura do Pensamento Social, possivelmente influirá de forma determinante na construção das RS da violência física que as mulheres sofrem em suas relações amorosas, nos seus mais diversos contextos vivenciais.

A visualização de tal analogia será possível após serem articuladas a correlação entre as crenças centrais disfuncionais, o núcleo central e a periferia das RS, o que será mostrado no item da Análise e discussão dos resultados. Mais precisamente quando este pesquisador fizer a interpretação dos dados produzidos pelo *IRAMUTEQ* por ocasião dos métodos da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise de Similitude, pois, ela se encarrega de mostrar, minuciosamente, as palavras que têm uma maior significância dentro dos discursos das participantes, o que será indispensável para se perceber e abstrair as crenças centrais disfuncionais das mesmas. A partir de então, este pesquisador, já sabedor daquelas palavras, fará, com o devido alicerce da TNC, a sincronização delas com o núcleo central e a periferia das RS.

¹⁸ É um produto da experiência do indivíduo e pode ser entendido em termos de como ele define a si mesmo (Del Prette & Del Prette, 1999, p. 84)

4 A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

4.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo é qualitativo e quantitativo. Seu teor qualitativo se explica pelo fato de haver uma investigação sobre um fenômeno social. Neste sentido, a preocupação maior é em aprofundar compreensões acerca da problemática, fundamentando-a por meio da Teoria das Representações Sociais pela via da sua Abordagem Estrutural ou Teoria do Núcleo Central. Tem-se ainda que o material primordial é a palavra, as quais são pronunciadas com uma abundância de conteúdos ideológicos que foram internalizados por meio das relações e transformações sociais (Bakhtin, 1986). Acrescenta-se ainda que, nas palavras de Minayo (2001), uma pesquisa qualitativa trabalha com uma gama variada de significados, pauta-se em crenças, valores e atitudes, aspectos que correspondem a um contexto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, e, assim, não há como reduzi-los à operacionalização de variáveis.

É exatamente o que este pesquisador se propôs no presente estudo. O foco esteve em abstrair o NC das representações sociais da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia, bem como em construir um *corpus* textual que abarcasse um número considerável de respostas capazes de trazer uma compreensão, mais completa possível, das crenças centrais disfuncionais que possivelmente determinam a construção das RS que permearam as vivências das participantes.

Já o aspecto quantitativo foi ressaltado tendo em vista os dados colhidos terem sido adequadamente tratados pelos *softwares* *EVOC* e *IRAMUTEQ*. Ambos se valem de uma estatística textual, bem como de um tratamento automático do discurso, os quais são viabilizados pela lexicometria (Marchand, 2013). Esta se define como um conjunto de operacionalizações que se baseiam em critérios fixos, que possibilitam uma reorganização da estrutura textual ou dos segmentos de textos (Salem, 1986). Desse modo, a abordagem, ou seja,

a lexicometria, “pode ser caracterizada como uma estratégia que aplica métodos quantitativos (estatística descritiva e inferencial) a dados qualitativos (textos) com o objetivo de realizar observações sobre as características de um conjunto de comunicações (e.g., aspectos semântico-lexicais e pragmáticos)” (Sousa, 2021, p. 1543).

Enfim, o presente estudo, ao se utilizar desta complementariedade entre os dois métodos, buscou descobrir, por meio de uma sincronização, qual a relação existente entre as referidas representações e a internalização de crenças disfuncionais, que acabam por distorcer as visões daquelas mulheres acerca de si mesmas, dos outros e do mundo. Tal como já fora evidenciado no Capítulo 3 – A Teoria das Representações Sociais e as Crenças Centrais (origem e formação).

4.2 Participantes

A população deste estudo foi formada por mulheres, conforme os critérios estabelecidos, que estivessem no estágio da fase adulta do desenvolvimento humano, ou seja, com idade acima dos 18 anos. Deveriam também ter nascido ou não em Goiânia, porém, as que não tivessem nascido nesta capital, deveriam estar fixando residência em definitivo no município, o que implica já terem assimilado a cultura goianiense.

Dentro desses parâmetros, estabeleceu-se os seguintes critérios de inclusão: terem sido ou estarem sendo vítimas de violência física no contexto de uma relação amorosa com homem sem qualquer vínculo de parentesco que possa ser considerada uma relação incestuosa; após terem sido tiradas todas as dúvidas, assinar voluntariamente o TCLE; estarem com a consciência, a memória e o juízo crítico preservados, para responderem, adequadamente, à TALP e às perguntas da Entrevista semiestruturada.

A amostra foi composta por 12 (doze) participantes, pois, sendo um trabalho no qual as informações serão tratadas pelo *software IRAMUTEQ*, essa quantidade era a adequada para uma análise válida. Tem-se que, por ocasião da Análise Prototípica, não existem indicações

precisas para se estabelecer um número mínimo de sujeitos para se chegar a resultados válidos (Wanchelke & Wolter, 2011).

A seguir, pode-se observar o perfil sociodemográfico das mulheres que, voluntariamente, participaram do estudo.

Tabela 9 – *Dados sociodemográficos mais relevantes*

Participante	Idade	Est. civil	Filhos	Religião	Escolaridade	Renda (*)
Jade	42	Casada	4	Evangélica	Médio incompleto	2.000,00
Rubi	40	União Estável	1	Nenhuma	Fundamental incompleto	1.500+auxílio emergencial
Esmeralda	45	Casada	2	Evangélica	Superior incompleto	Auxílio emergencial
Ametista	46	Divorciada	1	Católica	Fundamental incompleto	Auxílio emergencial
Diamante	43	Casada	2	Evangélica	Médio incompleto	2.000,00
Topázio	48	Separada Judicial	5	Nenhuma	Fundamental incompleto	900,00+ 400,00(pensão)
Safira	46	Divorciada	2	Evangélica	Superior completo	6.000,00
Pedra do sol	47	Casada	5	Católica	Fundamental incompleto	1.300,00
Azurita	42	Divorciada	1	Católica	Superior incompleto	1.800,00
Pedra da lua	25	Solteira	1	Católica	Médio completo	2.200,00
Turquesa	49	Casada	4	Evangélica	Fundamental incompleto	800,00
Granada	41	Divorciada	3	Evangélica	Fundamental incompleto	1.200,00

Nota. Elaborada pelo autor

(*) Significa a Renda Salarial total da família

Diante desses dados, é possível apontar que apenas uma participante possui ensino superior completo, ou seja, 8,33% do total. Mas, considerando as mulheres que estão cursando ou terminaram o ensino superior, o percentual vai para 25%, o que já é uma cifra relevante quando se olha para a totalidade. Coincidentemente, essa mesma proporção foi encontrada para o ensino médio. Sendo que 8,33% possuem ensino médio completo (i.e., apenas uma

participante), mas o percentual das que terminaram ou estão cursando o ensino médio é de 25%, o que equivale a três.

Sobre as que se declararam sem religião, o percentual foi de 16,66%. As que disseram ser católicas, contabilizou uma cifra de 33,33%. E as que se revelaram evangélicas, foram metade delas, equivalendo a 50%.

No que se refere à renda mensal, apenas duas recebem o auxílio emergencial que vem sendo pago pelo Governo Federal, ou seja, 16,66% delas. Numa condição financeira bem mais confortável em relação à totalidade, perfazendo uma renda mensal de, aproximadamente, seis salários-mínimos, está somente uma participante (i.e., 8,33% do total).

Ressalta-se que o salário-mínimo em vigor se encontra em R\$ 1.212,00 (estabelecido pela Medida Provisória nº 1.091, publicada em 30 de dezembro de 2021). Depois, tem-se que a maioria das entrevistadas recebem valores que variam de um até dois salários-mínimos, o que equivale a 66,66% delas.

Em relação ao estado civil, observou-se que 50% de todas as participantes são casadas ou possuem união estável. E as divorciadas foram em número de quatro, ficando em 33,33%. E, finalmente, apenas uma solteira, sendo 8,33% do total.

4.3 Instrumentos

O presente trabalho partiu de bases teórico-metodológicas da TNC para selecionar os materiais e instrumentos que foram utilizados na coleta empírica de dados. Para tanto, utilizou-se as seguintes técnicas, materiais e instrumentos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um questionário para coleta dos dados sociodemográficos, a Técnica da

Associação Livre de Palavras (TALP)¹⁹, uma Entrevista semiestruturada, e os *Softwares* *EVOC*²⁰ e *IRAMUTEQ*²¹.

O TCLE foi, inicialmente, lido pelo pesquisador e, por conseguinte, tiradas todas as dúvidas das participantes acerca das suas colaborações para a pesquisa. Cabe destacar que tal instrumento é um requisito obrigatório devidamente preconizado pela Resolução 466/12, a qual prescreve, em detalhes, as diretrizes e normas de pesquisas que envolvem seres humanos (BRASIL, 2012).

Quanto aos questionários, foram utilizados somente para coletar os dados demográficos e socioeconômicos, que compuseram os perfis de cada participante. A TALP foi de grande valia para identificar a distribuição estatística das palavras evocadas²² pelas participantes acerca da expressão indutora (Ens et al., 2017).

Vale lembrar que o Abric (2001) destaca a TALP por demais “apropriada para a obtenção dos campos semânticos do conteúdo das representações sociais de um grupo social” (Donato et al., 2017, p. 377). A referida técnica propicia que seja localizada as “zonas de bloqueamento e recalçamento de uma pessoa” (Oliveira *et al.*, 2005, p. 574 como citado em Donato et al., 2017, pp. 377-378).

¹⁹ [...] de acordo com Merten (1992), possui em sua gênese elementos constitutivos advindos das compreensões filosóficas de Aristóteles sobre a associação de ideias, através da qual originou-se o que se chama de Teoria Associacionista da Memorização. Não obstante, o primeiro autor que a utilizou no contexto da Psicologia Clínica foi Jung em 1905, com a finalidade de, utilizando-se de projeções dos indivíduos, realizar diagnóstico psicológico acerca da estrutura da personalidade destes (Rapaport; Shafer; Gill, 1965 citado por Coutinho & Do Bú, 2017, p. 219).

²⁰ *Ensemble de programmes permerrant l' analyses des evocations*”, desenvolvido, em 2000, por Vèrges, tem sido muito utilizado por ser um *software* valioso para a organização dos dados no quadro de quatro casas (Oliveira *et al.*, 2005, p. 581 citado por Donato et al., 2017, p. 379).

²¹ É o acrônimo de *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Ratinaud, 2014; Camargo & Justo, 2013 citado por Ramos, Lima & Amaral-Rosa, 2018, p. 506). O software IRAMUTEQ foi desenvolvido no idioma francês por Pierre Ratinaud, em 2009 (Camargo & Justo, 2013 citado por Ramos, Lima & Amaral-Rosa, 2018, p. 506). No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013, em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também se apropriaram do seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras (Souza et al., 2018, p. 2).

²² [...] “a palavra “evocação” tem vários significados na língua portuguesa, mas como uma projeção mental significa o “ato de evocar” – trazer à lembrança, à imaginação algo que está presente na imaginação dos indivíduos (Donato et al. 2017, p. 378).

Ainda é pertinente acrescentar que a TALP permitiu “às participantes passarem por três etapas cognitivas: evocações de forma espontânea; hierarquização das evocações conforme o grau de importância que atribuem a cada uma e justificação da escolha da palavra com maior grau de importância para eles” (Donato et al, 2017, p. 378).

Na entrevista semiestruturada, também chamada de focalizada, realizada imediatamente após a aplicação da TALP, o entrevistador/pesquisador faz questionamentos específicos, mas também deixa que o entrevistado responda por seus próprios juízos (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2000). Tais questionamentos foram ao encontro do histórico da violência sofrida, bem como das respostas obtidas por ocasião da TALP.

4.4 Procedimentos

Faz-se necessário pontuar que a leitura do TCLE, o preenchimento do questionário, a aplicação da TALP e a realização da entrevista semiestruturada constituíram a primeira fase da pesquisa. A utilização do *Software EVOC* constituiu uma segunda fase. E com o *IRAMUTEQ* foram executadas a terceira e quarta fases.

O *Software EVOC*, por meio da inserção das palavras evocadas livremente durante a aplicação da TALP, permitiu a obtenção de uma sistematização, que evidenciou a organização do conteúdo e estrutura da RS (Donato et al., 2017), o que foi feito pelo subprograma *RANGFRQ*, o qual gera um *quadro de quatro casas*. Desse conteúdo e estrutura, emergiu uma hipótese de centralidade (i.e., as palavras que são apontadas como constituintes do núcleo central), como também a periferia da RS do objeto de estudo (violência física sofrida pelas participantes em suas relações amorosas), mas sem qualquer equivalência imediata entre ambos (Wachelke & Wolter, 2011). Tal hipótese é, de fato, a Análise Prototípica, que possibilita uma análise lexicográfica das evocações pela respectiva frequência e ordem de emissão no grupo das participantes investigadas. Daí resulta, como já citado anteriormente, o chamado *quadro de quatro casas* ou quadrante de Vergès, conforme mostrado abaixo.

Figura 3 – *Quadro de quatro casas ou Quadrante de Vergès*

Ordem Média de Evocação (OME)			
Frequência Média	Núcleo Central	1° Quadrante prontamente evocados + alta frequência	2° Quadrante tardiamente evocados + alta frequência
	Zona de Contraste	3° Quadrante prontamente evocados + baixa frequência	4° Quadrante tardiamente evocados + baixa frequência

Nota. Em *As representações do ensino de ciências de um grupo de professores do ensino fundamental: implicações na formação científica para cidadania* (p. 10), de Vittorazzi & Braz da Silva, 2020, Revista Ensaio.

Assim cabe explicitar que,

[...] a 1ª área do quadrante, foram alocados os elementos mais frequentes e mais prontamente evocados; na 2ª, os elementos com elevada frequência, porém evocações mais tardias do que as que compõem a 1ª área; na 3ª, os que apresentavam baixa frequência [...] e na 4ª, os termos com baixa regularidade e evocados de modo remanescente. (Sá, 1996 como citado em Vittorazzi & Braz da Silva, 2020, p. 10).

Em seguida, com o *Software IRAMUTEQ*, foram realizadas mais duas fases – a 3ª e a 4ª. Na 3ª fase, processou-se o Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)²³, “esta análise visa obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes” (Camargo, 2005 como citado em Camargo & Justo, 2013, p. 5).

Cabe assinalar que o programa faz tal procedimento da seguinte forma:

[...] executa cálculos e fornece resultados que nos permite a descrição de cada uma das classes, principalmente, pelo seu vocabulário característico (léxico) e pelas suas

²³ Os segmentos de texto são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas. A partir de matrizes cruzando segmentos de textos e palavras (em repetidos testes do tipo X^2), aplica-se o método de CHD e obtém-se uma classificação estável e definitiva (Reinert, 1990, como citado em Camargo & Justo, 2013, p. 5).

palavras com asterisco (variáveis). Além disto, o programa fornece uma outra forma de apresentação dos resultados, através de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD. Com base nas classes escolhidas, o programa calcula e fornece-nos os segmentos de texto mais característicos de cada classe (corpus em cor) permitindo a contextualização do vocabulário típico de cada classe. (Camargo & Justo, 2013, p. 5).

Explicita-se ainda que as referidas classes de palavras são, “em nível do programa informático, [...] compostas de vários segmentos de texto em função de uma classificação segundo a distribuição do vocabulário (formas) destes segmentos de texto” (Camargo & Justo, 2013, p. 5). Por outro lado, “em nível interpretativo Reinert (1990), ao estudar a literatura, utilizou a noção de ‘mundo’, enquanto um quadro perceptivo-cognitivo com certa estabilidade temporal associado a um ambiente complexo” (Camargo & Justo, 2013, p. 5).

Já “em pesquisas sobre representações sociais, tendo em vista o estatuto que elas conferem às manifestações linguísticas, estas classes podem indicar teorias ou conhecimentos do senso comum ou campos de imagens sobre um dado objeto, ou ainda apenas aspectos de uma mesma representação (Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo como citado em Camargo & Justo, 2013, p. 6). Desta feita, é prudente inferir que esta fase possuiu grande significância para corroborar a hipótese de que as crenças centrais disfuncionais determinaram a construção das RS da violência física sofrida pelas vítimas, nos diversos cenários que as mesmas estavam imersas.

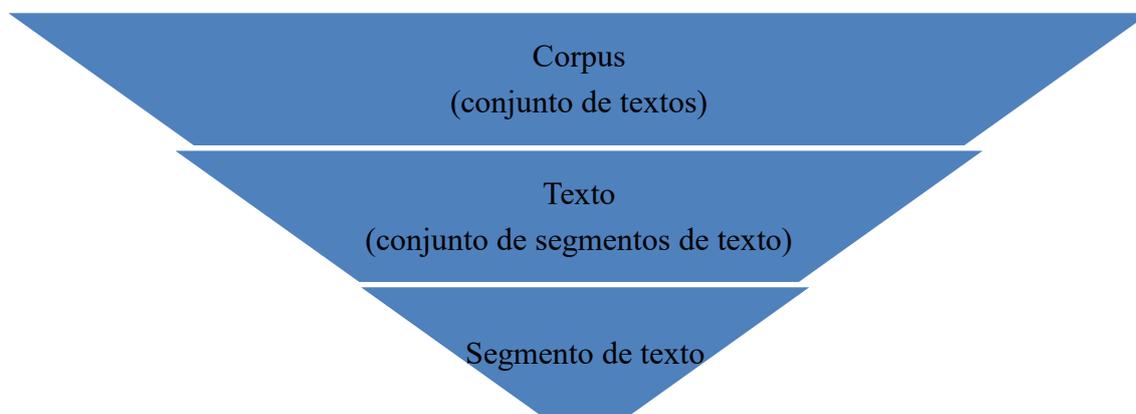
Na 4ª fase da pesquisa, fez-se a Análise de Similitude²⁴, proposta por Claude Flament (1986), isto é, de posse do resultado da Análise Prototípica (2ª fase), passa-se a averiguar o

²⁴ Proposta por Flament (1986), é definida como uma outra maneira de classificar os termos de uma produção discursiva, baseando-se em um coeficiente de semelhança. A análise de semelhança parte do seguinte princípio: “admite-se que dois itens serão mais próximos na representação quanto mais elevado for o número de indivíduos que os tratam da mesma maneira, que aceitem os dois ou que rejeitem os dois ao mesmo tempo” (Flament, 1986, p. 141 como citado em Oliveira et al., 2001, p. 611). “A análise de similitude pode ser considerada como uma análise de distância entre os elementos de uma produção discursiva, podendo-se determinar através dela os elementos que coocorrem, que vão juntos numa produção discursiva” (Oliveira et al., 2001, p. 611). Diz-se ainda que a Análise de Similitude é “a principal técnica de detecção do grau de conexidade dos diversos elementos de uma representação”. (Sá, 2002, p. 126)

grau de conexão/conexão entre os elementos do sistema central (SC) e periférico (SP) da representação social.

Tal análise foi feita com o intuito de complementar/confirmar a centralidade dos elementos de uma RS, “por um processo de análise de co-ocorrências que indica a conexão” (Vogel, 2016, p. 108), que se tornou viável com a correta inserção no *IRAMUTEQ* dos *corpus* textuais constituídos pelas respostas das participantes, as quais foram obtidas em decorrência da aplicação das Entrevistas semiestruturadas. Aqueles *corpus* foram subdivididos pelo próprio programa em texto e segmento de texto, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 4 – *Noções de corpus, texto e segmento de texto*



Nota. Em *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ* (p. 4), de Camargo & Justo, 2013, Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição: UFSC – Brasil.

Acrescenta-se que, em tese, a Análise de Similitude permite explorar a coerência entre os discursos de cada participante e os vocábulos evocados por ocasião da TALP. Dessa forma este pesquisador conseguiu perceber os juízos confirmatórios que sustentam e estruturam o núcleo central e a periferia da RS que resultaram da Análise Prototípica. Em seguida obteve-se que “os índices de similitude entre os termos que apresentam frequência significativa” (Vittorazzi & Braz da Silva, 2020, p. 10), resultaram, graficamente, no que se convencionou chamar de árvore máxima, a qual sintetiza as conexões possíveis que existem entre tais termos (Vogel, 2016).

4.5 Escolha e descrição dos campos de pesquisa

Inicialmente houve uma tentativa de realizar a pesquisa na Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPO), localizada na Avenida Cora Coralina, nº 60, bairro Setor Sul. Haja vista, haver um trabalho constante na Instituição com grupos de mulheres vítimas de violência. Porém, “a pandemia da doença do coronavírus 2019 – COVID-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease 2019*) (Malta *et al.*, 2020, p. 2), a qual fora “reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020” (Malta *et al.*, 2020, p. 2), provocou uma evasão daquelas mulheres no tocante ao trabalho em grupo que já vinha sendo realizado com elas e sob a orientação de uma Psicóloga, na DPO. Com isso, acabou dificultando a busca de voluntárias para comporem a presente pesquisa.

Diante desse contexto, pensou-se, imediatamente, em buscá-las nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), já que, pela imensa quantidade existente em Goiânia, este pesquisador teria uma população bem maior para, assim, compor, com uma margem de segurança ampliada, a quantidade de mulheres necessárias. A partir de então, fez-se contato com a Escola Municipal de Saúde Pública (EMSP), para a qual foi enviado um Requerimento de Pesquisa Científica. Em seguida, a Escola solicitou que este pesquisador elaborasse um Projeto acerca do tema que seria investigado. Os tópicos foram passados por aquela instituição e assim procedeu-se à elaboração.

Após o envio do Projeto e consequente aprovação, a EMSP encaminhou a este pesquisador a Declaração de Anuência e Coparticipação, datada em 15 de março de 2021. Esta foi inserida no Processo (CAAE 40247420.4.0000.0037), já aberto no Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, que tem vinculação direta com a Plataforma Brasil do Ministério da Saúde. Em uma próxima etapa, aquele Comitê enviou a este pesquisador o Parecer nº 4.612.488, datado de 25 de março de 2021, com a seguinte situação: aprovado.

Ressalta-se que o referido Parecer em consonância com a Declaração de Anuência e Co-participação autorizava aprovação somente para os CAPS NOVO MUNDO E VIDA, ambos localizados, respectivamente, na Avenida Manchester, nº 2000 – Jardim das Aroeiras, Goiânia-GO e Alameda Coronel Eugênio Jardim, quadra 227, Rua L-10, s/n, Setor Marista, nesta cidade. Já veio definida a data para a coleta de dados, constando em documento emitido pela EMSP – Encaminhamento para coleta de dados, datado em 31 de maio de 2021, que autorizava tal procedimento nos dois locais, com a seguinte previsão: de abril a agosto de 2021.

Contudo, não foi possível para este pesquisador conseguir a quantidade necessária de participantes naquele limite temporal. Sendo assim, fez-se nova solicitação para a EMSP e incluiu-se mais dois CAPS, o BEIJA-FLOR (com sede na Alameda Presidente Baldomir, nº 1, bairro Jardim Presidente, nesta cidade) e o CASA (localizado na Rua 55, nº 922, bairro Centro, Goiânia). Ademais, estendeu-se a coleta agora para o seguinte limite de tempo: de 30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022.

Desse modo, a EMSP encaminhou uma nova Carta de Anuência e Coparticipação com data de 23 de setembro de 2021, que foi devidamente anexada como Emenda no Processo supracitado. Em decorrência, recebeu-se a devida aprovação do CEP por meio do Parecer nº 5.038.555, com data de 14 de outubro de 2021. Este fora novamente enviado para a EMSP e esta emitiu um novo Encaminhamento para coleta de dados no qual consta a data de 3 de novembro de 2021. Desse modo, o prazo para a referida coleta fora estendido, conforme constante no novo Encaminhamento, para o período de 30 de agosto de 2021 até abril de 2022.

4.6 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada, individualmente, com cada participante, no período de maio de 2021 a março de 2022. Ressalta-se que a quantidade de participantes em cada CAPS ocorreu conforme o quadro a seguir.

Tabela 10 – *Participantes por Campo de Pesquisa*

Campos de pesquisa	Quantidade de participantes
CAPS NOVO MUNDO	4
CAPS VIDA	5
CAPS CASA	1
CAPS BEIJA-FLOR	2

Nota. Elaborada pelo autor.

Inicialmente, era lido o TCLE e, assim, tiradas todas as dúvidas acerca da pesquisa. Em ato contínuo, a participante assinava o referido termo, juntamente com este pesquisador, e recebia uma via, assinada pelo pesquisador. Logo após, ela preenchia um questionário (constante em Anexo) com seus dados sociodemográficos e econômicos.

Antes de iniciar, a participante se deparava com um enunciado onde teria que se autodenominar por uma pedra preciosa sugerida, conforme mostrado abaixo.

Tabela 11 – *Enunciado do questionário para coleta de dados sociodemográficos*

Antes de iniciar gostaríamos de dizer que todas as participantes serão identificadas com o nome de uma pedra preciosa. Tal procedimento será de grande valia para as considerações que serão feitas, por este pesquisador, durante a Análise dos dados. Sendo assim, por favor, escolha um dos seguintes nomes: **ametista, água marinha, alexandrita, azurita, diamante, esmeralda, granada, jade, malaquita, opala, pedra da lua, pedra do sol, rubi, safira, tanzanita, turquesa, turmalina azul e turmalina bicolor**

Nota. Elaborada pelo autor.

Os dados mais relevantes do questionário serviram para caracterizar e dizer quem eram as participantes da pesquisa. Tais caracterizações encontram-se no item 4.2, no qual foram descritas todas as percepções acerca da realidade das participantes.

Depois, iniciava-se a TALP. Para tanto, solicitava-se que ela repetisse o nome da pedra já escolhida e enfatizava-se que tal escolha asseguraria o sigilo e a privacidade acerca da sua identidade. Em seguida, passava-se à execução propriamente dita da técnica, o que ocorria conforme mostrado a seguir.

Tabela 12 – Pergunta evocativa e os critérios utilizados durante a aplicação da TALP

Para responder a pergunta que será feita a seguir SOLICITA-SE QUE OBEDEÇA OS SEGUINTE CRITÉRIOS OS QUAIS SERVEM PARA REFORÇAR O EFEITO DE VALIDADE DA PRESENTE TÉCNICA.

Critério 1. Não utilize frases;

Critério 2. Quanto mais rápido for evocada/registrada a resposta, melhor será o resultado;

Critério 3. Não gaste tempo em reflexão para buscar palavras mais adequadas e sofisticadas. Isso prejudica o resultado.

Quais as 5 (cinco) primeiras palavras ou expressões que lhe vem à cabeça **quando você pensa “na violência física que sofreu na sua relação amorosa”?**

1: _____

2: _____

3: _____

4: _____

5: _____

Nota. Elaborada pelo autor.

As palavras ou expressões evocadas por cada participante estarão transcritas, por uma questão didática, no próximo capítulo. Isso facilitará uma melhor compreensão do leitor.

Finalmente, a última fase da coleta de dados foi a realização das Entrevistas semiestruturadas. E das perguntas que foram planejadas para serem abordadas nas respectivas entrevistas, optou-se, para fins de lançamento no *software IRAMUTEQ*, por apenas três quesitos. Haja vista este pesquisador entender que, as perguntas contidas neles, seriam as mais apropriadas para os propósitos da pesquisa. Os quesitos selecionados foram os seguintes: 1) Você lembra da ocasião/momento em que foi agredida pela primeira vez? Você tinha quantos anos? Essa agressão e/ou violência se enquadra em qual dos seguintes tipos: física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual? Você pode relatar como o fato se deu? 2) Antes da sua agressão você já tinha visto acontecer outros casos na sua família? Refiro-me a irmãs, primas, cunhadas, sobrinhas ou até com sua própria mãe; 3) Você foi educada/criada pelos seus pais? Como era a relação do seu pai com sua mãe? O que você pode nos contar sobre isso?

No item 5.2, os resultados do lançamento das respostas no *IRAMUTEQ* serão apresentados e analisados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão analisados e discutidos os conteúdos cognitivo-estrutural das RS e as narrativas trazidas pelas falas das participantes. Primeiramente foi feito, por meio do *software EVOC*, o tratamento do conjunto de todos os termos e expressões evocados pelas 12 (doze) participantes.

Considerou-se essa quantidade por entender que elas possuem um perfil característico bem semelhante entre si (i.e., todas sofreram violência física dos seus companheiros em relações amorosas), o que foi intencionalmente estabelecido por este pesquisador em consonância com o que é disposto pela lei de Marbe, a qual será explicada no próximo tópico.

Em seguida, os conteúdos dos relatos das participantes foram operacionalizados pelo *software IRAMUTEQ*, o que foi totalmente possível pelo fato dos critérios de análises estabelecidos pelo Tutorial (Camargo & Justo, 2018) terem sido amplamente atendidos.

5.1 O conteúdo cognitivo-estrutural das RS

Para se conseguir separar o duplo sistema das representações sociais (i.e., o sistema central e o sistema periférico), utilizou-se a Análise Prototípica, a qual é operacionalizada pelo *software EVOC*.

A referida análise é uma das técnicas mais difundidas para caracterização estrutural de uma representação social (Wachelke & Wolter, 2011), por isso, optou-se por ela, no presente estudo. Foi desenvolvida por Vergès (1992) para caracterizar a estrutura de uma representação social a partir de evocações de palavras.

Na tabela a seguir, estão dispostos os vocábulos ou expressões que resultaram da TALP.

Tabela 13 – Resultados da aplicação da TALP

Participante	Resultados da TALP
p01Jade	1) covardia/2) injustiça/3) pavor/4) falta de proteção/5) impotência
p02Rubi	1) murro/2) chute/3) agressão verbal/4) delegacia/5) abandono
p03Esmeralda	1) porque/2) quando acaba/3) minha filha/4) o que fiz/5) morrer
p04Ametista	1) dor/2) tristeza/3) arrependimento/4) ódio/5) vingança
p05Diamante	1) destruição/2) sofrimento/3) medo/4) tristeza/5) raiva
p06Topázio	1) respeito/2) dono/3) pai/4) sabe tudo/5) monstro
p07Safira	1) base familiar/2) baixa autoestima/3) insegurança/4) crenças erradas/5) desvalorização
p08Pedra do sol	1) medo/2) revolta/3) tristeza/4) raiva de mim/5) um fim
p09Azurita	1) dor profunda/2) medo/3) mágoa/4) arrependimento/5) pânico
p10Pedra da lua	1) defesa/2) segurança/3) agilidade/4) sair/5) esconder
p11Turquesa	1) revolta/2) raiva/3) vontade de sumir/4) vingança/5) marcado
p12Granada	1) tristeza/2) angústia/3) dor/4) revolta/5) impotência

Nota. Elaborada pelo autor.

Estes vocábulos ou expressões (Tabela 13) tiveram

[...] duas de suas coordenadas calculadas: *a frequência no corpus do grupo e a ordem média de evocação* [ênfase adicionada], isto é, o valor resultante de uma média em que o valor 1 é atribuído para a resposta que é fornecida em primeiro lugar, 2 para a segunda resposta fornecida pela participante, e assim por diante. (Vergès, 1992, como citado em Wachelke & Wolter, 2011, p. 522).

A partir do cálculo dessas duas coordenadas sucederam-se o surgimento de três critérios. O primeiro foi a frequência de corte (FC), que é a menor frequência a ser considerada para a disposição das palavras no quadrante, excluindo os menos citados, haja vista serem pouco significativos. O segundo ocupa-se do valor da média geral de ordenamento das evocações (MGOE) das palavras, obtido a partir da média dos pesos atribuídos às evocações. E o último é o valor da frequência mediana (FM), a qual é produzida mediante o computo da mediana das frequências, o que resulta do descarte dos valores menores que a frequência

mínima considerada (Vittorazzi & Braz da Silva, 2020). Desse modo, após os vocábulos ou expressões serem inseridos no *EVOG*, foram obtidos os seguintes valores: FC =2, MGOE =2,50 e FM= 3,0.

A partir desses critérios, a distribuição dos termos evocados pelas participantes, em decorrência do tratamento dos mesmos pelo *EVOG*, resultou na disposição mostrada na tabela a seguir.

Tabela 14 – Elementos estruturais da Representação Social da violência física organizados no Quadrante de Vergès (Análise Prototípica)

		OME < 2,5			OME > = 2,5			
Frequência >=3	NÚCLEO CENTRAL	Termos	f	OME	PRIMEIRA PERIFERIA	Termos	f	OME
		MEDO	3	2,0		TRISTEZA	4	2,5
		REVOLTA	3	2,3				
Frequência <=2	ZONA DE CONTRASTE	Termos	f	OME	SEGUNDA PERIFERIA	Termos	f	OME
		DOR	2	2,0		ARREPEN- DIMENTO	2	3,5
						IMPOTÊNCIA	2	5,0
						RAIVA	2	3,5
						VINGANÇA	2	4,5

Nota. Elaborado pelo autor.

De acordo com o que foi trazido no Quadrante de Vergès, tem-se que as palavras MEDO e REVOLTA aparecem no 1º quadrante ou Núcleo Central, o que significa possuírem “alta frequência e baixa ordem de evocação, ou seja, respostas fornecidas por grande número de participantes e evocadas prontamente” (Wachelke & Wolter, 2011, p. 522). Faz-se necessário esclarecer que a *baixa ordem de evocação* se define como as palavras que foram evocadas primeiro pelas participantes.

Nesse ponto, é primordial explicar que, nas palavras de Wachelke e Wolter (2011), trazidas a partir de Flament e Rouquette (2003), a Análise Prototípica está baseada “no princípio segundo o qual, *o quanto antes uma pessoa se lembra de uma palavra, maior é a representatividade dessa palavra num grupo formado por pessoas com perfil semelhante* [ênfase adicionada]; os autores [Flament e Rouquette] referem-se a esse princípio como lei de Marbe” (p. 522). Sendo assim, os elementos do Sistema Central da Representação Social têm grande probabilidade de estarem contidos no Núcleo Central do Quadrante de Vergès (Wachelke & Wolter, 2011).

Na primeira periferia ou 2º Quadrante, encontrou-se a palavra TRISTEZA. Neste quadrante se “inclui as respostas com alta frequência e alta ordem de evocação” (Wachelke & Wolter, 2011, p. 522). Para Abric (2003), embora nessa primeira periferia estejam palavras com saliência, elas situam-se como elementos secundários da representação.

Na segunda periferia ou 4º Quadrante, encontrou-se as palavras ARREPENDIMENTO, IMPOTÊNCIA, RAIVA e VINGANÇA. Aqui normalmente estão os termos com frequências de evocação inferiores ao ponto de corte e que foram evocadas como últimas respostas (Wachelke & Wolter, 2011). Ressalta-se que esses elementos agregam pouca importância para a estrutura da representação do grupo social (Wachelke & Wolter, 2011). Em suma, eles refletem juízos mais particulares (Wachelke & Wolter, 2011), o que se deduz não ser pertinente fazer generalizações para a totalidade do grupo que foi investigado.

Finalmente, na zona de contraste ou 3º Quadrante está a palavra DOR. Nesta zona estão os termos com baixas frequências e que foram evocadas cedo no discurso (Wachelke & Wolter, 2011). Para Abric (2003), este quadrante pode indicar que é apenas complemento da primeira periferia ou que existe um subgrupo que valoriza termos diferentes da maioria.

Observa-se então que os vocábulos evocados ou emitidos pelas participantes, em decorrência de suas experiências com a violência física que sofreram, são de cunho emocionais.

E sintetizam que aquelas vivências ainda as fazem sofrer, já que os termos denotam uma afetividade puramente negativa.

5.2 O conteúdo dos discursos resultantes das entrevistas e suas conexões com as crenças centrais disfuncionais

Para fazer o tratamento das respostas que foram obtidas com as Entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a CHD ou método de Reinert e a Análise de Similitude. Para tanto, primeiramente, este pesquisador preparou de forma adequada o *corpus* textual, conforme preconizado pelo Tutorial para uso do *IRAMUTEQ*, o qual fora publicado por Camargo & Justo (2018).

Após a preparação do *corpus*, este foi salvo em um único arquivo de texto no *software Libre Office*. Em seguida, o referido arquivo foi colocado em uma nova pasta, na área de trabalho, criada somente para esta análise (Camargo & Justo, 2018). O próximo passo foi inserir o *corpus* textual no *IRAMUTEQ*. Antes de operacionalizar a CHD, fez-se a análise lexicográfica e por meio desta o programa processou as seguintes atividades:

[...] identifica e reformata as unidades de texto, transformando textos em ST, identifica a quantidade de palavras, frequência média e *hápax* (palavras com frequência igual a um), pesquisa o vocabulário e reduz as palavras com base em suas raízes (formas reduzidas) ou lematiza²⁵, cria um dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. (Lebart & Salem, 1988 como citado em Camargo & Justo, 2018, p. 14).

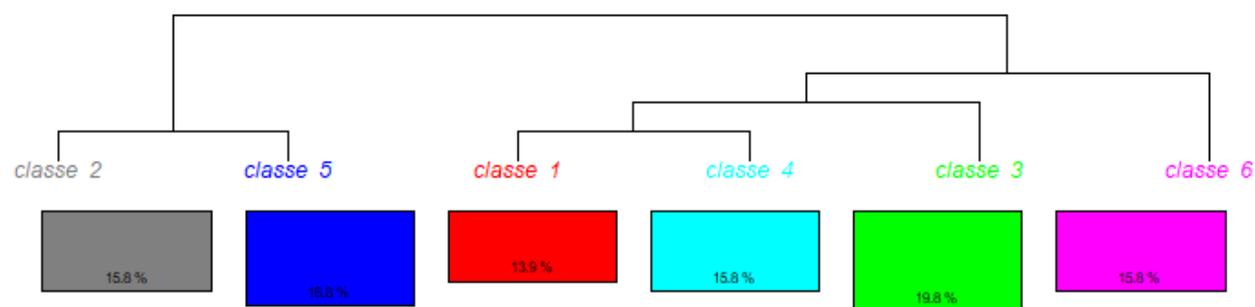
A partir dessa análise, pode-se fazer algumas conferências e verificar se o *corpus* textual foi adequadamente preparado. Em seguida, executou-se a CHD e os seguintes resultados foram obtidos. O número de textos tratados foram 12 (corresponde exatamente ao total de

²⁵ Lematizar significa transformar as várias flexões (de número, de gênero etc.) ou lexemas de uma palavra no seu lema ou base comum. Exemplos: as palavras “corpo” e “corpão” tornam-se “corpo”; as palavras “preciso”, “precisamos”, “precisou” são reduzidas a “precisar”. Neste *software* os substantivos são reduzidos ao masculino singular, os verbos ao infinitivo e os adjetivos ao masculino singular (Camargo & Justo, 2018, p. 14).

participantes); foram operacionalizados 133 segmentos de textos; o número de ocorrências ficou em 4.897 (significa o total de palavras); o número de formas resultou em 1001 (equivalente às palavras distintas encontradas). Por último, obteve-se que dos 133 segmentos de textos foram processados 101, o que equivale a 75,94%. No tocante a este percentual, tem-se que, para Camargo & Justo (2018), a partir de 75%, é possível o *software* realizar a CHD de forma a trazer resultados válidos e analisáveis. Sendo assim, o presente processamento ficou dentro da margem preconizada.

Antes de serem apresentadas as categorias e classes que resultaram a partir da operacionalização da CHD, vale ressaltar que este tipo de análise “executa cálculos cruzando os segmentos de textos e as palavras por meio da associação estatística do qui-quadrado (X^2) (Fernandes, Hortêncio & Andrade, 2017, p. 45). Há também o desenho de áreas lexicais, estabelecendo um recorte das diversidades, com isso, o *software* amplia a visualização do pesquisador para que este não se fixe unicamente nas classes lexicais (Fernandes, Hortêncio & Andrade, 2017). Desta feita, o produto resultante da CHD chama-se dendrograma. Este trouxe duas categorias que se subdividiram em 6 classes ou subcategorias, conforme disposto na figura abaixo.

Figura 5 – Dendrograma resultante da CHD das narrativas trazidas por ocasião das Entrevistas semiestruturadas com as participantes

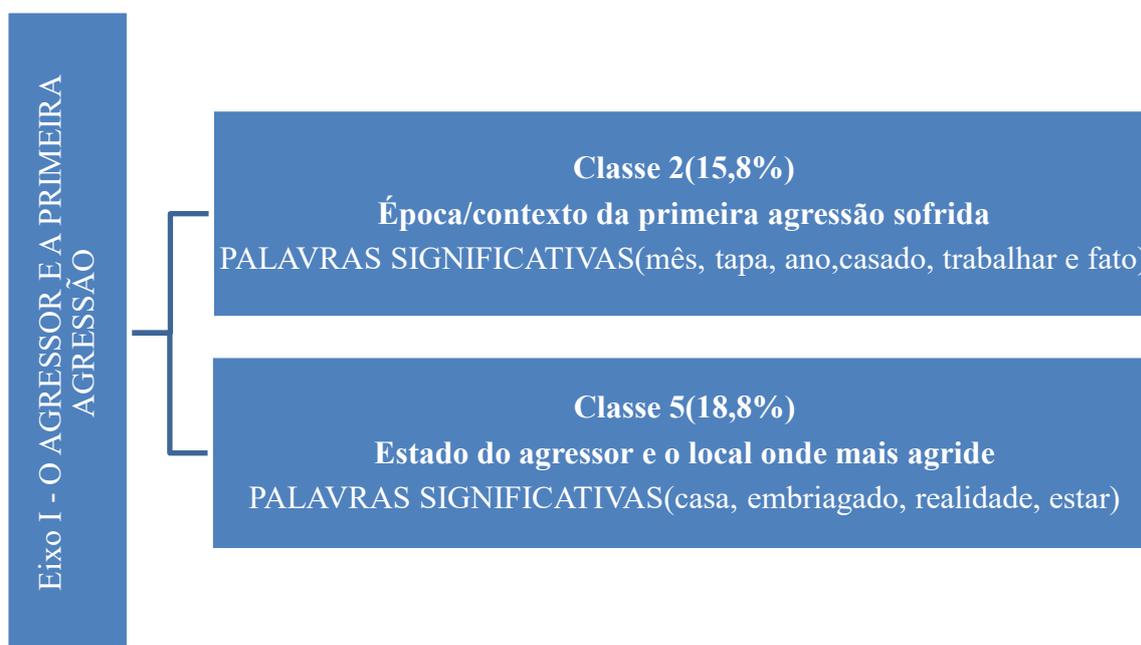


Nota. Produzido pelo *Software IRAMUTEQ*, em decorrência da análise dos segmentos de textos operacionalizados na CHD.

Após a concretização da Classificação Hierárquica Descendente, foram identificadas 6 (seis) classes distribuídas em dois eixos ou categorias: o primeiro composto pela classe 2 (15,8% dos segmentos de texto) e pela classe 5 (18,8% dos segmentos de texto); e o segundo foi constituído pelas classes 1, 4, 3 e 6, que apresentaram, respectivamente, os seguintes percentuais dos segmentos de texto (13,9%, 15,8%, 19,8% e 15,8%).

A seguir, na Figura 6, serão apresentadas as denominações da categoria ou Eixo I e das suas respectivas classes. Tais denominações foram estabelecidas por este pesquisador a partir das interpretações feitas nos conteúdos (segmentos de texto e palavras mais significativas), os quais foram trazidos pela CHD.

Figura 6 – Eixo I e suas respectivas classes



Nota. Elaborado pelo autor a partir do Dendrograma resultante da CHD.

A classe 2 (15,8%), com a denominação de *Época/contexto da primeira agressão sofrida*, foi assim chamada por ter trazido, no tocante à primeira agressão, aspectos que se repetiam nas falas de praticamente todas as mulheres (e.g., os agressores sentiam ciúmes delas pelo fato das mesmas quererem trabalhar fora de casa). A seguir são *apresentadas* as falas que confirmam a referida denominação, de acordo com as palavras mais significativas (mês, tapa,

ano, casado, trabalhar e fato):

*p_02. Fui agredida pela primeira vez quando levei um **tapa** na cabeça, o **fato** se deu quando eu estava grávida de 6 **meses**, tinha 1 ano que a gente estava junto.*

*p_05. Fui agredida pela primeira vez quando eu tinha 23 anos, foi uma briga que eu tive com meu ex-marido, o **fato** se deu porque eu queria estudar e **trabalhar**, ele não concordava, aí quebrou as coisas de casa e me agrediu.*

*p_06. Foi no meu primeiro **casamento**. Foi quando ele me empurrou. Eu estava grávida de dois **meses** do meu segundo filho. Ele queria viver vida de solteiro e não como **casado**. Ele falou que ia sair e eu pedi para ele não sair, pois eu estava sentindo muita cólica. Mesmo assim ele me empurrou e me xingou de desgraçada. Eu caí sentada na cozinha. Eu tinha 19 anos.*

*p_07. Foi com o segundo namorado. Aconteceu que em um certo dia, já com seis **meses** de namoro (eu tinha uns 19 anos), a gente estava brigando (briga de ciúme) e estávamos dentro da minha casa, aí naquele calor da confusão, ele me deu um **tapa** no rosto, saiu correndo e foi embora.*

*p_09. Eu fui agredida pela primeira vez com um **mês** de namoro. Eu tinha 17 anos. E a gente só namorava. Nós ficamos juntos durante 22 anos. Ele foi meu primeiro namorado, eu o conheci com 12 anos. Ele era muito ciumento e não gostava do meu **trabalho**. Eu trabalhava como modelo já desde os meus 7 anos. E em um certo dia eu tinha que ir fazer umas fotos e ele disse que eu não ia. Mas eu tinha que ir, pois a minha irmã era a minha empresária e estava investindo em mim. E aí ele me puxou pelo braço e me empurrou sobre um muro. Naquele momento fiquei ralada (com um dos meus braços todo machucado). E aí não teve como eu ir.*

A classe 5 (18,8%), com a denominação de *Estado do agressor e o local onde mais agride*, foi assim chamada pelo fato de haver afirmações de que os companheiros estavam embriagados quando agrediam e o local de ocorrência das agressões, de forma unânime, ser nas residências, seja do próprio casal ou dos pais dela ou dele. A seguir, encontram-se as falas que a confirma, de acordo com as palavras mais significativas (casa, embriagado, realidade e estar):

*p_11. A gente estava na **casa** da mãe dele, ele estava bebendo e fumando crack e pelo jeito já **estava embriagado** quando me agrediu.*

*p_01. Na **realidade** ele só me agredia quando **estava embriagado**, estava tendo uma festinha por causa do casamento da minha cunhada. Eu queria ir para minha **casa**, eu estava cansada, mas ele queria que eu ficasse lá na festinha. Quando chegamos em casa, de repente eu nem percebi, só senti que estava vendo faíscas. Ele tinha me dado um murro no olho, até ele assustou, pois inchou na hora.*

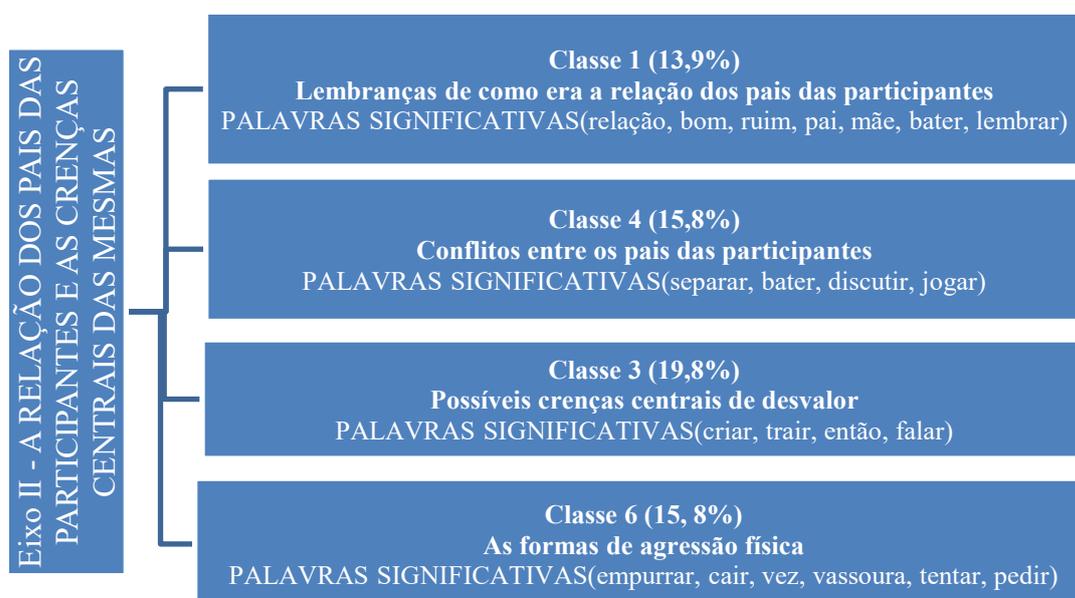
*p_08. Aí ele falou que o mais velho já tinha que ser colocado para capinar, já que ele estava grande. E eu falei que não, pois o menino tinha que estudar. E ele pegou e saiu. Quando voltou já foi meio **bêbado** e alterado. Aí já pegou uma faca e veio para cima de mim e me empurrou em cima de uma planta cheia de espinhos. E ainda quebrou várias coisas em nossa **casa**.*

*p_02. Era Dia dos Pais (estávamos na casa do meu pai) e a minha madrasta foi me levar em casa. E ele disse que eu tinha falado uma coisa que na realidade quem tinha falado era a minha irmã. E eu falei que não tinha sido eu, mesmo assim ao chegar em casa ele me bateu. Levei um tapa na cabeça. Ele **estava bêbado**. É o meu companheiro atual.*

Cabe enfatizar que este Eixo I (*O agressor e a primeira agressão*) foi adequadamente separado pelos segmentos de texto que trouxeram aspectos característicos com inclinação para a pessoa do agressor. Pelo que foi escrito anteriormente nas Classes 2 e 5, ficou perceptível que em ambas há um predomínio de descrições inerentes aos homens que agrediam.

A seguir, na Figura 7, serão apresentadas as denominações da categoria ou Eixo II e das suas respectivas classes. Tais denominações foram estabelecidas por este pesquisador a partir das interpretações feitas nos conteúdos (segmentos de texto e palavras mais significativas), os quais foram trazidos pela CHD.

Figura 7 – Eixo II e suas respectivas classes



Nota. Elaborado pelo autor a partir do Dendrograma resultante da CHD.

A classe 1 (13,9%), com a denominação de *Lembranças de como era a relação dos pais das participantes*, foi assim chamada por apresentar um retrato fiel de como foram as relações entre os genitores de boa parte das participantes, o que evidenciou vivências desarmônicas e conturbadas. A seguir, estão os relatos confirmatórios das participantes, de acordo com as palavras mais significativas (relação, bom, ruim, pai, mãe, bater e lembrar):

*p_03. A **relação** do meu **pai** com a minha **mãe** não era boa. O meu pai era uma pessoa muito ruim, ele teve uns 11 filhos fora do casamento com a minha mãe.*

*p_07. A **relação** do meu **pai** com a minha **mãe** era o seguinte. A minha mãe estava sempre denegrindo o meu pai. Até hoje é assim. Meu pai nunca denegriu ela. Ela não superou a separação até hoje.*

*p_11. O meu **pai** nunca bateu na minha **mãe**. Eu sei que quando ele bebia, ele quebrava as coisas em casa, mas não **batia** na minha mãe. Eu **lembro** que eles dormiam separados e aí **batiam** boca, pois ela gostava da Igreja e ele não. Quando ele descobriu que ela estava indo para a Igreja escondido, ele não quis mais ela. Com isso ele foi embora.*

*p_09. A relação do meu **pai** com a minha **mãe** não era boa. O meu pai não respeitava a minha mãe. Ela chegava dos resguardos e ele já queria se deitar com ela. Ela foi me contar dos absurdos dele quando eu me separei. Aí ela contou que ele não **batia** nela, mas obrigava a mesma a fazer muitas coisas que ela não queria, principalmente as relações sexuais sem o consentimento dela.*

A classe 4 (15,8%), com a denominação de *Conflitos entre os pais das participantes*, foi assim chamada por trazer relatos de que aconteciam, literalmente, agressões entre os genitores de algumas das entrevistadas, ou seja, não houve uma unanimidade nas falas. Abaixo estão alguns relatos que a confirma, de acordo com as palavras mais significativas (separar, bater, discutir e jogar):

*p_07. Então refez a vida dele, eu tenho uma única lembrança deles juntos. Foi quando eu tinha uns 6 anos. Eles estavam brigando depois do almoço. Ele estava comendo um pedaço de rapadura e **discutiu** com ela. Aí **jogou** aquele pedaço de rapadura na janela e esta quebrou.*

*p_03. Eu lembro que o meu pai **batia** na minha mãe. Eu presenciava as agressões. E eu não vi acontecer com primas, sobrinhas, tias etc.*

*p_04. Pois o meu pai **batia** na minha mãe. A minha vó me agredia. Os meus avós maternos se agrediam. Se **jogavam** coisas. Eu também fiz muitas escolhas erradas na minha vida. Eu já nasci na família errada.*

A classe 3 (19,8%), com a denominação de *Possíveis crenças centrais de desvalor*, foi assim nominada pelo fato de haver nos relatos das mulheres um *insight* de que elas foram educadas sem um mínimo de apreço e cuidado pelos seus genitores e, também, pelos seus padrastos, o que as fez internalizarem que não tinham valor. Seguem abaixo falas que a confirma, de acordo com as palavras mais significativas (criar, trair, então e falar):

p_07. Então essas palavras determinaram muito as nossas escolhas erradas, eu falo assim criou uma crença na nossa cabeça de não ter valor, daí que eu acho que isso foi a base de tudo no meu entendimento.

p_12. Eu e meus irmãos não tivemos amor e carinho nem de pai e nem de mãe, a minha irmã mais velha é filha de outro pai e essa minha irmã fala que o pai dela era muito amoroso.

p_12. Ela brigava muito com meu pai aí ela se separou dele e arrumou outro que judiava dela. Eu tinha uns 10 anos. Então essa segunda pessoa judiava também de nós. Ele bebia e quebrava as coisas em casa. E ela resolveu ir embora. Teve uma vez que ele me deu uma surra, me bateu muito. Eu tinha uns 12 anos. E foi a minha mãe que mandou. Ele me bateu de corda. Eu quase morri. Fiquei toda machucada.

p_06. E então também o meu pai deu um murro na minha mãe, foi quando ele foi separar dela. E eu era o saco de pancada dele, ele me batia muito (tudo que os outros irmãos faziam eu era que pagava), e eu fui também abusada por ele.

p_07. Contudo, eu não tive uma estrutura familiar. Eu fui criada numa família desestruturada. Até os 6 anos eu presenciei brigas dos meus pais e a partir daí houve o divórcio. A partir desse divórcio ficou muito deficiente a representação familiar, o amor paterno. O meu pai era presente, mas ele não era uma pessoa afetuosa.

p_04. Eu acho então que eu venho carregando uma mala que vem lá de trás, pois o meu pai batia na minha mãe e a minha vó me agredia. Os meus avós maternos se agrediam (se jogavam coisas). Eu também fiz muitas escolhas erradas na minha vida, eu já nasci na família errada.

A classe 6 (15,8%), com a denominação de *As formas de agressão física*, foi assim chamada por trazer de maneira bem marcante nos relatos das entrevistadas que elas eram agredidas, na maioria das vezes, por uma forma bem característica (i.e., os empurrões aparecem se destacando). Também aparecem os maus-tratos físicos que elas sofriam dos genitores e até de padrastos. Os relatos a seguir trazem as confirmações que justificam o nome da referida classe, de acordo com as palavras mais significativas (empurrar, cair, vez, vassoura, tentar e pedir):

*p_06. Aí eu falei você vai machucar o meu filho e se isso acontecer eu vou te pôr na cadeia, mesmo assim ele me **empurrou** e me xingou de desgraçada, **caí** sentada na cozinha, eu tinha 19 anos.*

*p_12. Ela brigava muito com meu pai aí ela se separou dele e arrumou outro que judiava dela. Eu tinha uns 10 anos. Então essa segunda pessoa judiava também de nós. Ele bebia e quebrava as coisas em casa. E ela resolveu ir embora. Teve uma **vez** que ele me deu uma surra, me bateu muito. Eu tinha uns 12 anos. E foi a minha mãe que mandou. Ele me bateu de corda. Eu quase morri. Fiquei toda machucada.*

*p_04. Ele pegou e me bateu, **empurrou** a minha cabeça na parede e eu desmaiei, aí já acordei no banheiro com ele me lavando e **pedindo** pelo amor de Deus para eu acordar.*

*p_04. Eu lembro de uma vez que eu fiz um repolho salgado e ela pegou esse repolho e fez eu comer, pegou um cabo de **vassoura** e ia enfiando na minha boca. Aí depois eu juntei a minha mala para ir embora junto com uma prima que morava comigo também. Aí uma tia nossa viu e aí ela bateu muito em nós.*

*p_07. Era a forma que ela tinha de educar os filhos, então ela batia em nós com cabo de **vassoura** e era onde pegava, puxão de orelha que chegava quase a deslocar da cabeça.*

*p_03. Uma menina que trabalhava lá em casa achou uma latinha de refrigerante com uns furos e falou que aquilo era um cachimbo para crack. E quando ele chegou eu fui questioná-lo sobre essa lata. E ele me chamou de burra e que isso não tinha nada a ver. E que eu não sabia de nada. E nós estávamos prestes a vir para Goiânia para a formatura do primo dele. E eu falei que ia, mas não voltaria mais para São Paulo. Em seguida ele me deu uns **empurrões** e começou a me chacoalhar. Depois ele foi para o plantão e falou para eu pensar. No outro dia ele chegou como se nada tivesse acontecido.*

*p_10. Mas nesse dia ele começou a me xingar de puta, vagabunda, desgraçada, louca e outros nomes. E me **empurrava** contra a parede. E a mãe dele não conseguiu acalmar ele. Nós fomos embora da casa da minha sogra e ele, durante o deslocamento, ele **tentou jogar** o carro para fora da estrada umas três vezes.*

Ressalta-se que este Eixo II (*A relação dos pais das participantes e as crenças centrais das mesmas*) foi adequadamente separado pelos segmentos de texto que trouxeram as crenças centrais de desvalor das participantes e os motivos que colaboraram para o surgimento daquelas crenças (i.e., a relação conflituosa entre os pais e também o evidente desamor destes para com elas).

Em suma, este pesquisador resolveu não realizar a Análise de Similitude por observar que o Quadrante de Vergès atendeu a um dos propósitos centrais da investigação (mapear o

NC e a periferia das RS), bem como pelo fato da CHD ter trazido inferências apropriadas para que este pesquisador pudesse ter subsídios argumentativos para confirmar ou não a hipótese da pesquisa.

Destaca-se também que a Classificação Hierárquica Descendente “pode ser descrita como uma análise de grupamentos (*clusters*) em que os segmentos de textos de um corpus são sucessivamente particionados em função da co-ocorrência de formas lexicais” (Souza, 2021, p. 1551). Isso permitiu uma análise coerente entre as similaridades específicas que foram encontradas entre cada tipo de classe (Mutombo, 2013).

5.3 Discussão dos resultados

Os resultados da Análise Prototípica mostraram que as palavras MEDO e REVOLTA situam-se no 1º Quadrante ou zona central. Tendo em vista que elas possuíam baixa ordem de evocação e alta frequência (i.e., está acima da frequência de corte estabelecida). A partir do que preconiza a lei de Marbe, pode-se inferir que aqueles dois termos pertencem ao Sistema Central da Representação Social da violência física sofrida por mulheres em relações amorosas na cidade de Goiânia. Haja vista, elas possuem um perfil muito semelhante, o qual fora constituído a partir dos critérios de inclusão das mesmas para a pesquisa. Assim, aquelas palavras (i.e., MEDO E REVOLTA) definem a homogeneidade do grupo, estão ligadas à memória coletiva e a história do grupo, geram a significação da representação e determinam sua organização, bem como são resistentes à mudança (Abric, 1993).

Discorre-se ainda que o MEDO é uma emoção básica que é sentida ou “despertado frente a um evento causado pelo ambiente ou por outra pessoa e que é avaliado como ameaçador, gerando a interpretação de incerteza ou falta de controle” (Miguel, 2015, p. 157). Desta consideração pode-se fazer uma associação imediata com o modelo cognitivo de Beck, o qual afirma que diante de um evento ou a própria lembrança do mesmo leva a pessoa a interpretá-lo cognitivamente e, conseqüentemente, sentir uma emoção (Knapp et al., 2004).

Assim, o medo surge integrando a zona central do quadrante de Vergès em face das interpretações cognitivas que, possivelmente, aquelas mulheres faziam, quando relatavam os horrores das agressões físicas que sofriam não só dos companheiros, mas também dos seus pais e até de padrastos.

Ficou claro para este pesquisador que quando elas se voltavam para imaginar ou recuperar da memória aquelas agressões que viveram, o medo, automaticamente, se manifestava. Seguem abaixo alguns relatos de agressões que as fizeram eliciarem o medo.

p_08. Ele estava capinando, pois ele trabalhava de guarda e nesse dia resolveu capinar porque estava de folga (era um domingo a tarde, mais ou menos umas 17h). O meu menino mais velho (já com 8 ou 9 anos), que não é dele, estava lá com a gente e o nosso filho mais novo estava no meu colo. Aí ele falou que o mais velho já tinha que ser colocado para capinar, já que ele estava grande. E eu falei que não, pois o menino tinha que estudar. E ele pegou e saiu. Quando voltou já foi meio bêbado e alterado. Aí já pegou uma faca e veio para cima de mim e me empurrou em cima de uma planta cheia de espinhos. E ainda quebrou várias coisas em nossa casa. Em seguida eu saí correndo de casa. Aí os vizinhos já ficaram sabendo e também viram a cena.

p_12. Antes da minha primeira agressão eu vi acontecer com minha mãe. Ela brigava muito com meu pai aí ela se separou dele e arrumou outro que judiava dela. Eu tinha uns 10 anos. E essa segunda pessoa judiava também de nós. Ele bebia e quebrava as coisas em casa. E ela resolveu ir embora. Teve uma vez que ele me deu uma surra, me bateu muito. Eu tinha uns 12 anos. E foi a minha mãe que mandou. Ele me bateu de corda. Eu quase morri. Fiquei toda machucada.

Infere-se que embora se queira fazer um recorte para se captar as RS apenas da violência que elas sofreram nas suas relações amorosas, ficou explícito que as participantes, em sua maioria, não conseguem dissociar o que sentiram dos abusos dos seus companheiros, daqueles sofridos por seus pais e padrastos.

No que se refere à REVOLTA, outro termo que aparece na zona central do Quadro de quatro casas ou Quadrante de Vergès, este pesquisador interpretou que o termo vem ligado a uma sensação de rebeldia e impotência de algumas delas em face do que viveram. E como resposta direta a esse sentimento de revolta, uma parte dessas mulheres acabam se comportando de uma forma que violam suas próprias condutas, o que seria uma tentativa de ressignificar o que viveram.

O sentimento de revolta reflete “uma forma de expressão da dor que não se permite sentir, frente à defesa da exigida condição de ser forte, nas fronteiras do intolerável” (Barreto, Medrado & Quadros, 2013, p. 348). Desse modo, como uma maneira de demonstrar força diante de uma violência que rompe a barreira do tolerável, elas agem na tentativa de buscar uma resposta e, impulsivamente, escolhem o caminho da prostituição dos seus corpos, como uma saída para algo que elas não conseguem ou não teriam habilidade para reverter. Pode-se perceber a partir das falas extraídas a seguir.

p_12. [...]E começou a me espancar. Eu fiquei toda cheia de hematomas. Ele falava o tempo todo que ia me matar. Aí eu me separei. Fui embora definitivamente. Fiquei um tempo sem compromisso sério. Eu me prostituí muito nesse período, eu fiquei revoltada e queria acabar com a minha vida. Eu parei quando eu comecei a olhar para a minha filha e pensar.

P_08. A minha mãe me colocou para fora de casa quando eu tinha 15 anos. Foi em um dia que ela chegou e a casa não estava arrumada. Ela pegou um pedaço de pau e bateu na minha irmã e em mim. Aí quando eu saí de casa fui morar com uma colega minha. Depois fui parar dentro de um cabaré lá em Brasília (começou a chorar quando lembrou desse fato). Um homem falou que eu era muito bonita e perguntou se eu queria ganhar dinheiro.

Percebe-se que a revolta com as situações de violência que algumas participantes não tiveram como controlar ou impedir que acontecessem despertavam nelas um desejo de mudança. Era uma tentativa desesperada, consciente ou inconsciente, de trazer novos significados para suas existências.

Vale assinalar ainda que, embora Abric (2003) coloque os termos da primeira periferia como elementos secundários da representação, “alguns autores (Pecora & Sá, 2008; Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009) apontam para a possibilidade de que alguns elementos centrais possam vir a compor a primeira periferia” (Wachelke & Wolter, 2011, p. 522).

Desse modo, este pesquisador vai ao encontro desses últimos autores, pois conforme as narrativas trazidas pelas participantes, pode-se inferir que há um sentido acentuado de TRISTEZA (palavra contida na primeira periferia) na maneira como elas relatam os abusos

físicos que sofreram. Como por exemplo, quando a Safira (participante 7) discorreu acerca de uma das agressões físicas que sofreu (transcrição a seguir), ficava nítido que ela estava trazendo, para aquele momento dialógico com este pesquisador, todo um conteúdo de tristeza que sentiu na época. Ela contava o que tinha acontecido e, simultaneamente, vinha um choro de melancolia profunda, o que era acompanhado também da seguinte frase: “*eu só queria saber porque ele me batia tanto, porque ele fazia isso comigo*”. Abaixo segue o contexto da referida narrativa.

p_07. Nós estávamos em Porto Seguro/BA. E nessa viagem estavam minha irmã, minha mãe e meus sobrinhos. E tínhamos tido uma pequena discussão, pois nós estávamos no térreo. E o pessoal que estava em cima tinha chegado a noite e não deixaram a gente dormir, pois fizeram arruaça e barulho, já que tinham chegado bêbedos. E a discussão foi que no dia seguinte eu na minha inocência ou infantilidade, por volta das 10 horas da manhã (quando estava todo mundo quietinho), peguei uma garrafa pet, subi em cima da cama, comecei a bater no teto e falava brincando: agora vocês também vão ficar acordados, eu não vou deixar vocês dormirem. Eu bati apenas umas três vezes. Mas esse homem ficou tão puto e me xingou tanto, acabou comigo e me deu um tapa na boca que o sangue desceu. E também unhou o meu rosto. Eu fui correndo para o quarto da minha mãe, foi uma situação constrangedora. Quando chegou em Goiânia, a minha irmã contou para a meu pai e ele me fez ir na Delegacia. Eu registrei e na época tinha um período para a gente dá prosseguimento. E eu não fui mais lá e a queixa foi arquivada.

Com igual conotação, a Granada (participante 12) também traz um relato acerca da agressão mais grave que sofreu e ao mesmo tempo que está contando ela verbaliza o seguinte: “*eu não quero lembrar disso, é uma ferida que não sara, eu sofro muito quando lembro disso tudo*” (nesse momento para de falar e chora). A narrativa que ela trouxe consta a seguir.

p_12. Então, foi uns 3 meses depois daquela primeira vez. Eu disse que ia embora de casa. Aí ele falou que eu não ia e aí queimou minhas roupas. E começou a me espancar. Ele sentava em cima de mim e pulava. Foi uma noite inteira, ele me judiando bastante. Eu fiquei toda cheia de hematomas. Ele falava o tempo todo que ia me matar. Aí eu me separei. Fui embora definitivamente. Fiquei um tempo sem compromisso sério. Eu me prostituí muito nesse período, eu fiquei revoltada e queria acabar com a minha vida. Eu parei quando eu comecei a olhar para a minha filha e pensar. Depois conheci outro rapaz e aí ficamos uns 12 anos juntos. Mas ele me agredia de todas as maneiras possíveis: verbal, psicológica e física também. Eu aguentava porque eu tinha que criar meus filhos. Eles eram pequenos. Mas um dia ele exagerou nas agressões e um dos meus filhos pegou um facão e queria matar ele. Aí eu larguei ele. Até na minha filha

ele queria bater, mas eu não aceitava. Eu fiquei com ele até meus filhos ficarem maiores.

Infere-se, neste sentido, que os dois relatos trazidos foram permeados de um conteúdo de tristeza bem pronunciado. O sentimento/emoção de tristeza se manifesta quando há uma clara perda de algo ou alguém valoroso, gerando uma sensação de abandono (Miguel, 2015). Fica bem evidenciado, neste caso, que as agressões sofridas geram uma perda do valor pessoal e até do amor-próprio por elas mesmas, e em consequência vem a tristeza, que se manifesta, frequentemente pelo choro.

Com esta constatação é que este pesquisador afirma que o sentimento de TRISTEZA, pertencente à primeira periferia ou 2º Quadrante, pode ser colocado também como NC da Representação Social da violência física sofrida pelas participantes.

Os termos ARREPENDIMENTO, IMPOTÊNCIA, RAIVA e VINGANÇA aparecem na segunda periferia ou 4º Quadrante e, de acordo com Wachelke e Wolker (2011), referem-se a juízos mais particulares. Contudo, não é cabível ampliar para o grupo investigado. Sendo assim, eles, certamente, fazem parte da periferia das RS dessa violência e podem ser entendidos como uma expressão mais individualizada das participantes. Como por exemplo, a Ametista (participante 4) demonstrou um desejo de vingança quando se lembrava e relatava os abusos sexuais que sofrera do seu próprio pai.

p_04. [...] Ele me levava para umas bananeiras (eu lembro assim vagamente), e me deitava em cima dele e fazia eu ficar pegando naquele trem dele e me esfregava nele. E depois várias e várias vezes eu lembro dele fazendo isso. Eu acho que eu tinha uns 7 anos.

p_04. [...] eu lembro da minha mãe lavando a gente, nós três irmãs, porque ela chegou e viu o nosso pai esfregando na gente. Ela foi lavar nós porque a gente estava suja de esperma. E ele (o meu pai) batia muito nela. Eu acho que eu vim de uma família que ninguém vale nada.

E a mesma participante, a Ametista, também externava arrependimento por ter tido um envolvimento amoroso com o seu padrasto.

p_04. Aí teve um ano que eu fui morar com a minha mãe, ela já tinha muito tempo de casada e ela separou e o meu padrasto foi me procurar. Aí eu aceitei e fui morar com ele (aí eu fiquei grávida dele, dessa minha filha que tem 24 anos). Aí minha mãe me odiou ainda mais. E o meu padrasto não me agredia não. Eu até tinha uma vida boa.

Por fim, completando a discussão dos resultados apresentados pelo Quadrante de Vergès, observa-se que na zona de contraste aparece a palavra DOR. Para Abric (2003), este quadrante pode indicar que existe um subgrupo que valoriza termos diferentes da maioria. O vocábulo *dor* não está relacionado a algo físico, mas sintetiza, pela percepção deste pesquisador, uma tristeza sem igual, sentida por algumas das participantes que, com a própria entrevista, conseguem visualizar que não tinham como fazer nada diante de um determinismo social que as impulsionaram para vivências que jamais gostariam de ter passado. E que diante de tais catástrofes pessoais, só resta lamentar ou tentar entender o porquê foram vítimas de tudo isso. Novamente destaca-se uma narrativa da participante 4, quando ela fala da relação dos seus pais.

p_04. Ele batia muito nela. Meu pai gostava muito de puteiro. E eles brigavam muito. Ele batia muito nela. Minha mãe foi muito violentada. Eu acho que eu venho carregando uma mala que vem lá de traz, pois o meu pai batia na minha mãe e a minha vó me agredia. Os meus avós maternos se agrediam (se jogavam coisas). Eu também fiz muitas escolhas erradas na minha vida, eu já nasci na família errada.

Passando agora a discutir os resultados trazidos após a operacionalização da CHD, observa-se que o Eixo I, com a denominação *o agressor e a primeira agressão*, está sendo constituído por duas classes: a 2 (15,8%) – *época/contexto da primeira agressão sofrida*; e a 5(18,8%) – *estado do agressor e o local onde mais agride*.

Entre essas duas, a classe 5 (18,8%) será discutida, primeiramente, pois obteve um maior percentual nos segmentos de texto analisados, o que implica um grau de importância maior. Sendo assim a referida classe apontou que o local onde mais as mulheres são agredidas é dentro de casa, tanto na do casal como na da sogra. Isto abre uma interpretação confirmatória acerca do que as pesquisas mais atuais contidas no Atlas da Violência vêm trazendo sobre o

local onde ocorrem as mortes de mulheres. No de 2020, foi colocado que “entre 2008 e 2018, 38,9% dos óbitos de mulheres ocorrem em residência [...]” (Cerqueira et al., 2020, p. 11).

É válido esclarecer que a presente investigação não buscou dados de mortes de mulheres, mas sim relatos e narrativas das agressões que elas sofreram ou sofrem. Isso quer dizer, nas entrelinhas, que as mortes são, na maioria esmagadora das vezes, antecedidas por violência física. Então, o que as narrativas trouxeram apontando a residência como o local onde mais ocorrem as agressões físicas, pode ser equiparado ao que o Atlas da Violência vem colocando ao longo dos anos. Um outro aspecto que esta classe 5 enfatiza é que o agressor, no momento da agressão, na maioria das vezes, não se encontra em um estado de lucidez plena, ou seja, está sob o efeito de álcool ou até de drogas mais pesadas como o *crack*.

A classe 2 (15,8%) – *época/contexto da primeira agressão sofrida* –, conforme a maioria das falas, traz como aspecto contextual – o agressor se sentir enciumado pelo fato de a participante querer trabalhar. Outro aspecto que chamou a atenção é que, normalmente, essa primeira agressão acontece dentro de casa e o agressor ainda quebra os bens móveis da residência. Destaca-se também que, embora essa primeira agressão aconteça com um tapa, o que implica ser classificada como violência física, isso não se aplica na maioria das pesquisas que versam sobre o assunto, pois o que se observa em tais fontes é que as primeiras violências começam com a psicológica e a moral.

Tal constatação fica bem pronunciada no estudo de Lucena et al. (2016), no qual o objetivo era analisar o ciclo da violência doméstica contra a mulher. O estudo foi desenvolvido no município de João Pessoa-PB, no período de agosto de 2013 a dezembro de 2015. A população foi composta por 427 mulheres acima de 18 anos. Os resultados da referida investigação possibilitaram construir um ciclo, no qual a primeira fase seria a de Tensão e esta é “permeada, inicialmente, por insultos, humilhações, intimidação, provocações mútuas, gerando conflitos e tensão” (Lucena et al., 2016, p. 4). Nessa primeira fase há um contexto

abundante de violência psicológica e moral. Para Lucena et al. (2016), as ameaças de agressão e a violência física, propriamente dita, só aconteceria numa segunda fase.

Inferre-se, com isso, que essas mulheres, por já terem um histórico abundante de sofrimento por violência física, já consideram as violências psicológica e moral como naturalizada. É como se esta tivesse se tornando, pelas vias simbólicas da comunicação, invisível às vítimas (Bourdieu, 2002).

Cabe destacar que este Eixo I (*O agressor e a primeira agressão*) trouxe uma confirmação que já vinha sendo mostrada por estudos estatísticos, como o que foi citado anteriormente pelo Atlas da Violência, que é o seguinte: a residência é o local onde mais a mulher é agredida. Em contrapartida, o referido Eixo apresentou algo que não se constata pela maioria dos estudos que se tem tido acesso, como o que foi citado no de Lucena et al. (2016), o qual diz que os tipos das primeiras violências as quais as mulheres são vitimadas se constituem na psicológica e na moral. Diferentemente, o Eixo I, pelas falas das participantes, constatou-se que o primeiro tipo de violência que elas sofrem é a física, o que sinaliza haver nessas mulheres uma clara aceitação naturalizada de que as violências psicológica e moral são normais.

O Eixo II com a denominação – *a relação dos pais das participantes e as crenças centrais das mesmas* –, está sendo constituído por quatro classes: a 1 (13,9%) – *lembrança de como era a relação dos pais*; a 4(15,8%) – *conflitos entre os pais das participantes*; a 3(19,8%) – *possíveis crenças centrais de desvalor*; e a 6(15,8) – *as formas de agressão física*.

Entre essas quatro, a classe 3(19,8%) será discutida inicialmente, pois obteve um maior percentual nos segmentos de texto analisados, o que implica um grau de importância maior dentro do Eixo. Desse modo, a referida classe apontou, conforme as narrativas de algumas das participantes, como mostrado no item 5.2, um conteúdo de desvalorização acerca de si muito bem pronunciado. E isso, para elas, foi se tornando ao longo do tempo como uma verdade

absoluta (Judith Beck, 1997), o que se constituía no reflexo de como elas eram tratadas (i.e., de forma agressiva e sem apreço por parte dos seus pais).

Como disposto na Tabela 8, as crenças centrais de desvalor trazem como exemplo, entre outros, o sentimento de ser inadequado, defeituoso, fracassado e sem valor. Cabe destacar que essas crenças centrais ou nucleares vão se formando a partir das experiências de aprendizado mais primeiras e, se não identificadas e reestruturadas, vão se fortalecendo ao longo da vida (Knapp et al., 2004).

Diante disso, faz-se a seguinte ressalva: certamente, em grande parte das participantes, essas crenças se moldaram pela via da convivência com os seus cuidadores, o que se confirma pelas falas que contextualizam a classe 1 (13,9%) – *lembrança de como era a relação dos pais*. Nesta encontrou-se falas de participantes, como está descrito no item 5.2, com acentuado conteúdo de relações desarmônicas e desiguais entre os pais, bem como há uma falta de cuidado e apreço destes por aquelas mulheres, quando na fase da infância delas.

Em igual medida, pode-se dizer também que a classe 4 (15,8%) – *conflitos entre os pais das participantes*, colaborou, também, significativamente, para a internalização das crenças centrais de desvalor nas participantes. Tendo em vista que estas, quando crianças, de acordo com os seus relatos já citados, presenciavam trocas de insultos verbais e agressões físicas entre seus pais, o que, obviamente, não é uma prática saudável para ser exibida na frente de filhos que estão em plena fase do desenvolvimento infantil.

Com isso, as classes 1 e 4 corroboram que a visão distorcida que aquelas mulheres construíram de si mesmas tem uma relação direta com o modo como elas foram tratadas, bem como com a maneira que elas interpretavam as suas vivências resultantes das inter-relações com seus genitores. Sendo assim pode-se dizer, de acordo com Judith Beck (1997), que a forma de interpretação das situações ambientais influencia a forma como a pessoa se sente e se comporta.

A classe 6 (15,8) – *as formas de agressão física* –, de acordo com os relatos das participantes, foi possível constatar que a maioria delas eram agredidas fisicamente pelos seus companheiros com empurrões, estes direcionados tanto aos seus corpos como também contra as suas cabeças. Todavia, aparece nesta classe também os relatos de agressões não só dos companheiros, mas também dos genitores e padrastos. Surgiu ainda uma fala de uma participante que levou uma surra de uma tia sua.

Desse modo infere-se que há uma certa correlação entre as agressões físicas que elas sofriam nas suas relações amorosas com os maus-tratos também físicos que sofreram dos seus genitores, padrastos e até de outros parentes. Assim esta classe deixa evidências de que a mesma também contribuiu para a internalização das crenças centrais de desvalor das participantes, já que os maus-tratos físicos direcionados a elas pelos seus genitores, padrastos e outros parentes remetem a um sentimento de serem incapazes, inadequadas e sem valor.

Ressalta-se, a respeito do Eixo II (*A relação dos pais das participantes e as crenças centrais das mesmas*), que houve nos segmentos de texto uma divisão na qual aparece, em uma de suas classes, as crenças centrais de desvalor como o ponto alto (i.e., possui o maior percentual, o que lhe confere um grau de importância maior entre as demais), bem como as outras vão trazer subsídios que justificam a existência daquelas crenças.

Esses subsídios confirmatórios (e.g., quando as participantes, ainda crianças, presenciavam os conflitos entre os seus cuidadores e a forma agressiva/violenta que os seus genitores e padrastos as tratavam) se encaixam adequadamente nos pressupostos teóricos das crenças centrais disfuncionais que foram idealizados por Aaron T. Beck e aperfeiçoados com novos estudos por sua filha Judith Beck. Desta feita, aquela realidade a qual as participantes estavam imersas, foi permeada por episódios e vivências inadequadas que acabaram influenciando diretamente as suas ideias, sentimentos e ações, o que redundou na internalização de crenças centrais disfuncionais de desvalor (Judith Beck, 1997).

Portanto, no núcleo central da Representação Social da violência física daquelas participantes, encontrou-se os termos MEDO, REVOLTA e TRISTEZA. Ficou claro que esses sentimentos foram construídos a partir das crenças centrais de desvalor que aquelas mulheres internalizaram na infância pela maneira como foram educadas pelos seus cuidadores.

Neste sentido cabe fazer uma retomada a algumas falas confirmatórias da classe 3 (19,8%) – *possíveis crenças centrais de desvalor*, para se perceber e deduzir que as participantes, agora na fase adulta, ao se lembrarem do que viveram, quando criança, afloram, principalmente, representações sociais de REVOLTA e TRISTEZA. Quando a *p_07* diz que a sua mãe criou uma crença na nossa cabeça de não ter valor, daí que eu acho que isso foi a base de tudo no meu entendimento; a *p_12* traz que eu e meus irmãos não tivemos amor e carinho nem de pai e nem de mãe e a *p_06* fala que em relação ao seu pai que ela era o saco de pancada dele, ele me batia muito (tudo que os outros irmãos faziam eu era que pagava), e eu fui também abusada por ele.

Quanto ao MEDO, infere-se que este sentimento não foi, necessariamente, eliciado pelas participantes em face das crenças centrais de desvalor que elas internalizaram, mas sobretudo, ele se manifesta quando elas lembram dos absurdos físicos que sofreram, não só em suas relações amorosas, mas na relação com os seus pais e padrastos. Quando a *p_08* fala em relação à atitude do seu companheiro: *voltou já foi meio bêbado e alterado. Ai já pegou uma faca e veio para cima de mim e me empurrou em cima de uma planta cheia de espinhos. E ainda quebrou várias coisas em nossa casa*; também quando a *p_12* expõe sobre a surra que levou do seu padrasto a mando da sua mãe: *e essa segunda pessoa judiava também de nós. Ele bebia e quebrava as coisas em casa. E ela resolveu ir embora. Teve uma vez que ele me deu uma surra, me bateu muito. Eu tinha uns 12 anos. E foi a minha mãe que mandou. Ele me bateu de corda. Eu quase morri. Fiquei toda machucada.*

Finalmente as crenças centrais disfuncionais de desvalor, na presente pesquisa, não confirmam em sua integralidade a hipótese de que as mesmas determinariam a construção das RS da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas. Haja vista o que fora anteriormente explicado em relação ao vocábulo MEDO. Contudo, elas (as crenças centrais de desvalor), certamente, contribuíram enormemente para que aquelas mulheres construíssem as RS de REVOLTA e TRISTEZA. Esse juízo a que se chegou se alinha ao que fora afirmado, a partir de Rouquette, por Vasquez e Andrade (2019) quando estes dizem que “os componentes ideológicos ainda mais gerais e compartilhados, são os que permitem construir representações sociais” (p. 12). Vale lembrar que as crenças fazem parte do Nível ideológico da Arquitetura do Pensamento Social (Figura 2), a qual fora idealizado por Michel-Louis Rouquette, como já mostrado no item 3.4.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe o seguinte título: “Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia”. O interesse desse pesquisador para investigar o tema foi despertado, inicialmente, em 2017, quando ainda cursava a Graduação de Psicologia, o que ocorreu por ocasião de uma atividade prática na Delegacia de Atendimento à Mulher, localizada no centro de Goiânia. Tal atividade era um requisito da disciplina de Estágio Básico Supervisionado III. Na ocasião, o foco era buscar possíveis contribuições para equacionar o sofrimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Embora a tarefa proposta para a referida disciplina tivesse sido cumprida, percebeu-se que este fenômeno da violência contra a mulher possuía vetores de causalidades mais profundos e multifacetados. Essa constatação ia ficando cada vez mais clara à medida que as leituras de artigos científicos que versavam sobre o assunto iam se intensificando. E o que se manifestava com mais evidência era que este fato social vem sendo reforçado historicamente ao longo dos tempos. Porém, a repercussão da sua gravidade só veio a ganhar uma amplitude global, a partir do início do processo de Globalização, o que se deu mediante as divulgações pelas mídias impressas, televisivas e pelos *sites* jornalísticos da internet.

Ademais, o que chamou a atenção desse pesquisador foi a desumana e impactante violência física que aquelas mulheres eram submetidas. Haja vista que este tipo de violência deixa marcas no corpo e na mente, resultando em consequências que inviabilizam a funcionalidade das relações interpessoais das mesmas, nos mais variados contextos, sejam eles familiares, sociais e até laborais.

Acrescenta-se que a motivação que suscitou interesse para que esta investigação fosse feita pela lente da grande Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici (1925-2014), foi o fato de não ter sido encontrado trabalhos semelhantes nos *sites* de buscas de teses

e dissertações, feitos nesta capital, sendo alicerçados na referida teoria. Somando-se a isso aliava-se também o entendimento adquirido, pelas leituras realizadas, que os variados determinantes que redundam nas violências sofridas estão contidos nas vivências e experiências que as vítimas passam no decorrer de suas vidas. E uma das formas de apreensão desses determinantes seria pela via da TRS.

Com isso, o objetivo geral do trabalho foi mapear as Representações Sociais da violência física sofrida por aquelas mulheres em suas relações amorosas, o que ocorreu dentro da Teoria do Núcleo Central (TNC), de Jean Claude Abric (1941-2012). Tal propósito foi atingido. E o que permitiu a viabilidade para a sua consecução foi, num primeiro momento, a aplicação da TALP e depois o tratamento pelo *EVOC* dos termos evocados.

Dando prosseguimento à maneira como foi desenhado o planejamento da investigação, passa-se agora a elencar os objetivos específicos, bem como a tecer considerações breves de como eles foram atingidos. O objetivo específico inicial foi trazer considerações acerca dos principais determinantes históricos e religiosos da violência contra a mulher, os quais podem ter influenciado toda a cultura ocidental na perpetuação desses abusos. Ele foi alcançado por meio das colocações acerca das civilizações grega e romana, haja vista elas terem exercido notáveis influências nos processos de desenvolvimento das civilizações ocidentais. Posteriormente, foram trazidos os aspectos religiosos que potencializaram e continuam potencializando os desmandos contra as mulheres, já que a religião, numa conotação universal, sempre forneceu justificativa para a existência humana (Santos, 2014).

O próximo objetivo específico foi explicar a origem, a formação e as funções das RS, com base na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1925 - 2014) e discorrer acerca da Abordagem Estrutural das Representações. Para discorrer sobre este, falou-se desde as representações coletivas de Durkheim, passando pela obra fundante de Moscovici (*La*

Psychanalyse, son image et son public, de 1961) até os parâmetros que nortearam a criação da Abordagem Estrutural do Abric.

O objetivo específico que veio a seguir foi trazer considerações sobre o construto crença no âmbito do conhecimento científico, enfatizando os estudos pioneiros de Milton Rokeach (1918-1988), bem como as pertinentes considerações de Aaron T. Beck (1921-2021). Aqui, inicialmente, buscou-se destacar, com argumentos sólidos, que foi somente na idade contemporânea que o termo crença passou a ser inserido com ênfase na área do conhecimento científico (Nagata, 2015). Num segundo momento, foram colocados os principais aspectos dos estudos empíricos do Rokeach acerca das crenças, bem como se destacou as particularidades de cada tipo de crença que este autor criou. Para finalizar este objetivo, falou-se sobre as crenças centrais ou nucleares na perspectiva do Beck. Posteriormente, um outro objetivo específico foi fazer uma interface entre a Arquitetura do Pensamento Social, elaborada por Michel-Louis Rouquette (1948-2011) e as crenças centrais ou nucleares de Beck. Para atingi-lo foi trazido o esquema criado por Rouquette para contextualizar sua teoria da Arquitetura do Pensamento Social. E no referido esquema coloca-se em evidência o Nível ideológico, haja vista as crenças estarem inseridas neste, bem como pelo fato de o mesmo exercer uma influência direta na construção das RS.

O penúltimo objetivo residiu em mapear as RS da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas, de acordo com os critérios de inclusão da pesquisa, bem como captar as possíveis crenças centrais disfuncionais que aquelas participantes vieram a internalizar. Para isso fez-se o tratamento no *EVOC* dos vocábulos que resultaram da aplicação da TALP. E, também, foi aplicada uma Entrevista semiestruturada e as respostas desta foram operacionalizadas no *software IRAMUTEQ*.

Finalmente, o último objetivo concentrou-se em fazer uma correlação entre as crenças centrais disfuncionais, o núcleo central e a periferia das RS. Este foi delineado para suscitar os

aspectos que confirmassem ou refutassem a hipótese do presente trabalho que era a seguinte: verificar se as crenças centrais disfuncionais determinam a construção das representações sociais da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas. A resposta foi que as crenças centrais disfuncionais de desvalor, elencadas na classe 3 do Eixo II, como mostrado na Figura 7, não confirmam em sua integralidade a hipótese de que as mesmas determinariam a construção das RS da violência física sofrida por mulheres em suas relações amorosas. Tendo em vista haver argumentos sustentáveis somente para os termos REVOLTA e TRISTEZA, o que não foi possível constatar para o sentimento MEDO.

Para contextualizar o leitor acerca da problemática que circunda a violência física contra a mulher, buscou-se discorrer sobre o Panorama brasileiro, bem como situar os números nacionais num *ranking* mundial. Neste momento, optou-se por evidenciar os números de mortes de mulheres, exatamente para mostrar ao leitor que a violência física, se não combatida, pode se transformar no estágio anterior à morte da vítima.

Sendo assim, cabe destacar as últimas estatísticas que foram publicadas no Atlas da Violência, documento produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Atlas de 2021 apontou para uma diminuição do número de mulheres assassinadas em 2019, quando comparada com os números de 2018. Se em 2018 foram 4.519 mulheres assassinadas, em 2019 caiu para 3.737 (Cerqueira et al., 2021). Em que pese ser um pouco animadora essa queda, o Atlas de 2020 trazia que “a cada 6h23min uma mulher é morta dentro de casa” (Cerqueira et al., 2020, p. 11). Tal informação mostra-se ainda um tanto quanto preocupante, pois mesmo trazendo para os dias atuais e fazendo uma rápida conta, esse intervalo de tempo deve ter diminuído, porém, não diminuiu a extrema selvageria pela qual as mulheres são tratadas.

E tais absurdos contabilizados a nível internacional coloca o Brasil na 5ª posição no *ranking* mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Direitos Humanos (ACNUDH). Em contrapartida, ainda neste item do panorama brasileiro, deu-se destaque para as contribuições e os avanços no combate à violência contra a mulher com a criação da Lei nº 11.340/2006, também chamada de Maria da Penha.

Resgatando o caminho metodológico escolhido para a concretização deste extenuante trabalho investigativo, cabe ressaltar que este pesquisador seguiu as seguintes atividades práticas para viabilizar a concretização do presente trabalho: breves explicações acerca do TCLE para as participantes, possibilitando a elas uma tirada de dúvidas e a posterior assinatura do mesmo; preenchimento do Questionário para coleta de dados sociodemográficos; aplicação da TALP; realização de uma Entrevista semiestruturada; e ao final a operacionalização dos dados nos *softwares EVOC e IRAMUTEQ*. Tais operacionalizações foram de fundamental importância para Análise e a discussão dos resultados.

Pontua-se também que os desafios vencidos durante a coleta dos dados empíricos, nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), foram inúmeros. Entre os quais estavam: os olhares de espanto, para a minha pessoa, das colaboradoras (especialmente as Psicólogas e Assistentes Sociais) daquelas instituições, pois não soava familiar, para aquelas profissionais, o fato de um homem estar fazendo uma investigação científica em mulheres que sofrem violência dos seus companheiros. E as observações ou comentários que este pesquisador ouvia era que as mulheres não iriam contar ou se abrir livremente acerca dos seus sofrimentos em suas relações amorosas, pois elas se impactariam frente a um homem e resistiriam a expressar suas realidades de agressões. Contudo, isso, em momento algum, significou uma desmotivação para interromper a pesquisa ou até desistir. E a forma encontrada para quebrar a visão estereotipada e pré-estabelecida daquelas profissionais foi, com a aquiescência da(o) chefe dos CAPS, fazer uma exposição oral e tecer considerações mais peculiares sobre os propósitos e o Referencial teórico da pesquisa.

Com essas exposições, percebeu-se que as barreiras paradigmáticas pré-concebidas das referidas profissionais iam sendo desconstruídas. Desse modo, o clima receptivo foi, cada vez mais, tomando um ar de uma boa credibilidade para com o pesquisador. E ao contrário do que elas (as profissionais) e até a pessoa do pesquisador imaginava, acerca de como seria quebrada a resistência das participantes, para falarem de seus sofrimentos, frente a um homem, não houve constrangimento que as levassem a omitir suas experiências. Dentro do alcance permitido pela base teórica, as respostas expressadas foram extremamente relevantes e atenderam ao que se havia planejado.

Fazendo um apanhado acerca das contribuições trazidas pela presente investigação, é cabível pontuar que as mulheres investigadas trouxeram discursos que, após organizados em um *corpus* textual e tratados pela CHD, foram subdivididos em dois Eixos. No primeiro, denominado de *O agressor e a primeira agressão* elas discorrem, num primeiro momento, sobre as agressões iniciais que as mesmas sofriam, de fato, dos seus companheiros. Neste sentido, os abusos foram tão aviltantes que aquelas mulheres, em sua maioria, não reconhecem que sofreram violência psicológica ou moral, pois já iam relatando, de imediato, os danos físicos.

Isso traz uma constatação de que, salvo melhor juízo, as mulheres que sofrem violência física parecem não mais reconhecer as formas menos intensas de violência (e.g., a psicológica e a moral). Deixa-se claro aqui que não há a intenção de dizer que esse ou aquele tipo de violência é mais leve ou mais grave que a outra, pois todas são variações de uma mesma violência. Porém no tocante ao que a pesquisa se propôs (i.e., ouvir mulheres que sofreram violência física), coube fazer a ressalva anteriormente colocada. No próximo momento, elas recordam que os agressores, na maioria das vezes, não estavam lúcidos, mas sob o efeito de álcool ou outras drogas. E uma outra constatação unânime é que as agressões são dentro de um domicílio. Isso remete a uma certa premeditação desses agressores, pois eles agem sob

condições que parecem ter sido antecipadamente planejadas. Em síntese, o que esse Eixo traz são revelações marcantes e contundentes que aos olhos deste pesquisador são de difícil ressignificação.

Já no segundo Eixo, chamado de *A relação dos pais das participantes e as crenças centrais das mesmas*, as entrevistadas buscam fazer uma relação com as suas histórias familiares de vida. Para isso, resgatam e se lembram de detalhes das relações entre seus genitores. Elas revelam que eram relações conflituosas e permeadas de agressões. Elas dizem, também, que sofriam graves abusos físicos não só de seus pais, mas também de padrastos e outros parentes. Esses relatos são falados, praticamente, em simultâneo com aquelas histórias das agressões físicas que elas sofriam nas suas relações amorosas. E a maioria das entrevistadas acabam fazendo uma ligação do que viveram na sua família nuclear com o que passaram nas suas relações amorosas. Elas correlacionam o passado com o presente. E acaba ficando evidente, para a maioria, que as violências sofridas quando criança se repetem na fase adulta. E aquelas relações desestruturadas, que elas presenciaram, entre os seus pais, aliadas à falta de apreço e zelo deles para com elas, colaboraram diretamente para que as participantes internalizassem crenças centrais disfuncionais de desvalor. Em síntese, o que este segundo Eixo trouxe foi um discurso delas com foco em tentar estabelecer parâmetros de causalidade para todo esse histórico de agressões e maus-tratos físicos que se passaram em suas vidas.

Esses conteúdos de sofrimentos que elas relataram e que se constituem em marcas indeléveis, no âmbito de suas vidas, refletiram ou resultaram em um Quadro de quatro casas ou Quadrante de Vergès, ocupados por termos com acentuada afetividade negativa em todos os quadrantes. Como já foi anteriormente citado, na zona central aparece MEDO e REVOLTA, na primeira periferia TRISTEZA, na zona de contraste DOR e na segunda periferia ARREPENDIMENTO, IMPOTÊNCIA, RAIVA e VINGANÇA.

Espera-se que os leitores e leitoras que leem este trabalho, especialmente as mulheres que sofrem ou sofreram agressões e maus-tratos dos seus companheiros, consigam ter algum *insight* acerca dos acontecimentos ocorridos no âmbito das suas vivências e experiências com seus cuidadores. E, a partir de então, possam ter um novo olhar para o que elas vivenciaram quando criança, haja vista que esta etapa do desenvolvimento humano é marcante, bem como as relações vivenciadas naquela fase podem fazer uma significativa diferença nas fases subsequentes, pois irão influenciar a nossa visão de mundo, como também balizarão os nossos comportamentos e as nossas ações. Neste sentido, as crenças centrais disfuncionais que forem internalizadas naquela época irão nortear, no todo ou em parte, a formação das RS acerca de um dado objeto, de uma pessoa e até de um fenômeno social.

Por fim, é de fundamental importância deixar registrado que a referida pesquisa não esgota todos os vieses investigativos pela lente das RS acerca deste sensível e delicado fenômeno social. Entretanto, certamente, deixa suas contribuições para as próximas investigações que versarem sobre o referido tema e forem executadas na cidade de Goiânia.

Referências

- Abric, J.C. (Org)(1994a). *Pratiques Sociales et Representations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994b). L'organisaion interne des représentations sociales: système central et système périphérique, Em, C. Guimelli (Org.) *Structures et Transformations des Representations Sociales*. Neuchâtel:Delachaux et Niestlé.
- Abric, J.C. (1994c). *Les représentations sociales: aspects theoriques*. Em, J.C. Abric (Org.) *Pratiques Sociales et Representations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994d). *Pratiques Sociales, Representations Sociales*. Em, J.C. Abric (Org.) *Pratiques Sociales et Representations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1994e) *Méthodologie de recueil des représentations sociales*. Em, J.C. Abric (Org.) *Pratiques Sociales et Representations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Tradução de Pedro Humberto Faria Campos. In: Moreira, A. S. P. e Oliveira, D. C. (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB.
- Abric, J. C. (2001). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In: ABRIC, Jean-Claude (Org.). *Prácticas sociales y representaciones*. Tradução de José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios. México: Ediciones Coyoacán; Ambassade de France- ccc IFAL, p.11-32.
- Angelim, R., Shaper, V.G. & Gross, E. (Organizadores) (2016). *Religião, política e democracia na América Latina*. São Leopoldo (RS): Faculdades EST e Santo Angelo (RS): Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
- Aristóteles. (1985). *Política*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Adeodato, V.G., Carvalho, R.R., Siqueira, V.R., & Souza, F.G.M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, 39(1):108-113. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>.
- American Psychiatric Association (APA). (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM 5*. (Maria Inês Correa Nascimento et al., Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2013).
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American psychological association: The official guide to APA style (7th ed.)*. APA.
- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (2000). *O método nas ciências naturais e sociais*. Rio de Janeiro: Pioneira.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 14/15, 1º e 2º semestre, pp. 17-37.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, set/dez. Programa de Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro.
- Barreto, A. F., Medrado, B., & Quadros, M. T. (2013). Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Revista Psicologia & Sociedade*, 25(2), 342-352.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos: Resolução nº 466/2012. Brasília (DF), 2012. Retirado dia 10 de outubro de 2020, do site <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Berman, R. (1997). Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Allison M.; BORDO, Susan R. (Orgs). *Gênero, corpo e conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, (p. 241- 275).

- Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In: Mororó, L. P., Couto, M. E. S., & Assis, R. A. M., orgs. *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, pp. 101-122.
- Bastos, T. B. (...). *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Análise da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06): um diálogo entre a teoria e a prática.*
- Condilo, C. S. (2009). A identidade feminina na historiografia sobre as mulheres da Grécia Antiga Alétheia - *Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo*. Volume 1, Janeiro/Julho de 2009 - ISSN: 1983-2087.
- Coutinho, M. P. L., & Do Bú, E. (2017). A Técnica de Associação Livre de Palavras sobre o prisma do *software tri-deux-mots (version 5.2)*. *Revista Campo do Saber*, Volume 3 - Número 1 - jan/jun.
- Ciribelli, M. C. (1995). Reflexões sobre a história da mulher em Roma. V. 1, n. 1 (1), *Revista Phoenix*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Oliveira, R. M.O. (2004). Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. *Revista Sequência*, n.º 48, p. 41-72, jul.
- Bobbio, N. (1995). *As ideologias e o poder em crise*. (4ª ed.). Brasília: UnB, p. 40.
- Banchs, M. A. (2014). Leitura epistemológica da teoria das representações sociais: reflexões rumo a um sentido menos comum e com mais sentido. Tradução de Juliana Harumi Chinatti, do original em espanhol. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Barbetta, P. A. (2010). *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ed da UFSC.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F & Emery, G. (1997). *Terapia Cognitiva da Depressão*. Porto Alegre: Artmed.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia Cognitiva: teoria e pratica*. Porto Alegre: Artmed.

- Beck, J. (1995). *Cognitive therapy: basics and beyond*. New York: Guilford Press.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva. Teoria e prática* (S. Costa, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1995).
- Beck, J. S. (2007). *Terapia cognitiva para desafios clínicos: quando o básico não funciona*. (Sandra Moreira de Carvalho, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2005).
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2007). *A dominação masculina* (M. L. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).
- Brasil (2006). *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Brasília, DF. Retirado dia 10 de outubro de 2020, do site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111340.htm.
- Brito, C. D. (2015). *No embalo da rede: Conexões e desconexões no enfrentamento da violência contra as mulheres em Belo Horizonte*. Orientador(a): Maria Ignez Costa Moreira. 106f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUC/MG. Belo Horizonte.
- Burrell, W.G & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. London: Heinemann.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição: UFSC – Brasil.
- Cavalcanti, S. V. S. F. (2006). *Domestic violence against women: prevention, repression, and public policies in Brazil*. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da Teoria das Representações Sociais em Moscovici. *Revista Análise Social*, vol. XXXVII (164), 949-979. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cerqueira, D. *et al.* (2019). *Atlas da Violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Retirado dia 10 de outubro de 2020, do site https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf.
- Cerqueira, D. *et al.* (2020). *Atlas da Violência 2020: principais resultados*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Cerqueira, D. *et al.* (2021). *Atlas da Violência 2021*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Retirado dia 10 de março de 2021, do site <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Formas de violência contra a mulher*. Retirado dia 20 de setembro de 2020, do site: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>.
- Del Prette, Z. A. P & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das Habilidades Sociais: terapia e educação*. Petrópolis: Vozes.

- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves; revisão da tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Duran, M. C. G. (2006). Representações sociais de professores em formação sobre profissão docente. In: SOUSA, Clarilza P. de; PARDAL, Luís A; VILLAS BÔAS, Lúcia P. S. *Representações sociais sobre o trabalho docente*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 91-106.
- Durant, W. (2000). *A história da filosofia*. Trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- Donato, S. P., Ens, R. T., Favoreto, E. D. A., & Pullin, E. M. M. P. (2017). Da análise de similitude ao grupo focal: estratégias para estudos na abordagem estrutural das representações sociais. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v.14, n.37. Universidade Estácio de Sá.
- Delgado, L. F. P. & Jesus, R. M. (2018). Uma análise do processo de criação da lei Maria da Penha no contexto de proteção aos direitos humanos. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva* | e-ISSN: 2526-0197 | Porto Alegre | v. 4 | n. 2 | p. 87 – 103 | Jul/Dez.
- Ekleberry, S. C. (2000). *Introduction to dual diagnosis and the personality disorders*. Retirado dia 15 de maio de 2006, do site <http://www.schrodingers-cat.org/dd/index.htm>.
- Edwards, D.W., Scott, C.L., Yarvis, R.M., Paizis, C.L., & Panizzon, M.S. (2003). Impulsiveness, Impulsive Aggression, Personality Disorder, and Spousal Violence. *Violence and Victims*, 18 (1):3-14. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1891/vivi.2003.18.1.3>
- Engels, F. (2003). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (L. Konder, Trad.). São Paulo: Centauro (Original publicado em 1884)
- Ferreira, A. B. H. (2009). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.

- Flament, C. (1986). L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. In: DOISE, W.; PAIMONARI, A (Org.). *L'Etude des representations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, p. 139-156.
- Funari, P. P. A. (2002). *Grécia e Roma*. (1ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Garcia, L.P. (2016). A magnitude invisível da violência contra a mulher. *Revista Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 25(3):451-454, jul-set.
- Gebara, I. (2000). **Rompendo o Silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Goldenson, J., Geffner, R., Foster, S.L. & Clipson, C.R. (2007). Female Domestic Violence Offenders: Their Attachment Security, Trauma Symptoms, and Personality Organization. *Violence and Victims*, 22(5):532-545. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1891/088667007782312186>.
- Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas... 256 Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas... *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil.
- Harré, R. (1984). *Some reflections on the concept of 'social representation', in Social Research*, 51, pp. 927-938.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2009). *Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo>
- Jesus, D. (2010). *Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006*. São Paulo: Saraiva.

- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez.
- Jodelet, D. (2006). Place de l'expérience vécue dans les processus de formation des représentations sociales. In: HAAS, V. (sous la direction de). *Les savoirs du quotidien*. Rennes: PUR, p. 235-255.
- Kuhn, T. S. (1998). A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva (Original publicado em 1962, 1970 by *The University of Chicago, USA*).
- Knapp, W.P.(2004). *Terapia Cognitivo-Comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed.
- Kristensen, C. H., Lima, J. S., Ferlin, M., Flores, R. Z., & Hackmann, P. H. (2003). Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Revista Estudos de Psicologia*, 8(1), 175-184.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia de gênero. In: Holanda, Heloisa Buarque. *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 206-242.
- Lima, R. de Lourdes. (2010). O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. 23 a 26 de agosto.
- Lourdes, M. B. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto*.
- Lousã Neto, M. R., Elkis, H., & al. (2007). *Psiquiatria básica*. Porto Alegre: Artmed.
- Lorber, M.F., & O'leary, K.D. (2004). Predictors of the persistence of male aggression in early marriage. *Journal of Family Violence*, 19(6):329-338. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-004-0678-5>.

- Lucena, K.D.T., Deininger, L.S.C., Coelho, H.F.C., Monteiro, A.C.C., Vianna, R.P.T., & Nascimento, J.A. (2016). *Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. J Hum Growth Dev.* 26(1): 139-146. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>.
- Malta, D.C., Szwarcwald, C.L., Barros, M.B.A., Gomes, C.S., Machado, I.E., Souza Júnior, P.R.B., Romero, D.E., Lima, M.G., Damacena, G.N., Pina, M.F., Freitas, M.I.F., Werneck, A.O., Silva D.R.P., Azevedo, L.O., & Gracie, R. (2020). A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, *Revista Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 29(4):e2020407.
- Machado, D. F., Margareth Aparecida Santini de Almeida, M. A. S., Dias, A., Bernardes, J. B., & Castanheira, E. R. L. (2020). Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2):483-494.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. Tradução de Beatriz Gama Rodrigues e João Kaio Barros. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47 n.163 p.358-375 jan./mar.
- Melo, L. D., Arreguy-Sena, C., Gomes, A. M.T., Pinto, P. F., Silva, G. A., & Parreira, P. M. D. (2020). Crenças de Rokeach segundo idosos: análise hierárquica a luz das teorias do envelhecimento humano. *Revista Enfermagem Brasil*;19(3): 220-229.
- Melo, L. D. (2015). *O processo de envelhecimento para pessoas idosas: estudo de representações sociais e crenças em Rokeach*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG.
- Minayo, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- Ministério da Saúde. (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: Autor. Retirado dia 10 de outubro de 2020, do site http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf.
- Moreira, M.M.N., & Pietro, D. (2010). Da sexta vez não passa: violência cíclica na relação conjugal. *Psicologia IESB*, Volume 2, Nº 1(58 - 69). Instituto de Educação Superior de Brasília.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Moscovici, S. (1998b), «Social consciousness and its history», in *Culture and Psychology*, 4, pp. 411-429.
- Moscovici, S. (2010). *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. (7ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nagata, P. T. (2015). *Uma análise da questão da adesão humana a crenças*. Dissertação (Mestrado em Filosofia), 112f – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.
- Narvaz, M. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. [Dissertação de Mestrado não-publicada], Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. UFRGS: Porto Alegre.
- Niehoff, D. (1999). *The biology of violence*. Nova York: Free Press.
- Núñez, M. A. (2005). *Amores que matam: o drama da violência contra a mulher*. Trad. Dóris A. de Matos. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira.
- Oliveira, C. I., Pires, A. C. & Vieira, T. M. (2009). A Terapia Cognitiva de Aaron Beck como Reflexividade na Alta Modernidade: uma Sociologia do Conhecimento. *Revista Psicologia Teoria e Pesquisa*, Brasília, Out-Dez, Vol. 25 n. 4, pp. 637-645.

- Parreira, P., Mónico, L., Oliveira, D., Cavaleiro Rodrigues, J., & Graveto, J. (2018). Abordagem estrutural das representações sociais. In P. Parreira, J.H. Sampaio, L. Mónico, T. Paiva & L. Alves (coords.). *Análise das representações sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do Ensino Superior Politécnico* (cap. 4, pp.55-68). Guarda: IPG/PIN.
- Peres, A. J. S. (2008). *Esquemas cognitivos e crença mal-adaptativos da personalidade: elaboração de um instrumento de avaliação*. Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- Pérez-testor, C. Castillo, J.A. Davins, M. Salamero, M., & San-martino, M. (2007). Personality profile in a group of battered women: Clinical and care implications. *Journal of Family Violence*, **22**(1):73-80. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-006-9057-8>.
- Pico-alfonso, M.A., Echeburúa, E., & Martinez, M. (2008). Personality Disorder Symptoms in Women as a Result of Chronic Intimate Male Partner Violence. *Journal of Family Violence*, **23**(1):577-588. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-008-9180-9>.
- Pinafi, Tânia. *Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade*. 21 abr-mai. 2007. Retirado dia 20 de setembro de 2020, do site <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>.
- Pinheiro, F. B. F. (2020). *Violência doméstica contra mulher: a armadilha do ciclo da violência*. Trabalho de Conclusão de Curso. Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico/Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES/UNITA), Caruaru.
- Piovesan, F. (2012). *Temas em direitos humanos*. (5ª ed.). São Paulo: Saraiva, 2012.
- Prosenewicz, I. (2018). *Violência doméstica e familiar: Representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, p. 250-273.
- Ramos, M. G., Lima & Amaral-Rosa. (2018). *Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. Congresso Ibero Americano em Investigação Qualitativa em Educação*, Atas CIAIQ, Vol 1.
- Rateau, P., Ernst-Vintila, A., & Delouvé, S. (2012). *Michel-Louis Rouquette et le modèle de l'architecture de la pensée sociale*. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 53-65.
- Rokeach, M. (1981). *Crenças, Atitudes e Valores: uma teoria de organização e mudança*. Tradução: Angela Maria Magnan Barbosa. Rio de Janeiro: Ed. Interciência.
- Rokeach M. (2008). *Understanding human values*. Free Press: NY.
- Russel, B. A. (1976). *Análise da Mente*. Tradução de Antônio Cirurgião. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Sá, C.P. (1996). Representações Sociais: teoria e pesquisa do Núcleo Central. *Temas em Psicologia n° 3*, pp. 19 – 33, Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Samantha, D. S., & Werlang, B. S. G. (2013). *Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura*. *Contextos Clínicos*, 6(2):106-116, julho-dezembro. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Santos, G. T. & Dias, J. M. B. (2015). Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Retirado dia 20 de setembro de 2020, do site <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan-jun.

- Santos, J. R. (2014). *O fenômeno da violência contra a mulher na sociedade brasileira e suas raízes histórico-religiosas*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Santos, J. R. (2011). Religião e violência contra a mulher: diferentes olhares. In: Reimer, Ivone Richter [Org.]. *Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: PUC, pp. 91-104.
- Schmitt, S. L. (...). *Sequestro e Síndrome de Estocolmo: Cativo, trauma e tradução*.
- Souza, M.A.R., Wall, M.L., Thuler, A.C.M.C., Lowen I.M.V, Peres, A.M. (2018). *The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research*. Rev Esc Enferm USP.
- Souza, N. C. (2016). *Sistema brasileiro de proteção da mulher: panorama, problemas e sugestões*. Brasília: Centro Universitário de Brasília Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., pp. 71-99.
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). *O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81.
- Shermer, M. (2012). *Cérebro e crença*. Tradução: Eliana Rocha. São Paulo: JSN Editora.
- Stake, R.E. (1978). *The case study method in social inquiry*. Educational Researcher, v.7, n.2, p.5-8.
- Saffioti, H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. Costa & C. Bruschini (Orgs.). *Uma questão de gênero* (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Saffioti, H. I. B. (2005). Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In M. Castillo-Martín & S. Oliveira (Orgs.), *Marcadas a ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar* (pp. 35-76). Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres.

- Silveira, R. S., Nardi, H. C., & Spindler, G. (2014). Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323- 334.
- Silva, M. A., Neto, G. H. F & Filho, J. E. C. (2009). Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Revista Psicologia em Estudo*, vol. 14, núm. 1, março, pp. 121-127. Maringá: Universidade Estadual de Maringá-PR.
- Sousa, Y. S. O. (2021). O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. spe. doi:10.12957/epp.2021.64034 ISSN 1808-4281 (online version).
- Souza, T. M. C., & Sousa, Y. L. R. (2015). Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 59-74. Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo.
- Trindade, J. (2010). *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. (4ª ed.). Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Kuhn, T. S. (1997). *A estrutura das revoluções científicas*. (5ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência – Atualização: homicídios de mulheres no Brasil*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Flacso Brasil.
- Wachelke, J. & Wolter, R. (2011). Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Out-Dez, Vol. 27 n. 4, pp. 521-526.
- Werba, G. C. (2002). *Quero ficar no teu corpo... Violência contra o corpo da mulher*. I Jornada *Gênero e Corpo*, agosto. Porto Alegre: PUCRS.
- Vrissimtzis, N. A. (2002). *Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga*. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral. (1ª ed.). São Paulo: Odisseus.

- Vásquez, G. E. & Andrade, R. G. N. (2019). *Redes sociais digitais: a lógica do pensamento social em eventos de mobilização coletiva*. *Polêmica*, v. 19, n. 1, p. 01-19, jan./abr.
- Vittorazzi, D. L., & Braz da Silva, A. M. T. (2020). As representações do ensino de ciências de um grupo de professores do ensino fundamental: implicações na formação científica para a cidadania. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 22.
- Vieira, P.R., Garcia, L.P., & Maciel, E.L.N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Rev. Bras. Epidemiologia*; 23: E200033.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. (1ª ed.). Curitiba: Appris.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

Antes de iniciar gostaríamos de dizer que todas as participantes serão identificadas com o nome de uma pedra preciosa. Tal procedimento será de grande valia para as considerações que serão feitas, por este pesquisador, durante a Análise dos dados. Sendo assim, por favor, escolha um dos seguintes nomes: **ametista, água marinha, alexandrita, azurita, diamante, esmeralda, granada, jade, malaquita, opala, pedra da lua, pedra do sol, rubi, safira, tanzanita, turquesa, turmalina azul e turmalina bicolor.**

Pedra preciosa escolhida é a _____

1. Qual a sua idade? _____

2. Qual o seu grau de escolaridade? _____

3. Qual seu estado civil? _____

4. Quantos filhos você tem? _____

5. Como você se considera em relação à sua cor de pele?

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

6. Qual a sua religião? _____

7. Me conte um pouco sobre sua dinâmica familiar.

7.1. Com quem você mora atualmente? _____

7.2. Quantas e quais são as pessoas que trabalham na sua família? _____

7.3. Qual a faixa de renda mensal da sua família? _____

7.4. Você recebe algum tipo de benefício? _____

7.5. Você já possuiu/teve ou possui/tem algum vício? E a(s) pessoa(s) com as quais você mora? _____

Data da realização: ____/____/____

Responsável pelo questionário: _____

Assinatura da participante: _____

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título (“Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia”). Meu nome é Romylton Alessandro da Silva Costa. Sou mestrando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). A minha orientadora de pesquisa é a Professora Doutora Lila Maria Spadoni Lemes.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em todas as folhas e em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável através do número (62) 98481-5020(WhatsApp), podendo até serem feitas ligações a cobrar (se necessárias) ou através do e-mail romalang@yahoo.com.br. Residente na Rua 9, nº 269, Apartamento 205, Setor Oeste, nesta capital. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Goiás, telefone: (62) 3946-1512, localizado na Avenida Universitária, nº 1069, Setor Universitário, Goiânia/GO. Funcionamento: das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas, de segunda à sexta-feira. E-mail: cep@pucgoias.edu.br

O CEP é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinada ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Pesquisador: Romylton Alessandro da Silva Costa. Assistente: Ingrid Stefanny Gonçalves de Souza. O motivo que nos leva a propor essa pesquisa é buscar lançar uma luz no olhar das participantes acerca delas mesmas e de seus contextos. E com isso propiciar uma possível tomada de decisão que viabilize uma melhor qualidade de vida para as mesmas. O objetivo geral da pesquisa é “apreender as Representações Sociais da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia”, o que será feito a partir dos embasamentos que sustentam a Teoria do Núcleo Central (TNC) de Jean-Claude Abric (1941-2012)”. Para tanto este pesquisador se valerá de softwares para a realização da análise dos dados. Estes serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. E estas, pela via do método da análise do discurso, estarão sendo analisadas. A coleta dos dados será realizada, inicialmente em três sessões com aproximadamente 1h de duração e, será concluída em um segundo momento por meio de mais duas sessões, também de 60(sessenta) minutos cada uma. Esses eventos realizar-se-ão em salas apropriadamente adequadas nas respectivas instituições, onde as participantes mantêm vínculo.

Riscos: a presente pesquisa possui um risco moderado. Assim, pode vir a acarretar alguns desconfortos emocionais em decorrência de sua participação. Se você sentir qualquer anormalidade emocional será assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza para dirimir possíveis intercorrências em consequência de sua participação na pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação fique certa de que todas as medidas de confidencialidade e segurança acerca da preservação da sua identidade e das suas informações pessoais estão sendo tomadas.

Benefícios: esta pesquisa terá como benefícios: a) propiciar um novo olhar das participantes acerca da situação nas quais as mesmas estão inseridas; b) viabilizar uma ressignificação do sofrimento dessas mulheres por meio do acesso das mesmas a novas

informações colocadas pela teoria das Representações Sociais. Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá qualquer penalização ou prejuízo. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados na pesquisa a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados serão guardados por, no mínimo, 5 anos e, após esse período os mesmos serão incinerados. Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a pleitear indenização. Após a Defesa e consequente aprovação das conclusões desta pesquisa, este pesquisador compromete-se em fazer uma Devolutiva para todas as participantes. Para tanto será acordado com todas um local e uma data para o evento. Bem como será informado a elas como as mesmas poderão ter acesso a todo o corpo do trabalho dissertativo.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido pelo pesquisador responsável. Adicionalmente, em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao pesquisador responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Declaração do Pesquisador

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declara que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios, devido a sua participação neste estudo; que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Declaração do(a) Participante

Eu, _____, abaixo assinado, discuti com o Romylton Alessandro da Silva Costa e com a sua Assistente Ingrid Stefanny Gonçalves de Souza sobre a minha decisão em participar como voluntária do estudo (“Representação Social da violência física sofrida em relações amorosas por mulheres na cidade de Goiânia”). Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia integral e gratuita por danos diretos, imediatos ou tardios, quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiânia, _____, de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO C

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Antes de iniciar gostaríamos de dizer que todas as participantes serão identificadas com o nome de uma pedra preciosa. Tal procedimento será de grande valia para as considerações que serão feitas, por este pesquisador, durante a Análise dos dados. Sendo assim, por favor, escolha um dos seguintes nomes: **ametista, água marinha, alexandrita, azurita, diamante, esmeralda, granada, jade, malaquita, opala, pedra da lua, pedra do sol, rubi, safira, tanzanita, turquesa, turmalina azul e turmalina bicolor.**

Pedra preciosa escolhida é a _____

1. Você lembra da ocasião/momento em que foi agredida pela primeira vez? Você tinha quantos anos? Essa agressão e/ou violência se enquadra em qual dos seguintes tipos: física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual? Você pode relatar como o fato se deu? _____

2. Você contou para alguém sobre a primeira agressão? Em caso afirmativo, como você lembra que essa pessoa reagiu? _____

3. Você chegou a registrar queixa em Delegacia de Atendimento à Mulher, referente às agressões sofridas? Em caso afirmativo, o que você pode nos contar sobre as consequências desse registro? _____

4. Antes da sua agressão você já tinha visto acontecer outros casos na sua família? Refiro-me a irmãs, primas, cunhadas, sobrinhas ou até com sua própria mãe. _____

5. Você foi educada/criada pelos seus pais? Como era a relação do seu pai com sua mãe? O que você pode nos contar sobre isso? _____

Data da realização: ____ / ____ / ____

Responsável pela entrevista: _____

Assinatura da participante: _____

ANEXO D

TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS (TALP)

Antes de iniciar gostaríamos de dizer que todas as participantes serão identificadas com o nome de uma pedra preciosa. Tal procedimento será de grande valia para as considerações que serão feitas, por este pesquisador, durante a Análise dos dados, bem como assegurará o sigilo e a privacidade acerca da sua identidade. Sendo assim, por favor, escolha um dos seguintes nomes: **ametista, água marinha, alexandrita, azurita, diamante, esmeralda, granada, jade, malaquita, opala, pedra da lua, pedra do sol, rubi, safira, tanzanita, turquesa, turmalina azul e turmalina bicolor.**

Pedra preciosa escolhida é a _____

Para responder a pergunta que será feita a seguir SOLICITA-SE QUE OBEDEÇA OS SEGUINTE CRITÉRIOS OS QUAIS SERVEM PARA REFORÇAR O EFEITO DE VALIDADE DA PRESENTE TÉCNICA.

Critério 1. Não utilize frases;

Critério 2. Quanto mais rápido for evocada/registrada a resposta, melhor será o resultado;

Critério 3. Não gaste tempo em reflexão para buscar palavras mais adequadas e sofisticadas. Isso prejudica o resultado.

Quais as 5(cinco) primeiras palavras ou expressões que lhe vem à cabeça **quando você pensa “na violência física que sofreu na sua relação amorosa”** ?

1: _____

2: _____

3: _____

4: _____

5: _____

APÉNDICES

Apêndice 1

Requerimento de Anuência de Pesquisa Científica



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

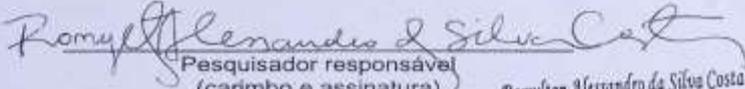
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas
Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Escola Municipal de Saúde Pública

REQUERIMENTO DE ANUENCIA DE PESQUISA CIENTÍFICA

A Escola Municipal de Saúde Pública
Encaminha para análise o projeto de pesquisa abaixo descrito:

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)	Curso: Mestrado em Psicologia
Pesquisa multicêntrica: NÃO () SIM (X) Listar: Caps Vida e Caps Novo Mundo.	
Natureza da pesquisa: Graduação () Especialização (X) Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado () Outros ()	
Pesquisador(a) responsável: Romylton Alessandro da Silva Costa	
Contato pesquisador(a)	Email: romalang@yahoo.com.br Telefone: (62) 984815020
Orientador (a): Lila Maria Spadoni Lemes	
Contato orientador(a)	Email: lilaspadoni@gmail.com Telefone: (62) 99218-7130
Título do projeto: "As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia".	
Objetivo geral: é abstrair/descobrir as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012).	
Local de coleta (discriminar todos os distritos, unidades, superintendências e demais instâncias envolvidas) Distrito(s): Distrito Leste e Distrito Centro Unidade(s): Caps Novo Mundo e Caps Vida, respectivamente.	
Período de coleta: a partir do momento que for aprovada no Comitê de Ética, logo não é possível precisar uma data de início exata. Estima-se que será iniciado em maio de 2021.	

Goiânia, 21 de dezembro de 2020.



Pesquisador responsável
(carimbo e assinatura)

Romylton Alessandro da Silva Costa
Psicólogo Clínico
CRP 09/012925

IMPORTANTE

Preencher (digitado) o "requerimento de anuência de pesquisa" em apenas uma página. O requerimento deverá ser carimbado e assinado pelo pesquisador(a) responsável. A participação de alunos da graduação em pesquisas pressupõe a orientação de um professor(a) responsável pelas atividades do graduando e, portanto, o(a) professor(a) orientador(a) deve figurar como pesquisador(a) responsável.

Digitalizar o requerimento em formato PDF e protocolar na Escola Municipal de Saúde Pública (EMSP) pelo e-mail nucleopesquisa.emsp@gmail.com. Subprojetos realizados a partir de um projeto integrado ("guarda-chuva"), deverão ser protocolados separadamente, por requerimentos distintos.

O prazo para emissão de parecer da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) sobre o projeto é de no mínimo 60 dias úteis.

Após anuência da SMS será encaminhado um e-mail para o pesquisador responsável, informando e avisando que ele pode iniciar seu cadastro na Plataforma Brasil.

O pesquisador(a) terá 60 dias úteis para enviar à EMSP o parecer final do Comitê de Ética (CEP).

Independente da aprovação do CEP a coleta de dados nas unidades da SMS só será permitida após autorização da EMSP.

Para desenvolvimento de pesquisas nas unidades de saúde da SMS sugerimos contato prévio com o Núcleo de Pesquisa da EMSP, sempre pelo e-mail: nucleopesquisa.emsp@gmail.com.

Escola Municipal de Saúde Pública
6ª Avenida, Área SB, Setor Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74.645-080 - 3524-1152 / 3524-1165.
E-mail: nucleopesquisa.emsp@gmail.com

Apêndice 2

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Pagina 1/5

	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC/GOIÁS	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia.		
Pesquisador: ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 40247420.4.0000.0037		
Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/Goiás		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 4.612.488		
Apresentação do Projeto:		
<p>Segundo o pesquisador: "A presente pesquisa norteia-se no sentido de Abstrair/apreender as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012). Este seria um primeiro passo. Em seguida será feita uma sincronização daquelas Representações Sociais com as crenças centrais disfuncionais, estas sendo embasadas teoricamente com a Terapia Cognitiva de Aaron T. Beck. O caminho metodológico para a consecução da pesquisa ancora-se na aplicação da Técnica da Associação Livre de Palavras(TALP) e pelo uso do Software Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse desEvocations – EVOC – Versão 2000 software EVOC (Vergès, 2002). Bem como pelo uso de uma entrevista semi estruturada. Ao final espera-se corroborar a hipótese de que a de que a força das representações sociais contribuem para a formação e consolidação das referidas crenças, as quais balizam a conduta daquelas mulheres, o que viabilizaria a permanência das mesmas na situação de sofrimento, percebendo-o como uma forma naturalizada (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1655443.pdf, p.2).</p>		
Objetivo da Pesquisa:		
Objetivo Primário:		
Abstrair/apreender as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas		
<p>Endereço: Av. Universitária, 1.069 Bairro: Setor Universitário UF: GO Município: GOIANIA CEP: 74.605-010 Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br</p>		
Página 01 de 05		

Apêndice 2

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Pagina 2/5

 PUC GOIÁS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC/GOIÁS	 Plataforma Brasil
<small>Continuação do Parecer: 4.612.488</small>		
<p>relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012).</p>		
<p>Objetivos Secundários:</p>		
<p>1) Trazer considerações acerca dos principais determinantes históricos e religiosos da violência contra a mulher, os quais podem ter influenciado toda a cultura ocidental na perpetuação desses abusos;</p> <p>2) Explicar a origem, a formação e as funções das RS, com base na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1925 - 2014) e discorrer acerca da Abordagem Estrutural das Representações, criada por Jean-Claude Abric, evidenciando os "três componentes essenciais de uma RS, quais sejam: o conteúdo, sua estrutura interna e o seu núcleo" (Abric, 2001, p. 71);</p> <p>3) Mostrar o delineamento, os resultados e as contribuições de algumas das pesquisas científicas que se assemelham à presente investigação (i.e., as que versaram acerca das RS das próprias mulheres que são vítimas de violência doméstica). Tal objetivo permitirá uma melhor compreensão deste fenômeno a partir do olhar das vítimas, já que, em um contexto de ciência, é quase impossível compreendê-lo "sem se interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são o conteúdo por excelência das representações sociais" (Porto, 2006, p. 250).</p> <p>4) Explicar a origem e a formação das crenças com base nos estudos pioneiros de Milton Rokeach (1918 - 1988) acerca do tema, Acrescentar ainda, considerações sobre as mesmas, tomando por base a forma como a Terapia Cognitiva(TC), de Aaron T. Beck, explora esse construto;</p> <p>5) Mapear as RS daquelas mulheres e organizá-las de acordo com o que preconiza a Abordagem Estrutural das Representações, o que será feito em duas fases. Ambas por meio do software Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Evocations – EVOC – Versão 2000 software EVOC (Vergès, 2002). Sendo que na primeira, este pesquisador se valerá do subprograma (RANGFRQ), o qual gera um quadro de quatro casas, informando o conteúdo e a organização das RS. Em seguida numa segunda fase, será usado o subprograma AIDECAT também do EVOC. O detalhamento desse objetivo está contido no item que versa sobre a Análise dos dados;</p> <p>6) Fazer uma correlação entre as crenças centrais disfuncionais, o núcleo central e a periferia das RS. A correlação em pauta buscará corroborar a hipótese de que a força das representações sociais contribuem para a formação e consolidação das referidas crenças, as quais balizam a conduta daquelas mulheres, o que viabilizaria a permanência das mesmas na situação de sofrimento, percebendo-o como uma forma naturalizada.</p>		
<p>Endereço: Av. Universitária, 1.069 Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010 UF: GO Município: GOIANIA Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br</p>		
<small>Página 02 de 05</small>		

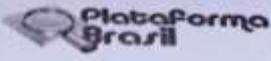
Apêndice 2

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Pagina 3/5

	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC/GOIÁS			
<small>Continuação do Parecer: 4.812.468</small>				
Avaliação dos Riscos e Benefícios:				
O projeto atende a avaliação dos riscos e benefícios, de acordo com o que determina a resolução 510/16 e resolução 466/12.				
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:				
Pesquisa pertinente em razão que busca investigar a violência contra a mulher.				
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:				
O pesquisador apresenta todos os termos obrigatórios, como determina a resolução 510/16 e/ou resolução 466/12.				
Recomendações:				
Sem recomendações.				
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:				
Todas as pendências apontadas foram resolvidas. Projeto não apresenta óbices éticos. Aprovado.				
Considerações Finais a critério do CEP:				
INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:				
<ol style="list-style-type: none"> 1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes. 2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo. 3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação do cumprimento das resoluções pertinentes. 4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo. 				
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:				
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1655443.pdf	18/03/2021 13:04:37		Aceito
Outros	Resposta_a_pendencia.pdf	18/03/2021 13:02:44	ROMYLTON ALESSANDRO DA	Aceito
Endereço: Av. Universitária, 1.069				
Bairro: Setor Universitário				
UF: GO Município: GOIANIA CEP: 74.605-010				
Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br				
<small>Página 03 de 05</small>				

Apêndice 2

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Pagina 4/5

  				
Continuação do Parecer: 4.612.466				
Outros	Resposta_a_pendencia.pdf	18/03/2021 13:02:44	SILVA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_final.pdf	18/03/2021 12:55:46	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_final.pdf	18/03/2021 12:44:01	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	Entrevista_semiestruturada_inicial.pdf	18/03/2021 12:34:22	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	Questionario_final.pdf	18/03/2021 12:31:06	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_coparticipante.pdf	18/03/2021 12:24:48	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Declaração de concordância	Coparticipante.pdf	18/03/2021 12:22:15	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	lattes_assistente.pdf	19/01/2021 09:20:48	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	lattes_pesquisador.pdf	20/11/2020 09:56:15	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Outros	Profa_Lila_curriculo.pdf	20/11/2020 09:52:58	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	20/11/2020 09:51:13	ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Av. Universitária, 1.069
Bairro: Setor Universitário
UF: GO Município: GOIANIA CEP: 74.605-010
Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br

Página 04 de 08

Apêndice 3

Declaração de Anuência e Coparticipação 1

 PREFEITURA DE GOIÂNIA <small>Saúde</small>		Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública	
DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e CO-PARTICIPAÇÃO			
Da	Escola Municipal de Saúde Pública		
Ao	Comitê de Ética e Pesquisa		
Protocolo FMSP	051-2020		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia		
Objetivo geral	abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abrie (1941-2012)		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Orientador (a)	Lili Maria Spadoni Lemes		
Metodologia	Tipo de estudo	Qualitativo	
	Participantes	Mulheres com idade entre 20 e 40 anos, que nasceram e residem em Goiânia e já foram ou estão sendo vítimas de violência física e que não participaram em outras pesquisas que tenham explorado o mesmo tema ou similares	
	Local	Distritos Sanitários Leste e Campinas-Centro; Unidades de saúde CAPS Novo Mundo e CAPS VIDA	
	Coleta de dados	Será realizada de abril a agosto 2021 por meio das seguintes técnicas: observação (de fatos, comportamentos e cenários), questionário, a Técnica da Associação Livre de Palavras (TALP) e a entrevista semiestruturada	
Instituição Proponente	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza da pesquisa	Mestrado		

Após análise do projeto de pesquisa acima citado, a Secretaria Municipal de Saúde informa a viabilidade e autoriza sua execução junto às unidades de saúde. Declaramos que esta Instituição está ciente de suas responsabilidades como coparticipante da referida pesquisa, conforme Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Entende-se que toda e qualquer intervenção ou abordagem do projeto não deve interferir no andamento dos serviços de saúde da unidade. A execução do projeto dependerá da aprovação em um Comitê de Ética em Pesquisa, mediante apresentação do parecer ético consubstanciado junto à Escola Municipal de Saúde Pública.

Goiânia, 15 de março de 2021.


 Maria Alice Coelho
 Coordenadora
 Decreto 1.127/2021

Definições conforme Resolução CNS 466/2012 e Carta n° 0212/CONEP/CNS/2010

1. Instituição Proponente: organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, à qual o pesquisador responsável está vinculado.
2. Instituição Coparticipante: organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, na qual alguma das fases ou etapas da pesquisa se desenvolve. O Pesquisador Responsável por esta instituição, será sempre o mesmo da Instituição Proponente.

Escola Municipal de Saúde Pública
 R. Avenida João de Deus, Setor Leste Vida Nova - Goiânia - GO - CEP 74.615-080 - 3524-1152 / 3524-1165
 E-mail: emsp@sanam.orgmail.com

www.goiania.go.gov.br

Apêndice 4

Encaminhamento para coleta de dados 1

 PREFEITURA DE GOIÂNIA <small>Saúde</small>		Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública
ENCAMINHAMENTO DE COLETA DE DADOS		
Assunto	Encaminhamento para coleta de dados	
Protocolo EMSP	051-2020	
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia	
Objetivo geral	Abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012)	
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa	
Orientador (a)	Lila Maria Spadoni Lemes	
Instituição	PUC - GO	
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia	
Natureza	Mestrado	
Local(is) de coleta de dados	Distritos Sanitários Leste e Campinas-Centro; Unidades de saúde CAPS Novo Mundo e CAPS VIDA	
Período de coleta de dados	15 de junho a 30 de agosto 2021	

Senhor (a) Gestor (a),

Tendo em vista a autorização dos gestores e aprovação do projeto de pesquisa acima mencionado pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável, encaminhamos o(a) pesquisador(a) responsável para proceder à coleta de dados presencial junto a essa unidade.

Informamos que é necessário o contato e agendamento prévio com o Distrito Sanitário e/ou unidades de saúde. **Ressaltamos que enquanto durar a situação de emergência em saúde pública pela pandemia da COVID-19, será permitida a permanência de apenas uma pessoa para coleta dos dados na unidade, durante todo o período de coleta de dados da pesquisa. O pesquisador responsável e demais envolvidos na coleta de dados deverão seguir o protocolo de biossegurança recebido da SMS.**

Certos de contarmos com a vossa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Goiânia, 31 de maio de 2021.


 Maria Alice Coelho
 Coordenadora
 Decreto 1.127/2021

Escola Municipal de Saúde Pública
 6ª Avenida, área 58, Setor Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74.645-080 – 3524-1152 / 3524-1165.
 E-mail: emspgoiania@gmail.com

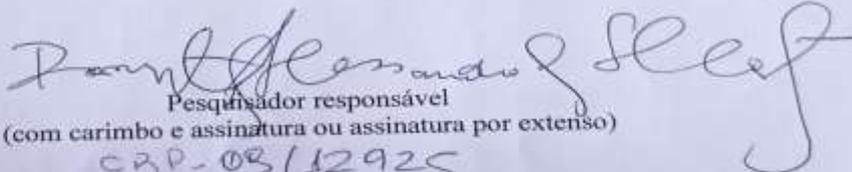
Apêndice 5

Termo de Compromisso 1

		PREFEITURA DE GOIÂNIA <small>Goiania</small>	Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública
<u>TERMO DE COMPROMISSO</u>			
Protocolo EMSP	051-2020		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia		
Objetivo geral	Abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abrie (1941-2012)		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Orientador (a)	Lila Maria Spadoni Lemes		
Instituição	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza	Mestrado		
Local(is) de coleta de dados	Distritos Sanitários Leste, Campinas-Centro, Sul e Sudoeste Unidades de saúde: CAPS Novo Mundo, CAPS VIDA, CAPS CASA E CAPS BELJA FLOR		
Período de coleta de dados	30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022		

Eu, Romylton Alessandro da Silva Costa, como pesquisador(a) responsável pelo projeto de pesquisa acima descrito, assumo o compromisso de apresentar toda a documentação exigida pela Escola Municipal de Saúde Pública, relatórios, resultados finais da pesquisa (**na forma indicada pela mesma**) dentro do prazo previsto. Comprometo-me a seguir todas as normas estabelecidas e adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS, bem como os preceitos éticos em pesquisa, sob pena de responder legalmente.

Goiânia, 03 de novembro de 2021.


 Pesquisador responsável
 (com carimbo e assinatura ou assinatura por extenso)
 CAP-08/12925

Escola Municipal de Saúde Pública
6ª Avenida, área 58, Setor Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74.645-080 – 3524-1152 / 3524-1165.
E-mail: emspgoiania@gmail.com

Apêndice 6

Declaração de Anuência e Coparticipação 2

		PREFEITURA DE GOIÂNIA	Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública
DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e CO-PARTICIPAÇÃO			
Da	Escola Municipal de Saúde Pública		
Ao	Comitê de Ética e Pesquisa		
Protocolo EMSP	051-2020		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia		
Objetivo geral	abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012)		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Orientador (a)	Lila Maria Spadoni Lemes		
Metodologia	Tipo de estudo	Qualitativo	
	Participantes	Mulheres com idade entre 20 e 40 anos, que nasceram e residem em Goiânia e já foram ou estão sendo vítimas de violência física e que não participaram em outras pesquisas que tenham explorado o mesmo tema ou similares.	
	Local	Distritos Sanitários Leste, Campinas-Centro, Sul e Sudoeste Unidades de saúde: CAPS Novo Mundo, CAPS VIDA, CAPS CASA E CAPS BEIJA FLOR	
	Coleta de dados	30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022	
Instituição Proponente	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza da pesquisa	Mestrado		

Após análise das alterações solicitadas no projeto de pesquisa acima citado, a Secretaria Municipal de Saúde informa a viabilidade e autoriza sua execução junto às unidades de saúde. Declaramos que esta Instituição está ciente de suas responsabilidades como coparticipante da referida pesquisa, conforme Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Enfatiza-se que toda e qualquer intervenção ou abordagem do projeto não deve interferir no andamento dos serviços de saúde da unidade. A execução do projeto dependerá da aprovação em um Comitê de Ética em Pesquisa, mediante apresentação do parecer ético consubstanciado junto à Escola Municipal de Saúde Pública.

Goiânia, 23 de setembro de 2021.


Maria Alice Coelho
Coordenadora
Decreto 1.127/2021

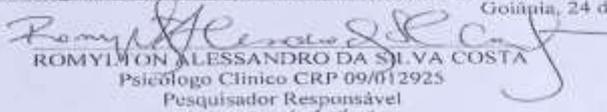
Definições conforme Resolução CNS 466/2012 e Carta n° 0212/CONEP/CNS/2010

1. Instituição Proponente: organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, à qual o pesquisador responsável está vinculado.
2. Instituição Coparticipante: organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, na qual alguma das fases ou etapas da pesquisa se desenvolve. O Pesquisador Responsável por esta instituição será sempre o mesmo da Instituição Proponente.

Escola Municipal de Saúde Pública
6ª Avenida, Área 5B, Setor Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74.645-080 - 3524-1157 / 3524-1165
E-mail: gms@pucgoias.com.br

Apêndice 7

Solicitação de alteração de cronograma do período de coleta de dados

 PREFEITURA DE GOIÂNIA		Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública	
SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA ESPECÍFICO DO PERÍODO COLETA DE DADOS E/OU ALTERAÇÃO DO LOCAL DE COLETA DE DADOS NAS UNIDADES DA SMS			
Protocolo EMSP: _____			
A Coordenação da Escola Municipal de Saúde Pública – SMS			
Encaminho para análise a solicitação do projeto de pesquisa abaixo descrito:			
Protocolo EMSP	051-2020		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia.		
Objetivo geral	Abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941 - 2012).		
Instituição	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza:	Graduação () Especialização () Mestrado (X) Doutorado () Pós-Doutorado () Outros ()		
Local(is) de coleta de dados inicial	Distritos Sanitários Leste e Campinas-Centro; Unidades de Saúde CAPS NOVO MUNDO e CAPS VIDA.		
Novo(s) Local(is) de coleta de dados	Distritos Sanitários Sul e Sudoeste; Unidades de Saúde CAPS CASA e CAPS BELLA-FLOR.		
Período de coleta de dados inicial	15 de junho a 30 de agosto de 2021		
Novo Período de coleta de dados	30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022		
Devolutiva à EMSP	Entrega de relatório parcial: até 30 de dezembro de 2021		
	Entrega de relatório final: até 15 de maio de 2022		
Justificativa da alteração: Esta solicitação se justifica pelo fato deste pesquisador não ter encontrado até então, nos dois Caps inicialmente escolhidos, a quantidade necessária de participantes para a coleta de dados da pesquisa. Acredita-se que a evasão de muitas pacientes dos Caps seja devido, ainda, às restrições impostas pela Pandemia do Covid-19. Sendo assim, além da inclusão de duas novas Unidades de Saúde, pede-se também o alargamento do prazo para tal coleta.			
Desde já este pesquisador agradece todo o empenho e apoio prestado pela EMSP,			
			Goiânia, 24 de agosto de 2021.
 ROMYLTON ALESSANDRO DA SILVA COSTA Psicólogo Clínico CRP 09/012925 Pesquisador Responsável <i>Romylton Alessandro da Silva Costa</i> Psicólogo Clínico CRP 09/012925			
IMPORTANTE:			
- A alteração do local de coleta de dados implica novas avaliações de áreas técnicas específicas, bem como nova carta de anuência. Portanto, o prazo para a Secretaria Municipal de Saúde Pública (SMS) emitir nova carta de anuência é de no mínimo 60 dias após recebimento da solicitação. Além disso, será necessário envio de emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pelo pesquisador(a) responsável. O encaminhamento para coleta de dados estará condicionado à autorização pelo CEP à emenda.			
- No caso de alteração do local de coleta de dados é necessário enviar o projeto com inclusão tanto dos novos locais quanto de estratégias de acesso aos participantes, caso necessário.			
- O novo período para coleta de dados deve estar contemplado no cronograma geral e específico do projeto de pesquisa. Caso não esteja, o pesquisador(a) deverá enviar junto a esta solicitação, emenda do projeto com alteração também do cronograma geral e específico de condução da pesquisa.			
- As alterações solicitadas e a justificativa deverão ser destacadas por escrita em fonte na cor vermelha;			
- A solicitação deverá ser preenchida (digitada) e apresentada no máximo em duas páginas, com assinatura e carimbo ou assinatura por extenso do pesquisador(a) responsável.			
- Digitalizar no formato PDF e enviar ao endereço de e-mail: nucleopesquisa.emsp@gmail.com			
- O prazo para SMS emitir parecer final da solicitação de alteração de cronograma é de no mínimo 30 dias úteis.			
- O prazo para SMS emitir parecer final da solicitação de alteração de local de coleta de dados é de no mínimo 60 dias.			
- A continuidade da coleta de dados nas unidades da EMSP só será permitida após autorização da Escola Municipal de Saúde Pública.			
Escola Municipal de Saúde Pública			

Apêndice 8

Encaminhamento para coleta de dados

 PREFEITURA DE GOIÂNIA <small>Saúde</small>		Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública	
ENCAMINHAMENTO PARA COLETA DE DADOS			
Assunto	Encaminhamento para coleta de dados		
Protocolo EMSP	051-2020		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia		
Objetivo geral	Abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abrie (1941-2012)		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Orientador (a)	Lila Maria Spadoni Lemes		
Instituição	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza	Mestrado		
Local(is) de coleta de dados	Distritos Sanitários Leste, Campinas-Centro, Sul e Sudoeste Unidades de saúde: CAPS Novo Mundo, CAPS VIDA, CAPS CASA E CAPS BELJA FLOR		
Período de coleta de dados	30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022		

Senhor(a) Gestor(a),

Tendo em vista a autorização dos gestores e aprovação do projeto de pesquisa acima mencionado pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável, encaminhamos o(a) pesquisador(a) responsável para proceder à coleta de dados de pesquisa junto a essa unidade.

Informamos que é necessário o contato e agendamento prévio com o(s) local(is) onde a coleta será realizada. A permanência do(a) pesquisador(a) no local somente será permitida durante o período de coleta de dados.

Goiânia, 03 de novembro de 2021.


 Maria Alice Coelho
 Coordenadora
 Decreto 1.127/2021

Escola Municipal de Saúde Pública
 6ª Avenida, Área 58, Setor Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74.645-080 – 3524-1152 / 3524-1165.
 E-mail: emspgoiania@gmail.com

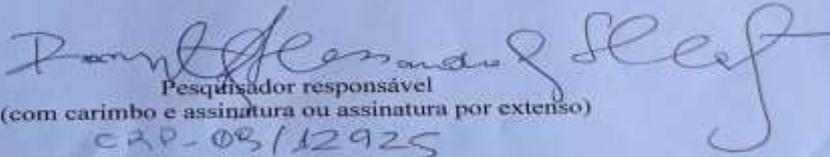
Apêndice 9

Termo de Compromisso 2

 PREFEITURA DE GOIÂNIA <small>Saúde</small>		Secretaria Municipal de Saúde Superintendência de Administração e Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Escola Municipal de Saúde Pública	
<u>TERMO DE COMPROMISSO</u>			
Protocolo EMSP	051-2020		
Título da pesquisa	As Representações Sociais de mulheres que, em suas relações amorosas, sofrem violência física na cidade de Goiânia		
Objetivo geral	Abstrair as Representações Sociais de mulheres que sofrem violência física nas suas relações amorosas, na cidade de Goiânia, tomando como parâmetro basilar a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1941-2012)		
Pesquisador(a) responsável	Romylton Alessandro da Silva Costa		
Orientador (a)	Lila Maria Spadoni Lemes		
Instituição	PUC - GO		
Curso	Programa de Pós Graduação em Psicologia		
Natureza	Mestrado		
Local(is) de coleta de dados	Distritos Sanitários Leste, Campinas-Centro, Sul e Sudoeste Unidades de saúde: CAPS Novo Mundo, CAPS VIDA, CAPS CASA E CAPS BEIJA FLOR		
Período de coleta de dados	30 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2022		

Eu, Romylton Alessandro da Silva Costa, como pesquisador(a) responsável pelo projeto de pesquisa acima descrito, assumo o compromisso de apresentar toda a documentação exigida pela Escola Municipal de Saúde Pública, relatórios, resultados finais da pesquisa (**na forma indicada pela mesma**) dentro do prazo previsto. Comprometo-me a seguir todas as normas estabelecidas e adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS, bem como os preceitos éticos em pesquisa, sob pena de responder legalmente.

Goiânia, 03 de novembro de 2021.


 Pesquisador responsável
 (com carimbo e assinatura ou assinatura por extenso)
 CRP-08/12925

Escola Municipal de Saúde Pública
 6ª Avenida, área 58, Setor Leste Vila Nova – Goiânia – GO – CEP 74.645-080 – 3524-1152 / 3524-1165
 E-mail: emggoiania@gmail.com